

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

Reabilitar “para” e “com” as pessoas.

Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha do Porto.

Cynthia Machado Cusin Ahmed El-Dash

M

2022

Cynthia Machado Cusin Ahmed El-Dash. Reabilitar “para” e “com” as pessoas. Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha do Porto.



Reabilitar “para” e “com” as pessoas. Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha do Porto.

Cynthia Machado Cusin Ahmed El-Dash



Cynthia Machado Cusin Ahmed El-Dash

REABILITAR “*PARA*” E “*COM*” AS PESSOAS.

Duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha do Porto.

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
sob orientação do Doutor Aitor Varea Oro
e coorientação da Prof^a. Doutora Ana Luisa Silva Fernandes

Porto . 2022

REABILITAR “*PARA*” E “*COM*” AS PESSOAS: duas metodologias de governança na reabilitação de uma ilha do Porto.

O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso.

Ariano Suassuna

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores, o Professor Doutor Aitor Varea Oro, pelas conversas, disponibilidade, partilha de conhecimento, pela paciência ao longo de todo o percurso e pela orientação dedicada. A Professora Dra. Ana Luísa Silva Fernandes, pela disponibilidade em ser parte desta equipa, pelo conhecimento e rigor, atento e cuidado.

Aos meus pais, e a minha avó, pelo amor, pelas oportunidades que me permitiram e pela formação que me deram.

As minhas irmãs, Ingrid e Vivian, por todo o apoio pelo rigor, sensibilidade e paciência.

A Aline, pela amizade e pela companhia neste processo, entre partilhas e tardes de estudo,

A Bia e a Inês, pela partilha, pelo apoio e pela amizade.

A todos da *“ilha no Campo Alegre”*.

A equipa da PV-SRU, um agradecimento especial a Professora Isabel Vieira.

A equipa do Habitar Porto e aos Arquitectos de Família.

A Duda e a Angélica, pela colaboração e partilhas.

A todos que através da sua participação contribuíram, obrigada.

RESUMO

As ilhas do Porto, morfo-tipologia de habitação, ligada à sua história e parte da sua herança industrial e operária, mantém-se como presente paradigmático de graves problemas de desigualdade, exclusão social, e dificuldades no acesso à habitação condigna. Ainda símbolos da precariedade habitacional e carência infraestrutural, as ilhas apresentam, entretanto, grande valor como oportunidade de opção de habitação condigna urbana a custos controlados, acessível para uma maioria, e de regeneração urbana. Assim, é a partir das ilhas que procuramos compreender e refletir sobre as políticas públicas e abordagens alternativas ao problema do acesso à habitação condigna, tendo como enfoque a viabilidade e as consequências sociais, visando contribuir na compreensão crítica do problema e no identificar obstáculos e oportunidades concretas de resposta. As abordagens em proximidade e de governança alternativas às práticas e políticas correntemente empregues, tornam-se objeto. Assim, e do entendimento da habitação como problema multissetorial e multidimensional, a partir da “ilha no Campo Alegre” como objeto-sujeito, acompanhamos o processo de candidatura para sua reabilitação pelo 1.º Direito, programa público de acesso à habitação, a partir de dois projetos de extensão universitária, com objetivos práticos e sentido social, “para” e “com” as pessoas. Dinamizados através da colaboração entre a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, e o Habitar Porto,

entidade do terceiro sector. Baseados em metodologias do paradigma socio-crítico, com níveis de participação diferentes, o primeiro projeto “para as pessoas”, constitui o *workshop* Arquitectos de Família, de prática gestionista, está voltado para a elaboração do Programa Base do projeto de reabilitação. Na continuidade, um processo de acompanhamento no terreno “com as pessoas”, baseado na Investigação-Ação-Participativa, em que procurou-se desenvolver o modelo de cogestão. Em um momento seguinte da candidatura, com outros objetivos e atores, este projeto esteve voltado para o esclarecimento sobre o processo de reabilitação, refinamento do projeto, e mediação entre técnicos, moradores, proprietária, e entidades, em maior proximidade ao terreno. Através destes dois projetos, foi reforçada uma inovadora ponte entre o ensino e a ação social. Com resultados concretos, para o avançar da candidatura, contribuíram para a superação de barreiras na implementação do projeto de reabilitação, tiveram um impacto positivo sobre as pessoas, no funcionamento das instituições envolvidas, na construção de conhecimento sobre o acesso à habitação, e reflexão sobre o interesse dos processos participativos na democratização do acesso à habitação.

Palavras-chave: lhas do Porto; Acesso à habitação condigna; Governança; Reabilitação; Políticas Públicas.

RESUMO

As ilhas do Porto, morfo-tipologia de habitação, ligada à sua história e parte da sua herança industrial e operária, mantém-se como presente paradigmático de graves problemas de desigualdade, exclusão social, e dificuldades no acesso à habitação condigna. Ainda símbolos da precariedade habitacional e carência infraestrutural, as ilhas apresentam, entretanto, grande valor como oportunidade de opção de habitação condigna urbana a custos controlados, acessível para uma maioria, e de regeneração urbana. Assim, é a partir das ilhas que procuramos compreender e refletir sobre as políticas públicas e abordagens alternativas ao problema do acesso à habitação condigna, tendo como enfoque a viabilidade e as consequências sociais, visando contribuir na compreensão crítica do problema e no identificar obstáculos e oportunidades concretas de resposta. As abordagens em proximidade e de governança alternativas às práticas e políticas correntemente empregues, tornam-se objeto. Assim, e do entendimento da habitação como problema multissetorial e multidimensional, a partir da “ilha no Campo Alegre” como objeto-sujeito, acompanhamos o processo de candidatura para sua reabilitação pelo 1.º Direito, programa público de acesso à habitação, a partir de dois projetos de extensão universitária, com objetivos práticos e sentido social, “para” e “com” as pessoas. Dinamizados através da colaboração entre a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, e o Habitar Porto,

entidade do terceiro sector. Baseados em metodologias do paradigma socio-crítico, com níveis de participação diferentes, o primeiro projeto “para as pessoas”, constitui o *workshop* Arquitectos de Família, de prática gestcionista, está voltado para a elaboração do Programa Base do projeto de reabilitação. Na continuidade, um processo de acompanhamento no terreno “com as pessoas”, baseado na Investigação-Ação-Participativa, em que procurou-se desenvolver o modelo de cogestão. Em um momento seguinte da candidatura, com outros objetivos e atores, este projeto esteve voltado para o esclarecimento sobre o processo de reabilitação, refinamento do projeto, e mediação entre técnicos, moradores, proprietária, e entidades, em maior proximidade ao terreno. Através destes dois projetos, foi reforçada uma inovadora ponte entre o ensino e a ação social. Com resultados concretos, para o avançar da candidatura, contribuíram para a superação de barreiras na implementação do projeto de reabilitação, tiveram um impacto positivo sobre as pessoas, no funcionamento das instituições envolvidas, na construção de conhecimento sobre o acesso à habitação, e reflexão sobre o interesse dos processos participativos na democratização do acesso à habitação.

Palavras-chave: lhas do Porto; Acesso à habitação condigna; Governança; Reabilitação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The islands of Porto a housing morpho-typology, linked to its history and part of its industrial and working-class heritage, remains a paradigmatic statement of serious problems of inequality, social exclusion, and difficulties in access to dignified housing. Still symbols of precariousness and lack of infrastructure, the islands, however, have great interest in terms of opportunity as a condign housing option at controlled costs, accessible to a majority, and of urban regeneration. Thus, it is from the islands that we seek to understand and reflect on public policies and alternative approaches to the problem of access to decent housing, focusing on the viability and social consequences. Thought to understand and reflect on public policies and alternative approaches to the problem of housing and in the rehabilitation of the islands, this research aims to contribute to a critical understanding of the problem and to identify obstacles and concrete opportunities. Proximity and governance approaches that are alternatives to practices and policies currently employed and are objects of this research. From the understanding of housing as a multisectorial and multidimensional problem, from the "*island in Campo Alegre*" as an object-subject, we follow the application process for its rehabilitation by 1.º Direito, a public program of access to housing, through two university extension projects, with practical goals and social sense, "*for*" and "*with*" the people. From the collaboration between the Faculty of Architecture of the University of Porto, the School of Education

of the Polytechnic Institute of Porto, and Habitar Porto, an NGO. Based on methodologies of the socio-critical paradigm, with distinct levels of participation. First "*for the people*", the *workshop* *Arquitectos de Família*, of management practice, focuses on the elaboration of the Base Program of the rehabilitation project. Following, the process "*with the people*", is based on Participatory-Action-Research, which works to develop the co-management model of citizenship practice. In the following moment of the application process, with other objectives and actors, this project focused on clarifying the rehabilitation process, refining the project, and mediating between technicians, residents, property owner, and entities, in closer proximity to the territory. Through these two projects, was reinforced an innovative bridge between education and social action. With concrete results, for the advancement of the application, contributed to overcoming barriers in the implementation of the rehabilitation project, had a positive impact on people lives on the functioning of the institutions involved, in the construction of knowledge about access to housing, and on the interest of participatory processes in the democratization of access to housing.

Keywords: Islands of Porto; Access to adequate housing; Governance; Rehabilitation; Public Policies.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I. Acesso à habitação condigna: problemas e oportunidades	
1.1. O problema no contexto das ilhas do Porto	10
1.1.1. Breve apresentação das ilhas	12
1.1.2. Marcos da alternância política sobre as ilhas do Porto	16
1.2. Quadro estatal regulamentar e financeiro	21
1.2.1. Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases da Habitação	21
1.2.2. O programa 1.º Direito	23
1.2.3. Plano de Recuperação e Resiliência	25
1.2.4. A Estratégia Local de Habitação-Porto	26
1.3. Condicionantes à intervenção	28
1.4. Hipótese de leitura do problema	31
1.4.1. A proximidade e a governança na democratização do acesso à habitação	34
1.4.2. Enquadramento nas teorias democráticas	36
Capítulo II. Reabilitar “para as pessoas”	
2.1. Hipótese e justificativa	38
2.2. Modelo de governação “ <i>gestionista</i> ”	39
2.2.1. <i>Workshop</i> Arquitectos de Família	41
2.2.2. Programa Habitar Porto	42
2.3. Objetivos	44
2.4. Metodologia	47
2.4.1. Rede de atores	48
2.4.2. Contexto e limitações	49
2.4.3. Programação das atividades	50

2.5. Resultados e discussão	52
2.5.1. Coleta de dados	52
2.5.2. Projeto de Reabilitação	57
2.5.3. Balanço das alterações produzidas	62
2.5.4. Discussão: entraves e oportunidades no processo de reabilitação	63
Capítulo III. Reabilitar “com as pessoas”	
3.1. Hipótese e justificativa	66
3.2. Modelo de governação “ <i>ciudadanista</i> ”	69
3.3. Objetivos	72
3.4. Metodologia	75
3.4.1. Rede de atores	77
3.4.2. Contexto e limitações	79
3.5. Resultados e discussão	80
3.5.1. Analisadores sociais	80
3.5.2. Projeto de reabilitação	91
3.5.3. Balanço das alterações produzidas	96
3.5.4. Avaliação externa dos projetos e ponto de situação do caso de estudo	97
Considerações finais	105
Bibliografia	115
Anexos	122
I. Projeto “ <i>para as pessoas</i> ”	123
II. Projeto “ <i>com as pessoas</i> ”	134
Índice de imagens	158

INTRODUÇÃO

Tema e contexto

Esta dissertação se debruça sobre a construção da democratização do acesso à habitação condigna, a partir do caso específico da morfo-tipologia de habitação característica da cidade do Porto conhecida por “ilha”. Se olharmos para o problema da habitação a partir de dois ângulos — o das manifestações, e o das causas estruturais que as originam, nesta investigação procuramos compreender as causas estruturais. Tendo como ponto de partida a atualidade, vemos como manifestações a crescente especulação imobiliária e a maior dificuldade no acesso à habitação. Por outro, a manutenção das condições de abandono em que se encontram a maioria das ilhas¹. Vemos um contexto de crescentes intervenções imobiliárias que vêem a habitação como mercadoria e objeto de especulação², voltadas para o lucro, independentemente das consequências sociais, acentuando desigualdades.

Neste enquadramento, vemos ainda dificuldade de implementação das políticas e programas públicos de acesso à habitação. Por questões que serão exploradas ao longo do trabalho, mas que entre os fatores estão a dificuldade de acesso, falta de informação e apoio, custos, morosidade, inadequação das políticas urbanas e de reabilitação, e a lógica

¹ Breda-Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *Ilhas' do Porto - Levantamento e Caracterização*. Município do Porto.

² Fonseca, J. (2020). *Habitar (n) o Bonfim: dinâmicas comunitárias e processo de projeto no Porto oriental* [Dissertação – MIARQ, FAUP], pp.108 – 115.

de implementação dos processos³. Reconhecidos pela própria autarquia,⁴ estão entre os fatores que contribuem para reforçar a perpetuação do problema. Neste cenário, vemos ainda o crescente descontentamento, descreditação e distanciamento das pessoas em relação aos técnicos e às instituições⁵. Desta forma, nos interessa debater, por um lado a construção do quadro regulamentar, como por outro a sua operacionalização.

Para além destes sintomas, esta investigação foi realizada durante a pandemia de COVID-19 e como contexto que reforçou, a partir do impacto e das mudanças que foram desencadeadas, a reflexão sobre as desigualdades sociais e a consagração do direito à habitação. A pandemia afetou os modos de vida, de diferentes formas e intensidades. Sendo que o seu impacto também esteve relacionado às possibilidades económicas, às condições sociais e do habitar, tanto em termos das condições físicas, como da localização da habitação no acesso à cidade, reforçando a necessidade de intervenção sobre as ilhas e as suas realidades. Para além das desigualdades desencadeadas e aprofundadas pela pandemia, o contexto chama a atenção para a im-

portância do acesso à habitação condigna, através da sua relação com a saúde, com a segurança física, psicológica, com a economia doméstica, e com o quotidiano. Apesar de todos os problemas desencadeados e intensificados que podemos levantar, acreditamos ultrapassar esta situação para torná-la um momento de clivagem para importantes mudanças que já precisavam acontecer.

Em um momento em que o conceito de desenvolvimento sustentável é cada vez mais discutido nas mais diversas áreas da sociedade, parece pertinente discutir o seu significado em termos concretos no problema da habitação, pensá-lo em relação ao bem-estar social, económico, local e ambiental: “*Estimular a inovação societal dos contextos tal como se encontram hoje*”⁶, na sua dimensão objetiva e subjetiva. É a partir da realidade, dos contextos tal como se encontram, que nos encaminhamos para o futuro que queremos. Entretanto, não somente a definição da agenda, como também *os modos* como se caminha para ela, são igualmente importantes. Assim, se pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam nas ilhas, e para a cidade como sistema, contrariando processos excludentes e de mercantilização dos direitos básicos, dos modos de vida, da identidade, da cidade e da sua população^{7,8}.

³ Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto.

⁴ Fonte: <https://www.porto.pt/pt/noticia/porto-deu-hoje-mais-um-passo-decisivo-para-novas-politicas-de-habitacao>.

⁵ Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Fórum Sociológico*(34), 61-70.

⁶ Ferrão, J. (2014) “A Inovação no Desenvolvimento Territorial Sustentável”, Conferências de Aljustrel, 5 de abril de 2014.

⁷ Turner F. C., J. (1976). *Housing by people*. Marion Boyars.

Objeto e abordagem

A presente investigação interpreta a habitação a partir de uma perspetiva mais abrangente, como um problema socioeconómico, e na linha defendida por Maden e Marcuse (2016), como um problema de economia política. A construção do problema do habitar e a geometria da habitação (Turner, 1977), está relacionada com os atores envolvidos, a forma com que se articulam e como são geridas as suas prioridades, os valores, as necessidades e os recursos. Assim, refletimos e exploramos o *re-ensamblar*⁹ dos atores, procurando colocar em contacto partes isoladas, ou mesmo não reconhecidas, para refletir criticamente sobre a construção do problema da habitação, de modo a motivar a transformação a partir da realidade.

As metodologias participativas são ferramentas centrais nos processos de transformação e emancipação social¹⁰ e pertinentes no contexto das ilhas do Porto¹¹. Estas permitem, através da proximidade

ao terreno um conhecimento mais próximo da realidade e ao trabalharem a flexibilidade das soluções e articularem atores, uma resposta mais eficiente¹². Assim, os processos participados são estudados como ferramentas que podem contribuir para a intervenção sobre as ilhas do Porto. As metodologias desta natureza têm se mostrado como alternativas pertinentes ao estarem fundamentadas na “*reflexão crítica e holística sobre os processos e as formas de compreensão que nos possibilitem a construção de uma operação de reabilitação*”, sendo instrumentos da governança.¹³

Uma vez que esta é uma investigação epistemológica¹⁴ e metodológica, antes de avançarmos primeiro esclarecemos o que é a epistemologia, ou teoria do conhecimento. Concebida de forma bastante ampla, pode ser definida como o estudo metódico e reflexivo do saber, da sua organização, da formação e produção de conhecimento (Japiassú, 1991, p.16). Entretanto, a sua delimitação, depende do autor ou da área do conhecimento, e pode en-

⁸ Coutinho, J. (2017). As «ilhas» do Porto e o turismo dos modos de vida. *Punkto*.

⁹ Autores como Laclau (2005) ou Latour (2005) defendem na *teoria ator-rede* que este tipo de transformações requer *re-ensamblar* um conjunto a partir dos seus fragmentos, juntando demandas que antes estavam isoladas entre si. Isto exige refletir sobre alguns atores-chave com base nas suas identidades e regras, próprias ou atribuídas, que constroem para si entendimentos muito diferentes do problema.

¹⁰ Marcuse, P., & Madden, D. (2017). In Defense of Housing: The Politics of Crisis. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, 113, 173-176.

¹¹ Granja, B., Matos Rodrigues, F., & Alberto Reis, J. (2014). Reabilitar, renovar e valorizar as Ilhas e incluir

socialmente os seus habitantes – uma intervenção arquitetónica urbana e social urgente e necessária.

¹² Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto.

¹³ Matos Rodrigues, F. (2016). Cidade e participação. Dois casos paradigmáticos: Bela Vista e Riobom. In *A cidade da participação. Projecto de Arquitectura básica participada na Ilha da Bela Vista* (pp. 29-30). Edições Afrontamento.

¹⁴ A qual exploramos através da vertente onde os conhecimentos de natureza científica e de outras tipologias, assentes em processos de intersubjetividade, são objetos de análise e crítica.

global questões de natureza filosófica ou científica, até as condições e questões de metodologia do trabalho científico. Na conceção da epistemologia em sentido estrito, é uma disciplina de origem filosófica, mas de natureza híbrida. Está orientada à solução de problemas da ciência, como os seus objetos, métodos e fundamentação (filosófica), evolução (história), e condições de produção (sociologia), como elucida Fonseca Júnior (2015).

Assim, nos debruçamos sobre o problema a partir de dois projetos de extensão universitária, “*para as pessoas*” e “*com as pessoas*”, que estão baseados em duas metodologias de governança diferentes. Da colaboração entre o Habitar Porto, uma entidade do terceiro setor, a FAUP e a ESE-IPP prestou-se apoio técnico para a candidatura de reabilitação da “*ilha no Campo Alegre*” pelo programa 1.º Direito, programa de acesso à habitação e principal instrumento financeiro existente na atualidade. Com um sentido prático e função social os dois projetos têm como caso de estudo esta ilha e visam contribuir para a viabilização da candidatura e da operação de reabilitação.

A investigação tem como objeto a construção do problema do habitar, e quais as oportunidades e soluções concretas para a superação de obstáculos na democratização do acesso à habitação condigna, especificamente através reabilitação das ilhas do Porto, como opção de habitação a custos controlados. Tendo como enfoque as consequências sociais e a viabilidade das políticas públicas em habitação

e dos processos de implementação, e a partir da ilha candidata, objeto-sujeito. Tem-se como objetivo contribuir para o pensamento e abordagens de intervenção, a partir da realidade do território, entendido como estrutura física e como processo, de crescente complexidade e interdependência¹⁵, com potencialidades e problemas. Refletimos sobre o acesso à habitação urbana condigna, orientada a grupos sociais fragilizados e correntemente excluídos, sejam inquilinos ou proprietários e “*promover uma transformação social a partir da habitação*”¹⁶, através de lógicas de proximidade.

Objetivos

O balanço crítico do problema é feito à luz da cidade contemporânea e a partir da situação em que se encontram as ilhas. O problema da habitação é constituído por um variado conjunto de intervenientes, com suas próprias questões, e temos como princípio norteador de que todos os intervenientes são parte do problema e da solução. De forma que, vemos interesse e pertinência em analisar e experimentar abordagens possíveis para a colmatação das fragilidades e exponenciação dos mecanismos existentes, a partir dos atores, e de seus papeis na rede de intervenientes. Entre estes atores temos os moradores como um dos grupos de maior fragili-

¹⁵ Domingues, Á., & Travasso, N. (2015). *Território - Casa Comum. Morfologias e dinâmicas do território*. FAUP.

¹⁶ Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do estado no centro histórico do porto*. Edições Afrontamento.

dade na equação desta questão, devido às condições de habitabilidade em que se encontram e por ser o grupo com maiores limitações económicas. É igualmente importante, entretanto, na construção do problema o reconhecimento dos proprietários, que se vêem sem recursos e com o seu património a degradar-se. Os profissionais técnicos e da construção são outro grupo “*que, sob outras condições, poderiam passar a trabalhar melhor ou, simplesmente, passar a trabalhar*”¹⁷ e também são afetados pelas modalidades de atuação e parcerias que são estabelecidas.

Outro ator com um papel central é o Estado, o posicionamento que tem sobre o problema, quais as suas responsabilidades e relação com as demais instituições, técnicos e sociedade civil¹⁸. O papel deste ator também é matéria de reflexão, uma vez que também constatamos a necessidade de reformas legislativas, de articular parcerias entre os atores, em especial os privados, e com o terceiro setor e de colmatar constrangimentos à operacionalização das políticas públicas em habitação e de seus instrumentos. A seguir, se elencam os objetivos da investigação, no quadro disciplinar.

¹⁷ Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto.

¹⁸ Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Fórum Sociológico*(34), 61-70, p.62.

Debate crítico e reflexões prospetivas

1. Discussão sobre o problema da habitação nas ilhas do Porto;
2. Leitura crítica do enquadramento regulamentar urbanístico e das políticas habitacionais existentes;
3. Reflexão sobre os contributos e limitações de projetos participados como possibilidades metodológicas de intervenção para as ilhas;
4. Discussão sobre o direito à habitação digna e os possíveis contributos dos Arquitectos:

4.1. Discutir a reabilitação das ilhas do Porto, como contextos de fragilidade social, com valor patrimonial e o seu potencial como de habitação urbana condigna a custos controlados;

4.2. Criticar a construção do problema do habitar e a adequação das políticas públicas e urbanísticas a forma do problema;

4.3. Dar voz e visibilidade as outras dimensões e perspectivas do problema do habitar, com enfoque em grupos normalmente excluídos dos processos de decisão, e que são os destinatários dos programas de acesso à habitação;

4.4. Refletir a estrutura das políticas públicas e de sua implementação, levando em consideração outras dinâmicas de participação dos atores, através de uma maior proximidade com a realidade, necessidades e prioridades dos envolvidos. Revisão

da forma de organização da participação e da estrutura de hierarquia do problema;

4.5. Refletir acerca dos contributos (multi)disciplinares nos processos de intervenção.

4.6. Discutir os desfasamentos e limitações dos atores e políticas na resposta ao problema, procurando meios e mecanismos que contribuam para viabilizar a reabilitação socio-espacial das ilhas.

5. Caracterizar e analisar o contexto socioeconómico da ilha:

5.1. Analisar os padrões de apropriação, de uso e de vivência dos espaços da ilha e da cidade;

5.2. Analisar as carências e soluções de resposta as mesmas;

5.3. Analisar a construção da ilha como lugar identitário, o seu valor urbanístico e arquitetónico;

5.4. Compreender as relações multi-escalares, das políticas e dos agentes;

5.5. Caracterizar a realidade física e socioeconómica;

5.6. Identificar as potencialidades e constrangimentos na reabilitação do caso de estudo;

Pertinência

A pertinência deste estudo está ligada ao contexto apresentado e do qual podemos reforçar, as condições de habitabilidade, e a oportunidade de reabilitação urbana integral através das ilhas. O abandono

e falta de manutenção também impactam a cidade no seu conjunto, com consequências sociais e económicas, de forma que podemos considerá-lo como um problema de saúde pública, direta e indiretamente através das condições físicas na vida das pessoas. Por exemplo, com compensações e apoios com gastos de saúde, a existência de fossas, a excessiva impermeabilização do solo, o uso de materiais perigosos nas construções, a simplicidade construtiva ou mesmo a falta de manutenção adequada, se constituem problemas urbanos e ambientais. Neste sentido, constatamos a necessidade de ajustes e mudanças, de modo a se evitar, seja o mau uso dos recursos, como as consequências e gastos com soluções inadequadas. A habitação é um direito humano fundamental, com um impacto multissetorial¹⁹, tal como estabelecido pelas leis internacionais²⁰, e igualmente presente na constituição portuguesa (Artigos 1.º e 65.º), no quadro legal da NGPH, e na Agenda 2030, que define os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU²¹. O que demonstra a importância e pertinência na atualidade de abordar o problema da habitação, e justifica o estudo.

¹⁹ Travasso, N., Varea Oro, A., Ribeiro de Almeida, M., & Sousa Ribeiro, L. (2021). Acesso ao mercado de arrendamento em Portugal.: Um retrato a partir do Programa de Arrendamento Acessível. *Finisterra*, 55(114), 21.

²⁰ Fonte: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_21_direito_habitacao_condigna.pdf.

²¹ Fonte: <https://ods.imvf.org/>.

Metodologia e estrutura

Os dois projetos abordados se encontram dentro do chapéu do paradigma socio-critico, são variações de modelos de governança, estão orientados para a prática e são experiências em primeira pessoa da autora. Apresentamos a seguir a estrutura geral do trabalho, organizada em três partes:

| *Capítulo I. Acesso à habitação condigna: problemas e oportunidades* | Nesta primeira parte, apresentamos o problema do acesso à habitação no contexto das ilhas do Porto, quais os desafios, quais as abordagens históricas, e quais as condições atuais para a intervenção nas ilhas, que aprofundamos através do quadro regulamentar e financeiro. Deste, apresentamos as principais condicionantes à intervenção e uma hipótese de abordagem para trabalhar os constrangimentos, e a partir da qual propomos a criação de novos espaços, capazes de articular os vários intervenientes.

| *Capítulo II. Reabilitar “para as pessoas”* | Do quadro teórico, avançamos para o segundo capítulo que corresponde ao registo da primeira experiência “para as pessoas”, o *workshop* Arquitetos de Família. Apresentamos a hipótese e justificativa de participar na plataforma formativa, e neste espaço de prática “*gestionista*” trabalhamos um conjunto de condicionantes ligadas ao que é necessário para lançar a candidatura da “ilha no Campo Alegre” ao 1.º Direito. Entramos em contacto com condicionantes práticas, e a partir das características do

território físico e social, é elaborada uma resposta de projeto que responde ao quadro regulamentar em benefício das pessoas. Desta experiência, vemos alguns dos entraves e oportunidades no processo de reabilitação, e a partir dos quais refletimos sobre outras possibilidades de participação e de apoio técnico para o processo de reabilitação.

| *Capítulo III. Reabilitar “com as pessoas”* | Já no terceiro e último capítulo, abordamos a segunda experiência “com as pessoas”, como outra possibilidade de operacionalização das ferramentas existentes. Nesta hipótese, a partir da metodologia de governança “*ciudadanista*”, e na continuidade do *workshop* num momento seguinte da candidatura e com outros objetivos, é realizado um acompanhamento em maior proximidade ao terreno, com maior extensão no tempo, e com outro conjunto de atores, com os quais teve-se em vista desenvolver outros papéis e trabalhar os desafios que permanecem após o trabalho realizado pela iniciativa dos Arquitetos de Família, abordada no capítulo anterior. Estas duas experiências procuram refletir e trabalhar as relações, as oportunidades e as distâncias entre o campo abstrato, do quadro teórico e regulamentar e a práticas, no terreno físico e social.

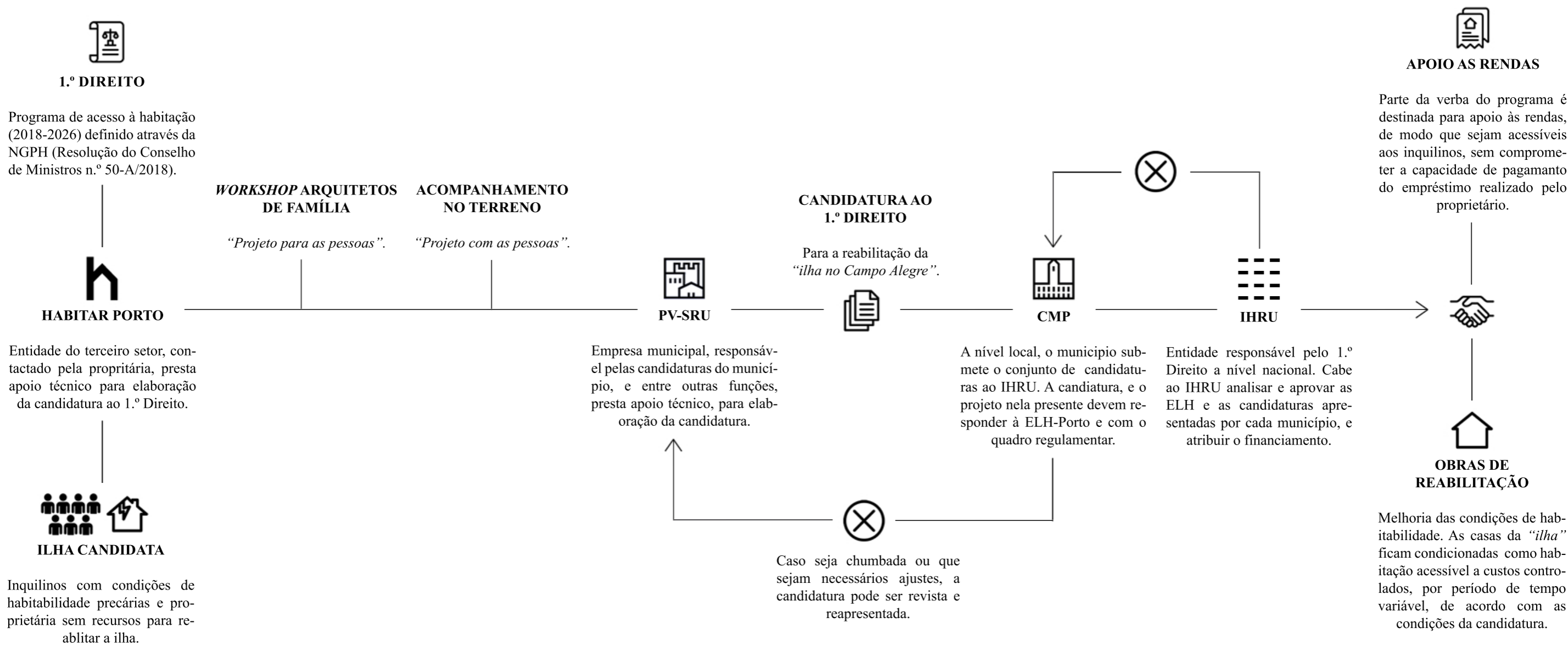
Metodologia, técnicas e instrumentos

A investigação é realizada através da recolha e análise bibliográfica, de elementos desenhados e escritos necessários à reconstrução histórica, levantamento do existente e revisão do quadro regula-

mentar, através de visitas de campo, conversas intencionais, reuniões multidisciplinares e coletivas. Também se procurou tirar partido dos seminários, debates e conferências, que compensam certa ausência bibliográfica sobre o tema e são vistas como fontes que trazem a discussão atual das questões abordadas. São empregues técnicas e instrumentos como a fotografia, o diário de campo, maquete, os modelos digitais, e registos desenhados. São consideradas relevantes e recolhidas informações de natureza qualitativa e quantitativa. A definição da metodologia específica é apresentada de forma detalhada ao longo do trabalho, no contexto de cada projeto. Apesar da limitação que se pode contra-argumentar em relação a “*ilha no Campo Alegre*” como caso de estudo único, este é interpretado como *laboratório*²² e não procura esgotar a complexidade e diversidade das ilhas nem do problema do habitar.

²² Entendemos o conceito de laboratório tal como Silva Fernandes, A. L. (2015, p.26) “*enquanto espaço de análise, de proximidade e de experimentação — constitui uma ideia operativa para compreensão e discussão. Coincidentemente, o caso selecionado para estudo em maior detalhe detém, já de longa data, esse carácter de laboratório de teste de soluções sociais, económicas e territoriais. Pelo que, a reflexão em torno deste contexto acaba por ser especialmente clarificadora de processos, elementos (des)estruturantes, desafios e sucessos*”.

Fig.1. Esquema do processo de candidatura da “*ilha no Campo Alegre*” ao programa 1.º Direito.



CAPÍTULO I.

O ACESSO À HABITAÇÃO CONDIGNA

1.1. O problema no contexto das ilhas do Porto

O conceito de “*crise na habitação*” deve ser empregue e compreendido com cuidado, visto o problema da habitação é multidimensional e multiescalar (Travasso, 2021), englobando fenómenos económicos e sociais, vemos problemas estruturais no contexto das políticas públicas em Portugal. Políticas como o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) e alterações no regime de regulação do arrendamento de curta duração, promoveram fenómenos como, entre outros, a alocação de fogos para locações temporárias, destinadas ao turismo, com rendas inflacionadas²³ e superiores aos valores praticados para arrendamento habitacional de longa duração. Estas circunstâncias contribuíram para uma crescente dificuldade de acesso ao mercado de arrendamento, afetando as classes médias, e agravando a situação das classes com menos rendimentos. Embora afirmado pelo Governo que a habitação é uma prioridade, foi o setor da despesa social que menos investimento recebeu desde a revolução democrática de 1974, situação agravada pelo fato de que tal investimento esteve concentrado nas classes médias²⁴.

Neste cenário o enquadramento legislativo, definido pela Nova Geração de Políticas de Habitação

²³ Marcuse, P., & Madden, D. (2017). In Defense of Housing: The Politics of Crisis. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, 113, 173-176.

²⁴ Tulumello, S. (2019). O Estado e a habitação: regulação, financiamento e planeamento. *Cidades, Comunidades e Territórios*(38), 1-7.

(NGPH) de 2018, representa uma transformação da perspetiva e abordagem governamental²⁵. Por um lado, em relação a orientação dos objetivos, e por outro sobre o papel do Estado. Contudo, ainda há graves dissonâncias e insuficiências no que diz respeito a uma resposta efetivamente universal de acesso à habitação adequada às necessidades das pessoas e não condicionada pelos rendimentos²⁶. Apesar de na agenda governamental se verem defendidos como principais eixos de ação a habitação social, a reabilitação urbana e o arrendamento, a ideologia da casa própria²⁷ permanece. Encontramos ainda a dificuldade de implementação das políticas e programas públicos de acesso à habitação. Entre os fatores desafiantes estão a instabilidade e inadequação do quadro regulamentar, a dificuldade de acesso ligada a falta de informação e apoio, os custos e a demora de implementação dos processos, a morosidade e inadequação das políticas urbanas e de reabilitação²⁸, que reforçam a mercantilização da habitação, e a perpetuação do

problema²⁹ e estão associados ao crescente descontentamento, desacreditação e distanciamento das pessoas aos técnicos e às instituições.

Deste enquadramento, vemos a necessidade de soluções alternativas, capazes de responder ao território e às pessoas. Assim, nos interessa debater por um lado o quadro legislativo e os instrumentos de acesso à habitação, como por outro a sua viabilização e as consequências sociais. No amplo quadro de questões que se colocam no problema da carência habitacional e de acesso a um habitat condigno, acessível para uma maioria, em especial para os grupos mais vulneráveis, iremos nos focar na participação e na governança, enquanto dimensões operativas e problematizadoras dos atuais instrumentos de política de habitação. Deste breve apresentação do problema em Portugal, a seguir apresentamos e justificamos a escolha das ilhas no como contexto sobre o qual nos debruçamos a partir do caso de estudo. Não nos detemos a uma reconstrução histórica extensiva, sendo este um tema já bastante abordado e desenvolvido, olhamos para o passado numa análise prospetiva, e dado o recorte desta investigação em compreender as intervenções sobre o urbano na época atual.

²⁵ Jorge, S. (2022). A alavanca do 1º direito: um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação *Finisterra*, 57(19).

²⁶ Travasso, N., Varea Oro, A., Ribeiro de Almeida, M., & Sousa Ribeiro, L. (2021). Acesso ao mercado de arrendamento em Portugal.: Um retrato a partir do Programa de Arrendamento Acessível. *Ibid.*, 55(114), 21, *ibid.*

²⁷ Costa Agarez, R. (2018). *Cem Anos de Políticas Públicas para a Habitação em Portugal, 1918-2018*. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana., p.472.

²⁸ Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto.

²⁹ Fonte: <https://www.porto.pt/pt/noticia/porto-deu-hoje-mais-um-passo-decisivo-para-novas-politicas-de-habitacao>.

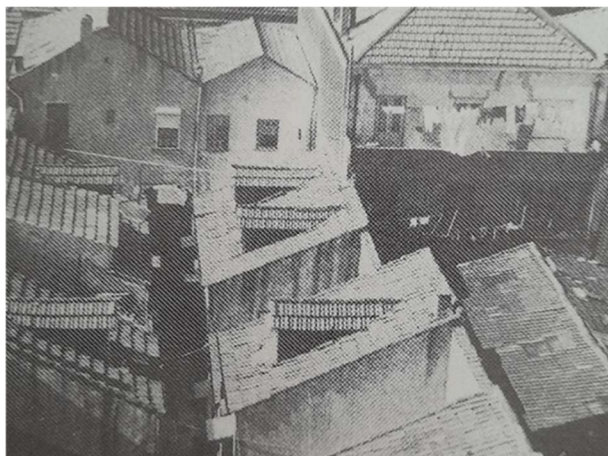


Fig.2. A morfo-tipologia das ilhas do Porto: vista aérea de uma ilha e relação com a casa burguesa; exemplo de uma ilha corredor; e interior de uma casa de ilha (fotografias tiradas entre 1907 e 1987).

1.1.1. Breve apresentação das ilhas

“Muitos observam, há muito tempo, estreitas portas por onde sai, de manhã cedo, do ventre dos quarteirões a longa fila dos trabalhadores. Transpõem-nas quase clandestinamente, descobrindo a cidade que é enorme, dentro da grande pequena cidade aparente.”³⁰

Génese

As “ilhas” são uma morfo-tipologia³¹ de habitação característica da cidade do Porto, e têm a sua origem nos finais do século XIX, em decorrência do crescimento económico e da população urbana produzido pela revolução industrial e o êxodo rural na transformação dos modos de vida e nos processos de urbanização que se observam no período. Consequentemente há um crescimento populacio-

³⁰ Alves Costa, A., & Fernandez, S. (2020). *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL - Antas*, Pedro Ramalho. Tinta da China. p.15.

³¹ A morfo-tipologia é a característica do tecido urbano que resulta da conjugação entre a morfologia urbana e a tipologia de edificação. A morfologia urbana tem a ver com a forma de organização e o desenho dos espaços edificados e não edificados. A tipologia da edificação respeita fundamentalmente à forma de agrupamento e à organização volumétrica dos edifícios. Da conjugação das várias morfologias e tipologias conhecidas resultam diferentes padrões de ocupação do solo urbano. Embora não haja uma correlação direta, os diferentes padrões morfotipológicos têm também correspondência com os usos dominantes do solo (Artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 35/2012/A de 16-08-2012). Fonte: http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1728630.

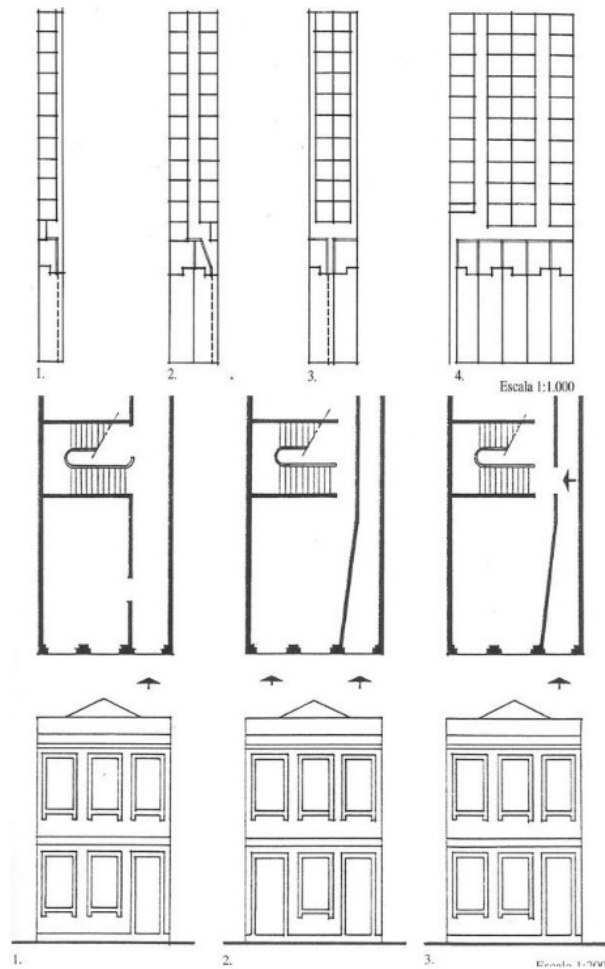


Fig.3. Configuração tipo das ilhas, acesso e ocupação do interior do quarteirão.

nal no Porto de 123.6% entre 1864 e 1911³², do qual se vê uma consequente necessidade de alojamento. Concebidas pela pequena e média burguesia nos logradouros das suas casas e construídas com poucos recursos, as ilhas visavam a rentabilização e o lucro a curto prazo. Estas construções implementavam-se nos longos e estreitos lotes portuenses, por vezes chegando -aos 100 m de extensão, e a rondar os 5,5-6m de largura (Teixeira, 1996). Principalmente destinadas ao operariado fabril recém-chegado à cidade, estas casas de reduzida área se constituíram como a primeira opção de habitação coletiva da cidade. A fragilidade social e a precariedade espacial, que ainda hoje se verifica, está na génese das ilhas. O crescimento e forma como as ilhas foram construídas está também associado ao vazio regulamentar do período o, no qual licenciamento não era necessário para o interior dos lotes.

Caracterização física e social

As ilhas são formadas por pequenas habitações, cujo módulo original ronda os 16-20m², com um ou dois pisos. Apesar da variedade tipológica que pode ser identificada³³, a “ilha corredor” pode ser considerada a organização corrente (Teixeira, 1996). Nesta configuração, as habitações estão distribuídas ao longo de um estreito corredor, que

³²Alves Costa, A., & Fernandez, S., op. cit., p. 49.

³³ Almeida, V. (2019). *O espaço não edificado como mecanismo de melhoramento da qualidade de vida da população* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

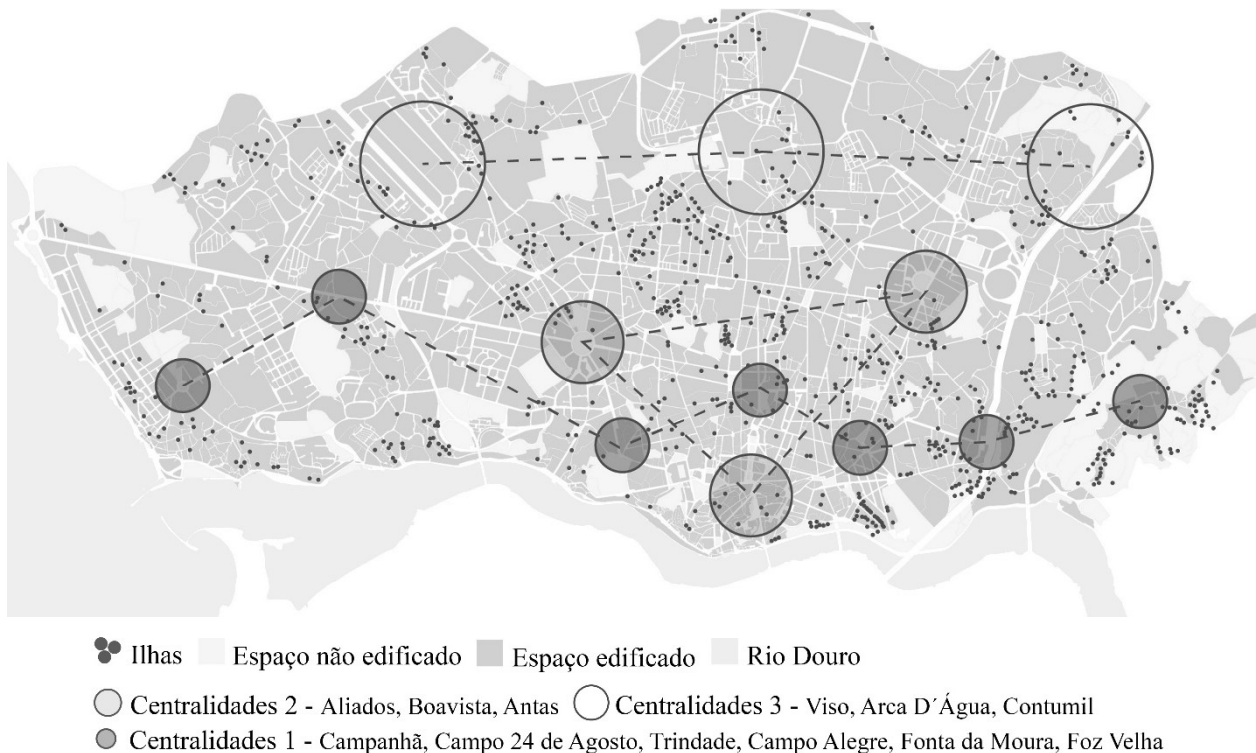


Fig.4. Localização das ilhas do Porto, mapa de distribuição e proximidade a centralidades de serviços e mobilidade.

pode ser ladeado de um ou dos dois lados, conforme as dimensões do lote. A banda de casas encosta ao muro de limite do lote, onde estão localizadas as instalações sanitárias partilhadas pelos moradores. O acesso é feito pela casa burguesa, que define a frente de rua, ou por uma estreita passagem lateral, que dá acesso ao corredor. É por esta condição interior que as ilhas recebem seu nome. De natureza autoconstruída, são habitualmente soluções frágeis, feitas sem apoio de mão de obra especializada, executadas conforme a necessidade e recursos se fazem disponíveis. As exíguas áreas da casa, as condições insalubres e os estigmas sociais de pobreza marcam o referente comum destes lugares.

Esta desqualificação espacial, seja das habitações seja dos espaços comuns, está associada a débilidade económica e vulnerabilidade social, que afeta tanto proprietários, quanto inquilinos. No entanto, apresentam uma localização estratégica, dispersas cidade e concentradas em regiões centrais, com boas condições de acesso à cidade.³⁴

Apesar das frágeis condições físicas, a localização estratégica das ilhas, que estão concentradas em regiões centrais da cidade, e próximas a serviços,

³⁴ Como aponta o inquérito de 1864 e 1900, as casas de ilha representavam 65.5% do total de fogos contruídos no Porto. Em 1899, reuniam 30% da população, o que nos mostra a importância das ilhas no parque habitacional portuense. (Teixeira, 1996).

equipamentos, transportes e espaços públicos, e áreas com uma maior oferta de empregos, bem como os custos reduzidos com a localização, fazem destas habitações uma opção de moradia viável para as classes sociais com menos rendimentos, que ainda hoje se colocam como seus principais habitantes. Assim, apesar de muito diversificados, os residentes aproximam-se pelos rendimentos baixos ou irregulares, por condições laborais precárias, baixa escolaridade e provenientes de fora da cidade³⁵, que constituem fatores que limitam o seu acesso à habitação do mercado ou ao arrendamento social.

As ilhas na atualidade

Nas 957 ilhas recentemente levantadas na cidade do Porto, a debilidade espacial, a ausência de infraestruturas, a falta de apoio aos moradores, e os proprietários descapitalizados e que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social, para a reabilitação física e social, ainda constitui a principal realidade. Nestas quase mil ilhas, compostas por mais de oito mil habitações, aproximadamente quatro mil e novecentas se encontram habitadas com dez mil e quatrocentas pessoas, o que corresponde a aproximadamente 6% da população do município. As condições de aban-

dono em que encontram-se a maioria das ilhas³⁶, mostra-nos que as ilhas não passaram despercebidas ao mercado imobiliário, em que as intervenções da iniciativa privada, principalmente, mas não só, destinadas ao alojamento de curta duração, tem demonstrado não conseguirem resolver os problemas estruturantes presentes, ainda menos em benefício dos atuais moradores. Neste cenário, tanto o estado das habitações ocupadas, como a razão do elevado número de desocupadas, interessa-nos para analisar os constrangimentos e as oportunidades de reabilitação das ilhas como opção de habitação condigna. Em relação à propriedade e ao regime de ocupação, apenas três ilhas são propriedade pública, e as demais são propriedade privada. Entre proprietários e inquilinos, uma ilha no seu conjunto, pode pertencer a um único proprietário, como as frações que a compõem podem pertencer a proprietários diferentes, que residem nas habitações ou que são arrendadas. A diversidade de composições e o fato de serem maioritariamente propriedade privada, são fatores que impactam os instrumentos e os processos de reabilitação.

Oportunidades e valor das ilhas como opção de habitação a custos controlados

Para além das condições habitacionais descritas, a reabilitação das ilhas como opção de habitação a custos controlados é motivada por algumas vanta-

³⁵ Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do estado no centro histórico do porto*. Edições Afrontamento.

³⁶ Breda-Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *Ilhas' do Porto - Levantamento e Caracterização*. Município do Porto.

gens³⁷ que serão exploradas ao longo da investigação, mas que podem ser sinteticamente elencadas:

- como possibilidade de salvaguardar o património (seja pela sua relação com o operariado fabril, seja por se constituírem como a primeira tipologia de habitação coletiva da cidade), e qualificar o mesmo, especialmente quando consideramos operações mais aprofundadas de reabilitação urbana;

- como resposta à necessidade de crescimento do parque de habitação privada a custos controlados, reduzindo a pressão sob o parque público;

- ao contribuir para reduzir a desigualdade no acesso à habitação, melhorar as condições de vida das populações com menos recursos, e para aumentar a diversidade nas áreas centrais.

1.1.2. Marcos da alternância política sobre as ilhas do Porto

O problema da habitação, e em especial quando falamos das ilhas do Porto, é resultante de um processo histórico que remonta à sua própria origem³⁸.

³⁷ Como defendido em Granja, B., Matos Rodrigues, F., & Alberto Reis, J. (2014). Reabilitar, renovar e valorizar as Ilhas e incluir socialmente os seus habitantes – uma intervenção arquitetónica urbana e social urgente e necessária. , em Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto., e em Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Fórum Sociológico*(34), 61-70.

³⁸ Borges Pereira, V. (2003). *Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas*

A questão das ilhas e a forma do problema são consequências de uma trajetória marcada nomeadamente pela complexidade de vertentes e atores envolvidos, por uma alternância de políticas que definem um percurso instável de abordagens, fator que contribui para a manutenção do problema. Assim, apresentamos a seguir de forma breve alguns dos principais marcos históricos das ilhas, que analisaremos de forma prospetiva, também com o intuito de caracterizar parte da sua história.

Plano melhoramentos

O Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto (Decreto-Lei N.º 40616), tomava como posição a erradicação das ilhas³⁹ e tinha como objetivo principal a sua demolição, e a criação de 6000 novos fogos para realojamento, com financiamento do Estado e da CMP, num prazo de 10 anos, entre 1956-1966. O argumento baseava-se nas condições de salubridade das ilhas e no descongestionamento das áreas centrais, com a expansão para as periferias, como forma de promover o desenvolvimento da cidade. Apesar da construção dos fogos ter sido cumprida, o plano não chegou a ser completamente

brevemente perspetivadas a partir da cidade do Porto (Vol. 13). Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ou Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89.

³⁹ Fonte: [https://www.cm-](https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966)

[porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966](https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966).



Fig. 5. Operação SAAL-Norte, 1974-1976.

concretizado, com a permanência de ilhas pela cidade. Neste plano de intervenção, vemos a segregação espacial da habitação social⁴⁰, num processo levou ao deslocamento de cerca de um quinto do total de moradores, com o desenraizamento das populações residentes que criou, apesar da melhora das condições físicas, problemas sociais, desagregações e quebras das redes sociais e de solidariedade⁴¹.

Serviço Ambulatório de Apoio Local

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, em resposta às graves carências habitacionais, e ao déficit de 484 487 alojamentos, entre os quais 150 000 nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, foi criado o SAAL⁴² com recursos do Fundo de Fomento a Habitação (FFH). Lançado a escala nacional e dividido em zonas o FFH organizou através do SAAL um corpo técnico especializado, que prestou assistência através das seguintes ações: ação fundiária, ação de projeto, ação de assistência nas operações de construção e ação de assistência

⁴⁰ Loureiro de Matos, F. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 127(3).

⁴¹ Breda-Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *'Ilhas' do Porto - Levantamento e Caracterização*. Municipio do Porto. , Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do estado no centro histórico do porto*. Edições Afrontamento.

68. ⁴² Bandeirinha, J. A. (2011). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p.68.

na gestão social. No caso do Porto, a estratégia de qualificação numa estava baseada em projetos de arquitetura e de planeamento urbano para as zonas com concentração de ilhas, a partir de uma abordagem mais integral sobre o problema, não apenas quantitativa e também não baseada em tipologias pré-definidas, valorizando e qualificando a malha existente. O processo foi realizado com brigadas técnicas a contar com arquitetos e estudantes em conjunto com as populações organizadas em comissões de moradores e cooperativas de habitação, para a requalificação ou construção dos próprios bairros. Entretanto, sua curta duração (1974-1976) impossibilitou que tivesse a abrangência correspondente a dimensão das carências habitacionais diagnosticadas.

O abandono a partir dos anos de 1980

As duas décadas que se seguiram foram marcadas por um abandono do problema das ilhas nos planos municipais e estatais, com um abrandamento nas políticas de habitação. Este abandono esteve associado as consequências do congelamento das rendas e de esvaziamento do centro para as periferias, com queda das atividades económicas locais, que resultaram numa crescente degradação do edificado, decorrente da falta de manutenção e interesse económico. Neste contexto, as ilhas perdem importância e prioridade, seja para o setor privados, quanto para o público. A iniciativa mais marcante do Estado terá sido o Programa Especial de Realo-

jamento (PER) lançado em 1993, com o objetivo de erradicar as barracas e ilhas, com o realojamento de seus habitantes a custos controlados⁴³. O programa envolveu 27 municípios, envolvidos de forma ativa no processo, das áreas metropolitana de Lisboa (AML) e Porto (AMP), sendo que do total de 48 416 agregados identificados, 15 000 encontravam-se nos nove municípios do Norte. Com uma taxa de execução de 78,8% para a AMP foram construídos 11.824 fogos através do programa entre 1994 e 2005⁴⁴. Vemos, no entanto, que este processo tem uma visão essencialmente quantitativa, e desconsiderou a dimensão qualitativa e as consequências sociais⁴⁵.

Em 2000 é criada a Domus Social, EM – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, que tem como objetivos “*a promoção da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social*”⁴⁶. Apesar não ser especificamente orientada para as ilhas, as abrange.

⁴³ Fonte:

https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_d_e_financiamento/per.html.

⁴⁴ Instituto da Habitação Reabilitação Urbana. (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*.

⁴⁵ Cachado Á., R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206(48). p.142.

⁴⁶Fonte: <https://www.domussocial.pt/empresa>

Neste período também foi realizado um levantamento para caracterizar os residentes e as condições habitacionais das ilhas, com o objetivo de estudar planos de intervenção⁴⁷. Contudo, na revisão ao Plano Diretor Municipal de 2001 e no quadro regulamentar deste período, as ilhas permanecem “esquecidas”, sem um enquadramento específico, estratégia ou plano de investimento público orientado para a melhora das condições habitacionais, e nesta ausência de um enquadramento regulamentar vê-se uma maior dificuldade de operações urbanísticas sobre as ilhas.

Novo Regime do Arrendamento Urbano

No período de resgate da economia portuguesa, após a crise de 2008, sendo um marco o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras de 2011, vemos um urbanismo de austeridade e uma viragem neoliberal das políticas de habitação e reabilitação urbana. O Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) de 2012, foi uma das políticas deste período através do qual se procedeu à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, introduzindo medidas destinadas a dinamizar o mercado do arrendamento. Destacando-se o mecanismo de negociação entre senhorio e arrendatário na atualização das rendas antigas, anteriores a 1990, salvaguardando-se as situações de carência económica e

⁴⁷Ferreira, M., Pimenta, M., & Ferreira, J. (2001). *Estudo Socioeconómico da Habitação Social - Porto*. CMP. p.15.

de arrendatários com 65 anos ou mais ou com deficiência grave⁴⁸, deixa de existir um prazo mínimo para os contratos, é definido um novo regime para a realização de obras em prédios arrendados, e um procedimento especial de despejo, tornando-os mais simples e rápidos, no caso de incumprimento do arrendatário⁴⁹.

O NRAU de 2012 faz parte de um conjunto de pacotes legislativos que tiveram início ainda nos anos de 1990⁵⁰ que aprofundaram a mercadorização e financeirização da habitação (Aalbers, 2016). Através de dinâmicas focadas no lucro, vemos a deslocação de fogos para as altas classes médias e para o turismo⁵¹ e outras modalidades de arrendamento a curto prazo com maior rentabilidade. Estas dinâmicas, e suas consequências dificultaram o acesso e a estabilidade da habitação não somente aos grupos vulneráveis, como as classes médias urbanas num processo de gentrificação, também já

⁴⁸ Fonte: <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/casa-e-familia/Pages/novo-regime-arrendamento-urbano.aspx>

⁴⁹ Fonte:

https://www.portaldahabitacao.pt/pt/nrau/home/apresentacao_nnrau.html.

⁵⁰ Medias como o Regime do Arrendamento Urbano (RAU), depois com o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) de 2006, em 2014 a Lei do Alojamento Local (AL) e em 2015 com o regime de isenções fiscais aos Fundos de Investimento Imobiliário. (Mendes, L., 2020).

⁵¹ Mendes, L. (2020). Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, 55(114), 77-104.



Fig.6. Marcos históricos das ilhas: abandono; reabilitação para alojamento local com desalojamento dos moradores; reabilitação municipal da Ilha da Boavista.

não mais restrito apenas às áreas centrais da cidade. Neste cenário vemos ainda a ausência de iniciativas de promoção pública para a habitação, onde as ilhas não são exceção, e no qual as reabilitações promovidas pelos investidores do setor imobiliário são principalmente destinadas para alojamento local, com a expulsão direta dos residentes, ou devido ao aumento das rendas⁵². Quando analisamos as causas da “*crise na habitação*”, vemos as diversas dimensões de contexto, as contradições e desigualdades, económicas e sociais que a compõem o problema.

Posicionamento atual do município

Em 2013 Rui Moreira toma posse como presidente da Câmara Municipal do Porto, e abandonando a posição adotada pelo seu antecessor, de demolição das ilhas e reabilitação dos bairros camarários, opta por manter e reabilitar estes lugares. O autarca afirma que para o seu executivo há ilhas com condições para serem habitação condigna e que “*fazem parte de uma forma de viver da cidade do Porto que nós não queremos perder e que queremos recuperar*”⁵³. Em 2016 avança para a reabilitação das ilhas camarárias da Bela Vista e do Bonjardim, com melhoria das condições habitacionais e permanências dos moradores. O envolvimento do

⁵² Coutinho, J. (2017). As «ilhas» do Porto e o turismo dos modos de vida. *Punkto*.

⁵³ Fonte: <https://www.porto.pt/pt/noticia/reabilitacao-da-ilha-da-bela-vista-continua-mesmo-sem-verbas-comunitarias>.

Laboratório de Habitação Básica e Social (LAHB Social, organização sem fins lucrativos, organizada por profissionais da área social e arquitetos, para desenvolver projetos de reabilitação para as ilhas e bairros da cidade, através de programas de acesso à habitação com mediação e participação dos proprietários e dos moradores, e que procurou servir de exemplo, mas teve, entretanto, pouca adesão dos privados.

1.2. Quadro estatal regulamentar e financeiro

O quadro regulamentar é um importante fator na produção do espaço físico. No caso das ilhas vemos, por um lado, a relação do seu surgimento com o vazio regulamentar da época, e com a falta de controlo prévio das operações na época, que viabilizou a sua criação. Através do quadro regulamentar ordena-se, de forma não linear, ao longo da história a inclusão formal das ilhas e casas de ilha, com a criação de um enquadramento mais favorável à sua reabilitação. Entretanto, sendo este um tema de investigação por si, nos detemos ao financeiro, especificamente, do programa 1.º Direito e as normas estatais que se aplicam à reabilitação da ilha candidata dentro deste âmbito (PDM, RGEU, RJUE, RERU, RJRU), uma vez que para ter acesso ao financiamento é necessário cumprir com estas regras, que impõe dificuldades aos promotores. Conhecer, interpretar e aplicar os regulamentos é fundamental para a viabilização dos processos de reabilitação. Também interessa a análise

deste em relação ao referencial teórico, para refletirmos as oportunidades e obstáculos destes instrumentos nos processos de reabilitação, que consideram a dimensão física e social. Este enquadramento em que se insere o 1.º Direito também nos põe em contacto com a estrutura de regulação e produção da habitação.

1.2.1. Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases da Habitação

A NGPH (Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio 2018), no marco dos 100 anos de políticas de habitação, parte do reconhecimento pelo Governo português do papel central da habitação para o desenvolvimento humano, a vida em comunidade e na promoção da competitividade e coesão social e territorial, bem como de problemas históricos da ação pública na consolidação do direito à habitação. Em resposta as alterações económicas e sociais que têm ocorrido em Portugal, e ao distanciamento entre o quadro normativo e as políticas públicas nesse domínio.

Estabelecida para o período de 2015 a 2031, representa uma mudança de abordagem, com reflexos no sentido estratégico dos objetivos e procedimentos em matéria de habitação. Com quatro objetivos principais orientados para garantir a universalidade do acesso a uma habitação adequada⁵⁴: dar resposta às famílias que vivem em situação de grave ca-

⁵⁴ Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>.

rência habitacional; garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado; promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais; aumentar o parque habitacional com apoio público; e que a reabilitação seja a principal forma de intervenção sobre o espaço urbano. Define 18 instrumentos de ação, com quadro legal e financeiro específico, destinados a diferentes grupos sociais⁵⁵, para atingir estes objetivos e duas metas quantitativas estabelecidas para 2026: aumentar o peso da habitação com apoio público, de 2% para 5%, com um acréscimo de 170.000 fogos ao parque habitacional e baixar a taxa de sobrecarga de despesas com habitação no regime de arrendamento de 35% para 27%⁵⁶. A NGPH representa através do seu posicionamento e estratégia de ação um momento de viragem no quadro das políticas públicas em habitação, *"com uma reorientação das políticas de habitação, do objeto — a “casa”, para o objetivo — o “acesso à habitação”*⁵⁷, e um olhar não apenas quantitativo, como também qualitativo.

⁵⁵ Com respostas mais destinadas às classes médias, como o PAA e aos grupos mais vulneráveis, como os programas 1.º Direito, Porta de Entrada, de apoio ao realojamento urgente (Silvia, J., 2022).

⁵⁶Fonte: <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2021/re1013-2021-2s.pdf>.

⁵⁷ Jorge, S. (2022). A alavanca do 1º direito: um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação *Finisterra*, 57(19).

O que é, e o que a LBH representa?

Paralelamente a NGPH a Lei de Bases da Habitação (Lei n.º83/2019, de 3 de setembro) também é relevante ao estabelecer *“as bases do direito à habitação, bem como as incumbências e tarefas fundamentais do Estado, por forma a que seja efetiva a garantia desse direito a todos os cidadãos”* (Artigo 1.º). A LBH define os objetivos, prioridades e mediadas da política nacional de habitação. Clarifica a estrutura de governança, determina a realização regular de diagnósticos das carências habitacionais, que devem integrar o Programa Nacional de Habitação (Artigo 17.º), e estabelece as Cartas Municipais de Habitação (CMH), a serem articuladas aos Planos Diretores Municipais (PDM), e com os instrumentos locais e gestão do território, existentes e planeados. A LBH assume que o Estado é o responsável em garantir o direito à habitação. Entretanto, Prevê a descentralização das responsabilidades do Governo central para os municípios, na implementação e promoção habitação a custos controlados. Para os quais impõe por um lado, o dever de regulamentação em algumas materiais específicas, e por outro, concede maior liberdade, por exemplo, em relação às políticas fiscais dos governos locais.

A LBH reforça a adoção de políticas de habitação integradas os instrumentos de gestão territorial, a fim de melhorar a programação e implementação. Neste sentido, estimula a articulação entre outros setores do planeamento urbano, como da mobili-

dade e equipamentos sociais. Esta lógica também se estende aos atores, sendo prevista a articulação com a iniciativa privada, as entidades sociais e do terceiro setor, que devem ser parte na promoção e defesa da habitação. A LBH confere um suporte para inscrever em políticas nacionais e municipais o que atualmente apenas existe em forma de programas sectoriais de incentivos e financiamentos (Travasso, 2020). Através do Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, procede-se à adaptação à LBH dos programas implementados pela NGPH, entre os quais está o programa 1.º Direito. A regulamentação da LBH também implicou a adequação e a adaptação da lei orgânica do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) entidade pública promotora da política nacional de habitação, ao novo papel, as competências e responsabilidades que lhe foram atribuídas com a implementação da NGPH⁵⁸.

1.2.2. O programa 1.º Direito

No âmbito da NGPH, foi criado o 1.º Direito (2018-2026) – um programa de apoio ao acesso à habitação direcionado para a promoção de soluções habitacionais às pessoas em situação de carência financeira e indignidade habitacional, que não possuem recursos para terem acesso, sem apoio, a uma habitação adequada. Esse programa, que pro-

⁵⁸ Fonte:

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3344&tabela=leis&so_miolo=S

cura ser uma resposta ao primeiro objetivo da NGPH. “*Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional*”⁵⁹, e para tanto está orientado para a promoção de dinâmicas de revitalização social e reestruturação urbana, a partir da adequação às especificidades dos territórios e de suas comunidades, com soluções que sejam igualmente estáveis e estruturadas na sua implementação⁶⁰. O 1.º Direito conta com um forte investimento público, e consolida-se como o principal instrumento financeiro em Portugal atualmente.

Soluções habitacionais abrangidas, destinatários e requisitos

Tal como preconizado na NGPH, é prevista a operacionalização do programa de forma integrada e em maior proximidade aos territórios: à sociedade civil, com reforço das cooperações horizontais e verticais, seja entre níveis de governo, seja com os privados e o terceiro setor. Para tal, o programa

⁵⁹ Fonte:

<https://www.portaldahabitacao.pt/novageracao-de-politicas-de-habitacao>.

⁶⁰ “*O Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional identifica o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, constituindo o primeiro levantamento sistemático realizado em matéria de precariedade habitacional, incidindo sobre todo o território nacional. Teve por objetivo realizar um diagnóstico abrangente das carências habitacionais graves existentes no país e servir de base preparação e implementação do 1.º Direito*”. Fonte: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. (2018).

requer a elaboração de Estratégias Locais de Habitação para a apresentação de candidaturas pelos municípios, bem como que o processo de implementação seja acompanhado e aferido, sendo esta responsabilidade partilhada entre os municípios e o IHRU.

Procurando promover a universalidade no acesso à habitação e dirigido a grupos vulneráveis, o programa está baseado na concessão de apoio financeiro para soluções habitacionais, sendo previstas as modalidades de arrendamento, reabilitação, aquisição e construção. Os recursos são disponibilizados a beneficiários diretos como proprietários (Artigo 25.º) e a entidades diversas (Artigo 26.º), como municípios, empresas e entidades públicas, o terceiro setor, associações de moradores, cooperativas de habitação e construção. O programa apresenta um quadro de critérios de avaliação de “*condições indignas*”, com definições dos conceitos de precariedade, insalubridade, segurança, sobrelotação e inadequação. Por sua vez, as situações de carência financeira são operacionalizadas pelo programa tendo como base o rendimento médio mensal e no património mobiliário da pessoa ou agregado, corrigido consoante a dimensão e composição do agregado.

Os “Núcleos Degradados” - Enquadramento e soluções previstas

As ilhas do Porto encontram-se sobre a designação de “*Núcleos Degradados*” (Secção II, Artigo 12.º

do Decreto-lei 37/2018), que integra as construções não licenciadas, com características específicas de organização espacial, construção ou de risco que constituem morfo-tipologias com identidade própria, normalmente identificadas como “*ilhas*”, “*pátios*” ou “*vilas*”. Sendo proprietários e inquilinos designados como beneficiários, o 1.º Direito prevê aos primeiros o financiamento para a reabilitação, e outras despesas elegíveis, como projetos e despesas como o realojamento temporário, como um mecanismo de compensação, restrito a estes contextos, através da comparticipação do Estado entre a diferença entre os encargos do proprietário, que se refletem na prestação mensal da parte financiada via empréstimo (40%), e o valor pago pelo inquilino. Nestes casos, o arrendamento deve manter-se por um prazo mínimo de 10 anos após a conclusão das obras (Artigo 38.º). O programa prevê ainda, para os inquilinos, nos casos de reabilitação em que é necessário realojamento, o apoio por um prazo de 18 meses, através de comparticipação na diferença entre a renda a pagar no realojamento, e a renda paga pelo inquilino. Os inquilinos têm como direito optar por indemnização ou recusar o realojamento equivalente. No caso da oposição dos proprietários, a posse administrativa, ou expropriação, por utilidade pública pode ser acionada pelos municípios (Artigo 12.º).

Estes são aspetos interessantes do programa que procura garantir a acessibilidade e estabilidade habitacional e contribuir para a permanência dos

aos inquilinos, enquanto procura assegurar aos proprietários os valores necessários para o pagamento dos encargos e estimular contratos de longa duração. Também é um ponto a valorizar no programa o apoio para o realojamento temporário durante as obras.

Enquadramento do 1.º Direito no IHRU

Criado em 2007, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) é a principal instituição em matéria de habitação em Portugal e representa a administração central. A entidade é responsável pela promoção da política nacional de habitação, compete a qual compete “*garantir a concretização, coordenação e monitorização da política nacional de habitação e dos programas definidos pelo Governo para as áreas da habitação, do arrendamento habitacional e da reabilitação urbana, em articulação com as políticas regionais e locais de habitação, no quadro da lei de bases da habitação*”⁶¹. Para tal, a entidade tem como atribuições: o planeamento, definição e avaliação de políticas, coordenação e preparação de medidas de política financeira, financiamento de interesse social, acompanhamento e evolução de projetos. Em relação à função financeira, concede participações, empréstimos, subsídios e outras formas de apoio e incentivo ao arrendamento.

Em relação ao programa 1.º Direito, o IHRU, presta aconselhamento técnico à elaboração das ELH e

⁶¹ Fonte: <http://www.ihru.pt/web/guest/quem-somos>.

soluções habitacionais, é responsável pela validação destes instrumentos, bem como das candidaturas e atribuição de financiamento, seja às soluções como ao apoio técnico necessário. Após a aprovação da ELH, a operacionalização do programa inicia com acordos de colaboração e/ou financiamento e a submissão de candidaturas, que quando validadas, viabilizam os recursos para a execução das soluções habitacionais propostas (IHRU,2020). É também função do IHRU promover a colaboração entre entidades públicas, com o objetivo melhorar as soluções propostas e a sua viabilização, bem como a monitorização contínua e avaliação do programa a cada dois anos.

1.2.3. Plano de Recuperação e Resiliência

Os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) são uma resposta elaborada ao nível da EU às consequências da pandemia de COVID-19 no plano económico e social⁶², elaborados por cada país membro, define um conjunto de medidas excecionais A curto prazo, as medidas implementadas procuram a estabilização e a médio e longo prazo, a recuperação e a resiliência. Os PRR, devem trazer as medidas e sua programação de implementação. As quais devem estar alinhadas com os pilares, objetivos e recomendações políticas da EU⁶³.

⁶² Fonte: <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/guias-e-infografias/Pages/plano-de-recuperacao-e-resiliencia.aspx>.

⁶³ Através do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio se Estabelece o modelo de governação dos fundos euro-

Enquadramento da habitação no PRR

Aprovado em 2021 no PRR de Portugal, sob a dimensão Resiliência, encontramos a componente “C2 - Habitação”, para a qual é descrito como objetivo: “*pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações indignas das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas*”⁶⁴.

Entre os desafios destacados está o levantamento dos 26.000 agregados a viver em condições habitacionais indignas (IHRU,2018) e as elevadas taxas de sobrecarga com a habitação, que afeta 26% dos arrendamentos para a habitação, com taxas de esforço, superiores a 40%. É assinalada como medida, aprovação da NGPH (2018), e entre os instrumentos que operacionalizam o PRR está o 1.º Direito. São apresentados como diferenciais do programa, que por um lado, ao contrário das políticas normalmente adotadas, não se defende a eliminação das residências de estrutura precária e de génese ilegal. Por outro a abordagem, baseada na transversalidade, inclusão e participação. Se reforça o papel das ELH como instrumentos de governação e planeamento estratégico⁶⁵ e a sua exigência para a operacionalização do programa. Ao ser integrado

peus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

⁶⁴ Plano Português de Recuperação e Resiliência

⁶⁵ *Ibidem*.

ao PRR, o 1.º Direito foi alinhado às metas definidas para atender às exigências necessárias ao uso dos recursos financeiros. Do montante total de 2733 M€ para a habitação, foram destinados ao 1.º Direito 1.211 M€, a fundo perdido. Devendo ser implementado até 2026, o PRR é um forte investimento no setor.

1.2.4. A Estratégia Local de Habitação-Porto

A Estratégia Local de Habitação (ELH), é um instrumento que, tendo por base um diagnóstico das carências habitacionais, recursos e dinâmicas de contexto, procura definir a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação. Estabelecidas através da NGPH, juntamente com as CMH, que são de natureza similar as ELH, porém mais abrangentes e com olhar mais transversal ao problema da habitação, as ELH podem se limitar ao enquadramento no 1.º Direito, e obrigatórias para se aceder ao apoio financeiro do programa. Nestes casos, deve ser apresentada a relação das soluções habitacionais com os objetivos e princípios do 1.º Direito, e somente após a aprovação da ELH, é que se pode prosseguir com a instrução e submissão candidaturas ao IHRU. Podendo ser definidas para um período máximo de seis anos, é um documento evolutivo que pode atualizado e alterado conforme necessário⁶⁶. Os municípios, são responsáveis pela aprovação, operacionalização, monitorização e

⁶⁶ Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt/estrategias-locais-de-habitacao>.

avaliação da implementação das soluções habitacionais, e demais competências previstas, como instrumentos regulamentares e apoio técnico necessários. O município tem ainda o papel de demonstrar as soluções habitacionais no enquadramento do documento, mesmo que não seja o promotor, e deve informar as entidades promotoras e beneficiários diretos.

Programação das soluções habitacionais

No diagnóstico das carências habitacionais da ELH-Porto é apresentado que no quadro nacional, dos 25.762 agregados em condição de privação severa de habitação⁶⁷ o município do Porto representa 8% do valor geral, com 2.093 agregados. Dos quais, cerca de 60% estavam identificados na tipologia habitacional das ilhas, e para as quais o município reforça a necessidade de ação para estes contextos⁶⁸. A partir do diagnóstico, a ELH estabelece a programação das soluções habitacionais, com critérios para aferição e definição das prioridades das soluções habitacionais a serem implementadas ao abrigo 1.º Direito. Assim, é desenhada a programação anual das soluções, para o período de 2020 – 2025, em total de agregados, por solução habitacional e o valor do investimento.

⁶⁷Conceição, P., Breda Vasquez, I., Afonso, J., Urbanovik B., T., & Serrano, T. (2019). *Estratégia Local de Habitação (ELH) com vista à apresentação de candidaturas ao 1.º Direito*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Domus Social E.M., Porto Vivo - SRU, p. 36.

⁶⁸ Conceição, P., Breda Vasquez, I., Afonso, J., Urbanovik B., T., & Serrano, T. (2019), *ibidem*.

Entre os critérios está a possibilidade de concretização das soluções, e a avaliação das condições de habitação e carência financeira. Outro aspeto considerado é o grau de integração nas políticas e nos princípios de intervenção, por exemplo, através da conjugação de outros instrumentos de política e em projetos mais integrados e estratégicos⁶⁹. Assim, na definição das prioridades das soluções habitacionais a desenvolver as ilhas, sob a designação de “*Núcleos Degradados*”, aparecem em segundo lugar. Posição que se justifica por um lado, pela dimensão e urgência do problema que afeta as ilhas. Por outro, pelos levantamentos, instrumentos e redes existentes, que já trabalham nestes contextos, com proprietários e projetos elegíveis⁷⁰. Na programação para as ilhas está previsto abranger um total de 720 agregados, num investimento de 31.881.600 euros, ao longo do quinquénio⁷¹.

Diagnóstico e estratégia de intervenção

É sublinhado no diagnóstico da ELH - Porto a vulnerabilidade, física e socioeconómica das ilhas, como contextos marcados pela desocupação e desinvestimento, o que as tornam especialmente sensíveis à precariedade habitacional, e a dinâmicas de segregação socio-espacial. A ELH-Porto propõe na definição de critérios de aferição de qualidade e

⁶⁹ No alinhamento ao Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2018.

⁷⁰ Conceição, P., Breda Vasquez, I., Afonso, J., Urbanovik B., T., & Serrano, T., op. cit., p.94.

⁷¹ *Idem*, p. 97.

viabilidade das intervenções, incluir e reforçar os mecanismos de contacto com proprietários e residentes; a identificação de condições e de intenções de investimento; o apoio à análise da viabilidade das intervenções e o apoio jurídico nos processos de arrendamento (ELH-Porto). No documento também é proposto, no âmbito do 1.º Direito, que para além das iniciativas promovidas pelos proprietários, sejam consideradas as intervenções combinadas em vários núcleos, bem como a conjugação com outros instrumentos das políticas de habitação⁷², e o enquadramento urbanístico existente. Aponta ainda a necessidade de mecanismos complementares, por exemplo, de apoio à renda. No diagnóstico e na estratégia é afirmada a necessidade de alargar o debate, para uma abordagem mais multidisciplinar, com intervenções mais próximas e baseadas no território.

1.3. Condicionantes à intervenção

A construção de soluções entre atores

Como vimos, o quadro regulamentar atual oferece condições bastante interessantes para a reabilitação das ilhas. Contudo, exploraremos quais os desafios à intervenção que se vêem no território, ligadas aos atores e a operacionalização dos instrumentos. Sendo possível afirmar que entre os agentes nenhum tem a solução, as respostas devem ser, idealmente, elaboradas a partir da especificidade dos

contextos de intervenção. Entre os diversos intervenientes, temos as instituições, os técnicos, os proprietários, os inquilinos, as construtoras, os promotores imobiliários, e as instituições financeiras, que para além de papéis específicos, possuem grandes diferenças de interesses e recursos, e na viabilização dos projetos de reabilitação é necessário coser, encontrar soluções que respondam a estas diferenças. Entretanto, vemos ainda uma falta de espaços e condições que permitam esta construção conjunta da resposta. Vemos ainda uma fragilidade no sistema de articulação entre os atores, com uma cultura de intervenção ainda bastante impermeável, seja pelos atores e setores tradicionalmente integrados ao processo, quanto pela falta de canais de comunicação e divulgação acessíveis a estes diferentes atores.

Há desconhecimento dos técnicos sobre o funcionamento dos instrumentos disponíveis, as pessoas têm dificuldade em perceber a estrutura de funcionamento das políticas e dos instrumentos, apresentada em linguagem técnica, pouco acessível no seu formato e divulgação. A mobilização dos programas com os seus requisitos, requer recursos específicos e tempo, para a elaboração de projetos e memórias descritivas, acesso às especialidades, e mesmo a consulta jurídica. A necessidade desta estrutura de suporte e mediação necessária à operacionalização dos instrumentos das políticas de habitação, devido às distâncias entre os atores e aos custos envolvidos, é um constrangimento. Ve-

⁷² *Idem*, p.95

mos também como o setor imobiliário e a promoção de habitação acessível não são vistos, nem trabalhados como realidades que podem ser integrados de forma colaborativa. Há o setor da construção, insuficiente para a atual demanda de um mercado aquecido e com o qual há desalinhos em relação aos instrumentos, que preveem custos abaixo dos praticados no mercado e com objetivos de concretização bastante elevados para a atual à capacidade de execução do setor.

Assimetrias entre as instituições, os territórios e os agentes locais

Apesar das atribuições dadas as entidades, e os pressupostos de ação das políticas e instrumentos de habitação, na prática, o que se vê é, por um lado, um processo pouco claro, complexo e moroso. Por outro, uma assimetria entre a instituição, os territórios e agentes locais⁷³. Os procedimentos adotados para a execução não estão alinhados com os objetivos que pretende atingir. Persiste entre técnicos e políticos, uma mentalidade e forma de fazer que ainda não está ajustado com a mudança de paradigma invocada, e que impacta o processo, como analisa Jorge (2022). O que se constata é que, para além dos constrangimentos definidos pela estrutura do processo, em relação ao que se faz necessário e aos tempos que são precisos para

⁷³ Jorge, S. (2022). A alavanca do 1º direito: um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação *Finisterra*, 57(19).

cada fase, há dissonâncias no “campo”⁷⁴ das políticas públicas, sobre o qual é preciso trabalhar para que a transformação saia do papel e alcance o território. Para a tal, para além de reformas sobre a dimensão prática dos procedimentos, e o olhar estritamente quantitativo sobre a realidade⁷⁵ vemos a necessidade da construção de um ideal coletivo comum, de uma relação partilhada sobre a habitação como direito básico e sua democratização.

A operacionalização das ELH

No estudo que faz o retrato desta primeira geração de ELH, Jorge (2022) mostra-nos que, apesar do potencial estratégico destes instrumentos, vários fatores têm se colocado como obstáculos seja por um lado a adequação das ELH aos objetivos e abordagem estabelecidos na NGPH, quanto por outro, a sua viabilização. A extensão do diagnóstico é por si uma tarefa com vários constrangimentos. Muito dos municípios não possuem estrutura institucional voltada para a habitação, sendo necessário reunir informações dispersas, entre entidades e no território, e o montante de apoio disponibilizado não é suficiente para se constituírem equipas multidisciplinares e garantir um trabalho de campo

⁷⁴ Conceito proposto por Pierre Bourdieu, que representa o espaço social onde se produzem e materializam os interesses e relações de poder resultantes das interações entre os atores. Em que, as estratégias dos agentes sociais estão relacionadas a configuração e às disputas específicas do campo (Bourdieu, 2003).

⁷⁵ Jorge, op. cit.

mais extenso, tal como previsto no quadro legal, o que também causa constrangimentos.

Em relação ao IHRU, os municípios referem ainda a morosidade, e crescente regularização e burocratização, em um processo de dificuldade de enquadramento das especificidades do território e relatam ainda limitações e instabilidades da instituição. Para além de aspetos do programa, recente e complexo, que tem sofrido alterações desde a sua publicação. O próprio PRR introduziu novas exigências técnicas e construtivas a serem incorporadas. Face a estes obstáculos, a serem ultrapassados num curto espaço de tempo para a execução das verbas, em muitos casos se colocou o dilema: *ultrapassar dificuldades existentes ou redimensionar as expectativas face aos constrangimentos e necessidades?* Entre rapidez e qualidade, a primeira é em alguns casos priorizada, negligenciando a abordagem integrada e participada da NGPH, que requer para além do tempo e um sentido de esforço, com a mobilização de recursos e atores.

As condições que afastam o problema dos seus potenciais destinatários

Entre os principais constrangimentos à implementação dos projetos, temos a estrutura de provisão de apoio técnico e financeiro, que na sua configuração administrativa, modelo de gestão e implementação ainda se encontra distante dos agentes de mudança, dos atores destes lugares e dos seus interesses. Esta estrutura não considera as lutas de

poder em questão, acabam por reforçar, em ocasiões, a descrença, o receio e a desconfiança nos técnicos e instituições. Entretanto, esta configuração não se detém na esfera pública, as consequências das ambições do mercado com a habitação, por vezes incentivadas por políticas baseadas na noção de competitividade urbana que vêem a cidade como “*máquina de crescimento*” também afetam a construção do direito à habitação. Estes processos demonstram que, quem de fato conseguiu mobilizar os seus interesses, foram aqueles que detinham o poder, o capital e a propriedade, e em muitos casos, não cabendo a procura em atender ao interesse público comum. No contexto das ilhas do Porto, onde tanto os proprietários quanto os inquilinos estão descapitalizados, reforça-se uma situação de desvantagem de representação política tradicional (Blondiaux, 2013).

Vimos como através da NGPH (2018) é estabelecida uma dinâmica participativa de caráter consultivo na definição de uma política nacional de habitação, e que ainda é preciso estruturar esta nova cultura de intervenção, junto aos atores, às diferentes escalas. Sobre este tema, Allegretti (2019) aponta que, apesar do crescimento dos processos participativos locais em Portugal na última década, “*a construção dos instrumentos e planeamento territorial e as políticas habitacionais continuam pouco permeáveis a um maior envolvimento direto dos cidadãos e cidadãs, e mantêm-se no domínio do procedimentalismo burocrático, ainda que —*

por vezes — *enriquecido por audiências ou assembleias públicas inseridas num contexto de escolha seletiva (cherry-picking) institucional*”. Bem como o facto de a provisão de habitação pública se encontrar regulada por instrumentos legais próprios e procedimentos burocráticos específicos, que dificultam a compreensão e o acesso, afastando este tema da participação pública (Allegretti, 2019). Podemos ainda complementar com a análise de Blondiaux (2013), que também associa o distanciamento falta de expectativa de concretização. Do exposto, vemos como a articulação dos intervenientes é necessária e apesar do quadro regulamentar, é preciso trabalhar a sua passagem para a prática. Desta constatação, a participação é deste modo vista como hipótese de superação dos constrangimentos associados à viabilização, e como forma de qualificar o processo.

1.4. Hipótese de leitura do problema

As dimensões do urbano

Como visto, o problema da habitação, é estruturado por um amplo conjunto de fatores, entre os quais estão aqueles pertencentes à dimensão da governança. De modo que as redes de atores, e a geometria do poder impactam a democratização do acesso à habitação condigna. Assim, avançamos sobre a hipótese de leitura do problema, procurando explorar o sentido da proximidade e dos modelos de governança na definição de respostas mais igualitárias, eficazes e sustentáveis, através na

construção de espaços e de práticas que permitam uma melhor coordenação e inclusão dos atores. Nesta construção de leitura do problema, aprofundamos as relações entre as intervenções sob o urbano e a dimensão social.

Podemos começar a construir a hipótese a partir do geógrafo Horácio Capel, o autor faz a leitura do conjunto urbano a partir de três dimensões – a *urbs* o espaço construído, a *civitas* como sendo a realidade social constituída pelos cidadãos e cidadãs que vivem na cidade, e pela *polis*, a esfera político-administrativa⁷⁶. Capel (2003) evidencia o papel da habitação na transformação da desigualdade social, de que formas o sistema de produção e o acesso à habitação podem ser orientados para o bem-estar e qualidade de vida, tendo como objetivo a redução da desigualdade. Assinala que, no entanto, a pouca transparência e a manipulação do mercado de habitação, pelo setor imobiliário favorecem a fragmentação, a segregação e o estigma sobre determinadas classes e grupos sociais, bem como sobre áreas da cidade. Frente a este processo, o autor aponta a necessidade de políticas públicas em habitação, visto que a autorregulação dos interesses não tem demonstrado resolver os problemas de escassez e precariedade habitacional.

⁷⁶ Capel, H. (2003). A modo de introducción: Los problemas de las ciudades. *Urbs, Civitas y Polis Mediterráneo económico Ciudades, arquitectura y espacio urbano*(3), 9-22.

O papel do Estado e das políticas públicas

Para Capel, o ambiente construído e o sistema de produção estão relacionados através dos interesses de quem rege, do que é priorizado e de quem tem acesso a que. As redes de relações humanas, financeira e de informação impactam a atividade e a vida social, e afetam o ambiente construído. Assim como David Harvey, autor que abordaremos mais adiante, Capel relaciona a justiça social e espacial com as mudanças e o acesso ao mercado do trabalho, a localização, os custos, a pressão e estabilidade no acesso à habitação. O autor defende que a democratização não depende apenas de realidade física, de forma que os instrumentos de ação e regulação não podem limitar-se a esta. Acrescenta ainda que, no contexto interconectado e complexo que constituem as cidades, para construir um serviço público com garantias de controle democrático, são necessárias regras jurídicas claras, vontade decidida para o cumprimento e uma autoridade fiscalizadora para a execução destas normas, sendo necessária uma administração pública eficiente, novas formas de regulação e de governo (Capel, 2013). O autor aponta um conjunto de medidas concretas, recomendações para as diferentes dimensões do urbano, tendo em vista o objetivo da justiça social e o bem-estar coletivo, dentre as quais ressaltamos⁷⁷: a necessidade de explorar e reforçar o papel de mediador do consenso da esfera pública, de arbitragem em defesa do bem comum

⁷⁷ Capel, 2003, pp.14-15.

público. Que deve ser acompanhado de um esforço educativo e de comunicação sobre o problema da habitação e sobre os instrumentos disponíveis; incentivar e difundir formas cívicas de colaboração e solidariedade, ressaltando a importância das organizações da sociedade civil e do terceiro setor. Aponta ainda como recomendação, que é necessário investir e priorizar a manutenção e a reabilitação do edificado, como formas de intervenção.

A natureza da justiça social e a geografia urbana

Por sua vez, em *Social Justice and the City*, o geógrafo David Harvey (1973) diz que os princípios da justiça social têm relevância para a aplicação dos princípios espaciais e geográficos no planejamento urbano. O autor explora a projeção social e moral, as considerações filosóficas urbanas e as relações entre estas e o urbanismo, o planejamento e os sistemas urbanos. No questionamento que faz sobre a natureza das relações humanas⁷⁸, do espaço e da teoria do conhecimento científico, expõe que a separação entre metodologia e filosofia é artificial e trata-se mais de uma questão de conveniência do que de rigor. Na sua compreensão, a justiça social não se trata de uma questão de justiça ou de verdades eternas, mas como conceitos que se relacionam com a moralidade na medida em que derivam das práticas sociais. Harvey afirma ainda que: “*Any overall strategy for dealing with urban systems*

⁷⁸ Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Blackwell Publishers. p.15.

must contain and reconcile policies designed to change the spatial form of the city with policies concerned to affect the social process which go in the city to achieve some coherent social objective” (1973, p.14). Esta noção de um “*objetivo coerente comum*” é relevante de duas formas. Por um lado, pela importância da coesão na formulação de políticas públicas, que, não são imparciais e carregam questões de natureza política, ética e social, sobre as quais é difícil construir um consenso. Por outro, e também essencial, o papel das utopias como horizonte para o qual se caminha, e da construção coletiva para a transformação social.

A dimensão pública e privada sobre a real distribuição de rendimentos

Na análise que faz aos efeitos da dimensão pública e privada sobre a real distribuição de rendimentos entre os diferentes grupos sociais, e na discussão sobre os principais mecanismos em questão na distribuição de rendimentos, Harvey afirma que as transformações na forma urbana e nos processos sociais estão relacionadas e a afetam. Destaca que a distribuição de renda pode ocorrer por mudanças na localização do emprego e da habitação, no valor dos direitos de propriedade e no custo dos recursos ao consumidor. Harvey refere ainda que falhas na oferta, no acesso ao emprego, a oportunidades de habitação, seja em termos dos valores ou disponibilidade, impõem grandes barreiras à acessibilidade de determinados grupos da população, em especial

daqueles que estando em situações de maior fragilidade tem maior dificuldade de adaptação a mudanças, sendo uma forte causa do aumento da desigualdade.

Ainda sobre os processos políticos e a distribuição de renda, Harvey reforça que os resultados dependem da informação disponível aos participantes, e influenciam a sua vontade de participar, cooperar, seu otimismo, pessimismo, entre outros. Desta forma ao se questionar a real capacidade de exercício de poder, é necessário analisar o acesso à informação, a representatividade, e as possibilidades de negociação que os diferentes intervenientes possuem. Assim como o espaço, as políticas são construções sociais a desempenhar funções e à procura de objetivos que não necessariamente vão ao encontro das ideias e do bem-estar coletivo. Sendo que estes aspetos têm relação com o enquadramento institucional e a sua organização, como meio para alcançar decisões coletivas, evitar arbitrariedade entre as necessidades e desejos concorrentes dos diferentes grupos de pressão. Segundo o autor, a elaboração de políticas públicas, com uma maior previsibilidade sobre as suas consequências é dependente de uma abordagem interdisciplinar, sobre os processos sociais e sobre a dimensão formal do sistema que constitui a cidade.

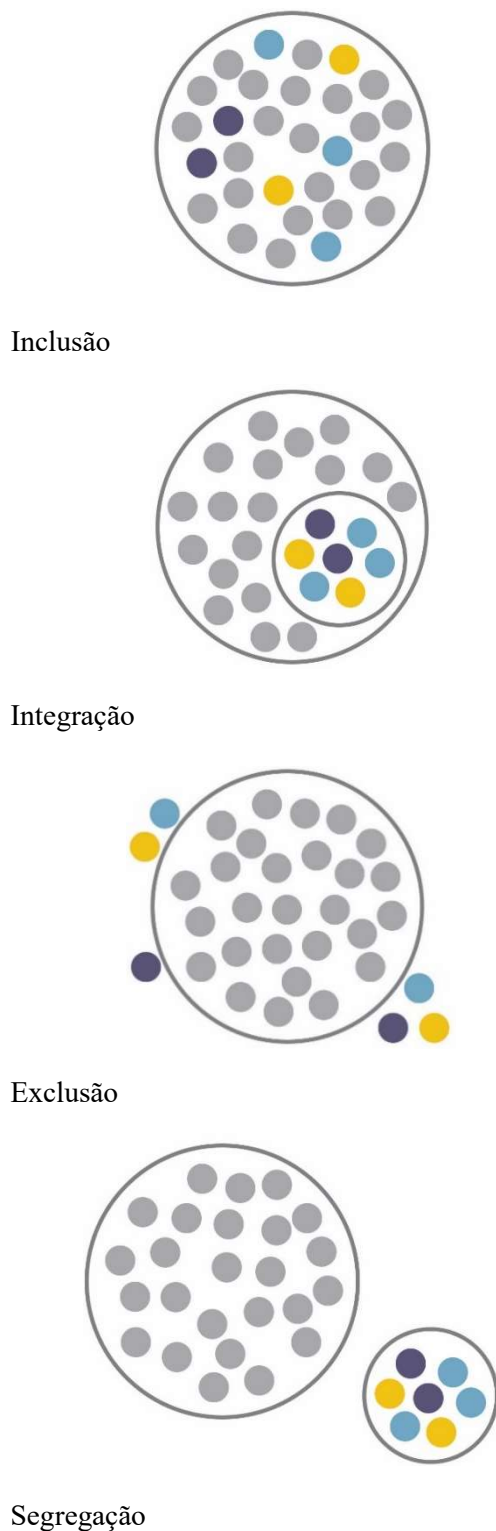


Fig.7. O que é inclusão?

1.4.1. A proximidade e a governança na democratização do acesso à habitação

Desigualdades na distribuição do poder e o papel da proximidade

Na continuidade da discussão, partilhamos com o autor a leitura de que “*spatial forms are there seen not as inanimate objects within which the social process unfolds, but as things which “contain” social process in the same manner that social processes are spatial*”⁷⁹. Esta reflexão é especialmente relevante ao considerarmos o impacto dos processos sociais e de projeto na construção de soluções democratizantes, viáveis e adequadas aos contextos. Harvey, citando Bachrach alerta que “*low-income groups can effectilly experience great difficulty getting into a negotiating position*”⁸⁰ e aponta como expetável o desequilíbrio nos resultados e nos interesses defendidos. Assim, a proximidade institucional e dos técnicos é capaz de favorecer a construção de respostas que contribuam para uma distribuição dos recursos que melhor atenda os grupos normalmente excluídos do processo de decisão, como os interesses comuns do território.

A construção da governança

Como argumenta Stramigioli (2021) a ampliação da participação cidadã nas decisões políticas necessita de ser aprofundada, de modo a evitar uma

⁷⁹ Harvey, *idem*, p.78.

⁸⁰ *Ibidem*.

governança demagógica e performativa, que agrava a descrença nas instituições, nos seus técnicos, e instrumentos. O autor afirma que é necessário é a horizontalidade entre os atores, e a justa delegação de responsabilidades, diretos e de poder de decisão. Assim, para superar vazios e desigualdades que se vêem é importante criar espaços de participação acessíveis e em proximidade, nos quais se crie uma real vontade de ceder poder de deliberação. É igualmente necessário questionar como estes espaços são construídos, quais os meios de chamada, o seu interesse e onde se realizam.

A elevada participação está relacionada, como afirma Blondiaux (2013), à credibilidade nas instituições e seus instrumentos, e a real capacidade de influir na decisão. Portanto, entre as condições para a participação está o trabalho da relação com as entidades, e os seus técnicos com as pessoas. A democratização do poder, em contraponto a uma governação performativa, requer que as entidades, as políticas e os instrumentos — nos seus processos de conceção, implementação e de gestão — tenham a participação estruturada a partir da representatividade, da capacitação e de uma real distribuição do poder de deliberação entre os atores.

Superar a gestão das aparências requer que não se limite a comunicar, mas que se definam novas formas de governar (Blondiaux, 2013). Neste sentido, também é necessário desenvolver o acesso à informação e uma comunicação clara, para que todos possam estar por dentro do processo, não

necessitando serem especialistas para conseguirem participar e tomarem decisões. A participação como forma de governança, requer uma abordagem ativa e próxima, que incorpore a complexidade da realidade. É, portanto, necessário trabalhar a partir e tendo em consideração o contexto, físico e social, na sua dimensão, quantitativa e qualitativa. Assim, a participação tem interesse para a reestruturação de diferentes dimensões do problema do acesso à habitação.

Assim, compreendendo a complexidade do problema do acesso à habitação condiga, deparamo-nos com a necessidade de soluções e modelos alternativos, capazes de dar resposta a esta condição e às especificidades dos contextos. (Boaventura de Sousa Santos, 2007). Do exposto, vemos que, a valorização da sociedade civil, abordagem que se contrapõem as práticas correntes, dispõe de potencial para produzir aprendizagens significativas e ter um impacto transformador e concreto. Desta forma, vemos o interesse nas metodologias baseadas na teoria *ator-rede* nas quais, a partir da articulação, e reorganização dos atores e de seus papéis, são valorizados os elementos periféricos do sistema, que contribuem com ideias inovadoras, não comuns em relação às ideias normalmente difundidas pelos grupos centrais, que detém o poder de

decisão os meios (Granovetter, 1973), e têm se confirmado frutíferas em diferentes contextos⁸¹.

1.4.2. Enquadramento nas teorias democráticas

No debate proposto sobre a democratização do acesso à habitação condigna, concluímos a construção do quadro teórico apresentando de forma sumária três linhas de pensamento da teoria e da filosofia política, o consenso, o dissenso e o agonismo, posicionamentos da política democrática.

As teorias do consenso e do dissenso

Apresentamos o *consenso* a partir do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, sendo este um dos principais autores da teoria da “*democracia deliberativa*”, um conjunto de pressupostos teóricos normativos que consideram a incorporação da participação da sociedade civil nas decisões e ações políticas. Em oposição ao entendimento pluralista liberal, são apresentadas duas visões que “*recusam a redução da democracia às instituições eleitorais vigentes e buscam caminhos para concretizar de forma mais efetiva, as promessas de soberania popular e igualdade política*”⁸², o *deliberacionismo* e a *participacionista*. Esta última vertente, está principalmente associada a um posicionamento em

defesa da autogestão, da descentralização decisória e da participação, com a disseminação pelas esferas quotidianas dos procedimentos democráticos. O foco reside em através das práticas democráticas, propiciar o trabalho social com o dissenso. Esta abordagem contribuiria assim para equilibrar os recursos para a ação política dos atores. O autor defende que a reconstrução da sociedade passa pela esfera das instituições e pela esfera pública (Durão, A., 2011). Na teoria do agir comunicativo o consenso, é visto como objetivo implícito das trocas comunicativas, ou seja, a busca do entendimento pelos atores, em oposição a uma ação orientada para o cumprimento de objetivos definidos previamente (Habermas, 1981).

No que lhe concerne, a teoria dos sistemas sociais ou do dissenso do sociólogo, Niklas Luhmann é uma interpretação complementar à teoria do consenso sobre a realidade política e jurídica no ocidente⁸³. Nesta teoria, enfatiza-se o dissenso em relação aos conteúdos morais na modernidade, e neste ponto o seu amoralismo contrapõe-se à fundamentação ética de Habermas. Apesar desta diferença, as teorias destes dois autores estão fundamentalmente orientadas para o estudo dos procedimentos de participação democrática, pondo em evidência no primeiro caso, o consenso, e no segundo, o dissenso como pressupostos da diversidade

⁸¹ Boni, A. (2016). Colaboração entre Ensino Superior e Sociedade Civil: uma visão transformadora. *Sinergias ED*(3), 8-14.

⁸² Miguel, L. F. (2014). Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". *Lua Nova* (92), 13-43.

⁸³ Neves, M. (1996). Luhmann, Habermas e o estado de direito. *Lua Nova*, 37.

de democrática. Desta forma, o dissenso e o consenso seriam antagónicos, ao agonismo.

O agonismo

Empregue por diferentes vertentes da filosofia e da teoria política contemporânea, o agonismo é um conceito abstrato, que abordaremos a partir da filósofa e cientista política Chantal Mouffe. A sua noção de “*democracia agonista*”, ou “*antagonismo domesticado*”, assume o conflito e o antagonismo como questões centrais da dimensão do político⁸⁴, e afirma importância do dissenso na política. Neste modelo, os inimigos (antagonismos) tornam-se adversários (agonismo), e apesar de terem visões de mundo diferentes, partilham os mesmos princípios éticos e políticos da democracia liberal, e segundo Mouffe, o consenso está nestas “*regras do jogo*”. Para a autora, a política é percebida como luta e conflito, e defende que as abordagens consensuais levam à apatia política⁸⁵. A sua tese tem como objetivo social a construção de um espa-

ço comum, simbólico, entre oponentes, e para a autora, sendo o poder constitutivo das relações sociais, seria impossível alcançar uma sociedade completamente harmoniosa. Assim, para Mouffe o modelo *deliberacionista* de autores como Habermas, ao defenderem que os processos políticos fossem regidos pela racionalidade pura, estariam a negar a relação entre poder e legitimidade e a ordem hegemónica⁸⁶.

Neste modelo de *democracia radical* há quatro noções centrais (Laclau & Mouffe, 1985): os conceitos de poder, de antagonismo, de hegemonia e de articulação. Este último seria o processo através do qual, os diversos atores políticos em disputa presentes na sociedade aberta e fragmentada encontram pontos em comum pelos quais consideram valer a pena a construção de uma nova identidade, que tivesse condições para tornar-se hegemónica. Os discursos políticos dos diferentes grupos são incapazes de conquistar a hegemonia, por serem incompletos, mas quando um discurso particular agrega conteúdos de outros discursos, a hegemonia torna-se possível. (Laclau & Mouffe, 2015, p.2). Do exposto, dentre estas linhas de pensamento, este trabalho está alinhado-se junto a perspectiva do *agonismo* de Mouffe e Laclau.

⁸⁴ Mouffe discute sobre o antagonismo a partir da distinção entre duas noções “*o político*” e “*a política*”. Em que primeiro diz respeito ao antagonismo inerente às relações sociais, enquanto a segunda refere-se ao conjunto de práticas, instituições e discursos, dos quais sempre surgem condições para o conflito, dado o caráter político das relações. Assim, a política, seria uma tentativa de domesticar o antagonismo do político, e desta forma, transforma a experiência democrática em uma experiência agonista, conforme esclarecem Kamradt & Southier (2019, p. 13).

⁸⁵ Kamradt, J., & Southier, D. (2019). Por uma tipologia do agonismo: a interpretação de Nietzsche, Arendt e Mouffe *Revista Teoria & Pesquisa*, 28(2).

⁸⁶ Mendonça, D. (2012). Antagonismo como identificação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9(dezembro), 205-228.

CAPÍTULO II.

REABILITAR “*PARA AS PESSOAS*”

2.1. Hipótese e justificativa

Do capítulo anterior percebemos algumas balizas na democratização do acesso à habitação — a existência de um enquadramento teoricamente favorável à reabilitação das ilhas, mas com problemas de operacionalização, na prática; identificamos um problema, o distanciamento e a falta de permeabilidade entre quem tem o problema e quem tem os meios. Propomos então a criação de uma nova cultura de abordagem, com a criação de espaços permeáveis aos atores periféricos. Neste Capítulo, avançamos com ilustrações de possíveis configurações destes espaços, através do registo de uma experiência em primeira pessoa, visando tornar pública e acessível às informações e o conhecimento produzidos.

A seguir apresentamos a ilha no Campo Alegre, caso de estudo desta investigação. Através do pedido de reabilitação da senhoria, desenvolvido no âmbito do *workshop* Arquitectos de Família, objeto deste primeiro capítulo, tentaremos perceber como o quadro teórico passa para a prática. Num primeiro momento abordaremos a entidade promotora, Habitar Porto, por partilhar da base epistemológica. Mais adiante no capítulo aprofundamos seja a caracterização da ilha, como do *workshop*, por um lado, como metodologia e por outro, as especificidades da edição.

O pedido de reabilitação

A “ilha no Campo Alegre”, localizada na freguesia de Massarelos, Porto, pertence a uma única proprietária, que tem a vontade de reabilitação integral da ilha através do programa 1.º Direito, com a condição de que os atuais inquilinos pudessem permanecer. Esta vontade passa pelo estado de degradação do seu património e de privação severa das habitações. Quando do pedido de reabilitação, das treze frações que compõe a ilha, quatro estavam desocupadas, uma vez que após a saída dos inquilinos, considerou que as habitações não possuíam condições para serem arrendadas. O processo teve início em 2018 quando a senhoria conheceu o 1.º Direito numa notícia de jornal. Após ter contactado a sua advogada, começaram a informar-se sobre o processo⁸⁷ e a partir daí, deu-se início ao processo com a CMP e estabeleceu-se a ponte com o Habitar Porto. Em entrevista, a proprietária explicou que o desejo da reabilitação já tinha algum tempo, mas que não avançou para além de orçamentos, por um lado por não possuir condições financeiras, e devido aos constrangimentos em obter um empréstimo bancário, por outro. Apesar de ter recebido propostas de compra, como passavam pela expulsão dos moradores, não aceitou, tendo deixado o assunto em suspenso até ver a notícia sobre o programa de apoio ao acesso à habitação.

⁸⁷ Guião da entrevista no Anexo II. Projeto “com as pessoas”. Ação - Entrevista a senhoria.

“Eu gostava que ela (a ilha) fosse modificada e ficasse bonita, que ficasse com boas condições para os inquilinos e que eu pudesse deixar os meus filhos. O intuito é que isto fique melhor do que é e que as pessoas futuramente possam usufruir de casas boas. Um dia que os meus filhos fiquem com ela que não tenham esse problema que eu tenho de andar sempre preocupada porque não acho que aquilo esteja em condições de alugar as pessoas...”

Proprietária da ilha, sobre a motivação à reabilitação. Entrevista a 27 de abril de 2021.

Neste enquadramento reside a justificação da escolha da ilha no Campo Alegre como objeto de estudo: a situação da ilha, em termos da sua condição física e de ocupação, a vontade de reabilitação com permanência dos inquilinos; a possibilidade de acompanhar o processo de elaboração e candidatura ao 1.º Direito, apesar das incertezas da sua viabilidade e dos tempos associados; a colaboração com o Habitar Porto, num trabalho em proximidade de carácter multidisciplinar e participativo e de acompanhar parte do processo através da participação na plataforma formativa Arquitectos de Família, visto como possibilidade de espaço de participação e capacitação profissional.

2.2. Modelo governança “gestionista”

O sociólogo Villasante (1989) refere que as três principais maneiras de articular as redes sociais são: a “populista”, a partir de uma confluência



Fig.8. Distribuição das ilhas no Porto. Em destaque a freguesia de Massarelos, onde se localiza o caso de estudo.



Fig. 9. Vista área da inserção urbana do caso de estudo.

entre a Administração e os Grupos Informais, a “*ciudadanista*”, da confluência entre os Grupos Formais e Informais e a “*gestionista*”, da confluência entre a Administração e os Grupos Formais. Apesar de considerar a prática “*ciudadanista*” mais interessante, o Habitar Porto que promove o *workshop* desenvolve uma prática mais ancorada neste terceiro grupo, o que justifica a partir de uma necessidade objetiva baseada, por um lado, por considerar que a proximidade ao terreno e a outras áreas e atores, também do campo administrativo, se faz precisa. Por outro, dada a necessidade de trabalhar a capacitação profissional e especializar progressivamente o trabalho, para formar profissionais ativos, capazes de viabilizar os projetos, e ultrapassar a dicotomia entre “*tecnocratas*” e “*ativistas*”⁸⁸. Desta forma, procura o estabelecimento de parcerias com o intuito de aplicação prática, veiculadas e vinculadas por atores institucionais, que também possuem um importante papel na consagração do direito à habitação.

2.2.1. *Workshop* Arquitectos de Família

Dentre as frentes de atuação do programa Habitar Porto, está a plataforma formativa Arquitectos de Família, em formato de *workshop*, que coloca estudantes finalistas do Mestrado Integrado em Arquitectura da FAUP no terreno, desenvolvendo a aprendizagem através da prática. O objetivo desta ação é de desenvolver um projeto de reabilitação

⁸⁸ Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M., op. cit., p.6.

para ilhas e casas de ilha, os estudantes entram em contacto com as realidades burocráticas de um projeto⁸⁹. Nesta iniciativa, estabelece-se um processo de aprendizagem prático e com sentido social, dado o intuito de execução dos projetos. Como espaço didático e de investigação, tem motivado o desenvolvimento de dissertações, que abordam o problema do habitar e das ilhas⁹⁰. Ao “*aprender, sendo útil*”⁹¹, no *workshop* os estudantes exploram dimensões com as quais não tem contacto ao longo do seu percurso académico, seja pelos temas, seja pelo sentido prático do processo de levantamento, concessão e apresentação que implica, do trabalho com as condicionantes, legais e urbanísticas, por trabalhar a partir dos recursos disponíveis tendo como objetivo a melhoria da condição de vida das pessoas.

⁸⁹ Fonte: <https://www.jpn.up.pt/2019/11/26/habitar-porto-quer-qualificar-a-cidade/>.

⁹⁰ Tema abordado nos trabalhos académicos de Almeida, V. (2019). *O espaço não edificado como mecanismo de melhoramento da qualidade de vida da população* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto., Fonseca, J. (2020). *Habitar (n) o Bonfim: dinâmicas comunitárias e processo de projecto no Porto oriental* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto., Oro, A. V. (2015). *La arquitectura del territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto* [Tese, Universitat Politècnica de València]. València., Reis, P. (2020). *Entre conhecer, fazer e transformar: a reabilitação das ilhas do Porto como mecanismo para aprendizagem colectiva* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

⁹¹ Fonte: https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_ge-ral.ver_noticia?p_nr=56442.



Fig.10. Plataforma formativa “Arquitectos de Família”: processo de trabalho do *workshop*; reabilitação de casas de ilha realizada com base no trabalho realizado no *workshop*.

2.2.2. Programa Habitar Porto

O programa Habitar Porto, surge em 2016, dinamizado por uma associação sem fins lucrativos, tem como propósito apoiar proprietários, inquilinos e profissionais da construção, visando reduzir a complexidade dos processos de reabilitação e contribuir para democratizar o acesso à habitação urbana a preço justo⁹². A equipa trabalha sensível e em resposta às dificuldades técnicas, de acesso aos financiamentos, à morosidade dos processos, e à própria gestão do consenso entre os atores. Os técnicos, procuram formas de alargar os direitos sociais, a partir, “*da proximidade e da simplicidade, passar das práticas concretas à definição de políticas mais eficazes, sustentáveis no tempo e acessíveis a uma maioria*”⁹³. A partir da perspetiva socio-crítica e de uma compreensão do problema da habitação⁹⁴ como de natureza socioeconómica, reconhecem a necessidade de “*re-ensamblar*” (Lacau, 2005 ou Latour, 2005) os atores. O Habitar articula atores e trabalha em redes de parceria — com profissionais de diferentes áreas como da arquitetura, educação, serviço social, saúde pública e do ensino. Com as instituições públicas, como a Câmara Municipal do Porto, a Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana e as Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã, e Instituições do

⁹² Fonte: <https://www.facebook.com/habitarporto/>

⁹³ Fonte: <https://www.programahabitar.org/quem-somos>.

Ensino Superior como o Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - FAUP e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Assim, com um sentido de inovação social o programa trabalha como uma “*correia de transmissão entre as pessoas comuns e as entidades públicas*”⁹⁵. Desta forma, as diferentes dimensões e atores envolvidos, são vistos como partes de um mesmo problema e, conseqüentemente, como partes da solução. Algumas das linhas de ação do Habitar Porto são⁹⁶:

- o trabalho na área de projeto. Facilitar o acesso ao trabalho da Arquitectura e da Engenharia, essências no desenho de soluções adequadas e que fazem uma melhor gestão dos recursos, também através da elaboração de orçamentos;

- diversificar o conjunto de soluções disponíveis ao cidadão comum. Facilitar o acesso as ferramentas disponíveis e reduzir a distância entre as pessoas e as instituições;

- estabilização do quadro legal, regulamentar e fiscal, de forma a simplificar as estratégias e abordagens das operações de reabilitação. O objetivo que se coloca é que deixe de ser necessário trabalhar sob o regime de exceção;

⁹⁵ Fonte: <https://www.programahabitar.org/quem-somos>.

⁹⁶ Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Fórum Sociológico*(34), 61-70. p. 64.

- através de apoio técnico: informar as possibilidades de financiamento existentes para habitação; orientar sobre os procedimentos burocráticos necessários; criar uma bolsa de imóveis e interessados, que dinamize o mercado da habitação.

- criar espaços didáticos e de investigação, como o *Workshop* Arquitetos de Família.

O Habitar e as ilhas

Sensíveis à emergência de ação sobre as ilhas, uma parte da sua atuação está orientada especificamente para estes contextos. O Habitar valoriza as ilhas como opção de habitação acessível e digna, e é na permanência dos moradores, na qualificação do território e nas mais-valias urbanísticas e sociais que se justificavam as intervenções. A partir deste posicionamento, conduz uma leitura que objetiva ser pragmática em relação à realidade das ilhas. Para as quais são avaliadas e propostas estratégias de reabilitação, que visam ser “*para as pessoas*”. Concretiza a sua ação a partir de um quadro de avaliação e referência que sistematiza a leitura dos casos, e que procura dar resposta aos problemas físicos e espaciais prioritários de serem resolvidos; e ao caracterizar e criticar o quadro regulamentar e das políticas públicas, como poderiam ser catalisadas ou ajustadas para tornar operativas as ferramentas que (in)viabilizam as intervenções, por exemplo, por ausências ou desadequações a tipologia das ilhas.



Fig.11. Cartaz da 4ª edição da iniciativa “*Arquitetos de Família*”.

2.3. Objetivos

O *workshop* “*Arquitetos de Família — ilha no Campo Alegre*” visa prestar assistência técnica no projeto de reabilitação e contribuir para a preparação da candidatura ao 1.º Direito⁹⁷, assim, os estudantes têm como objetivo ajudar a elaborar o Programa Base para a ilha. Este corresponde a um documento de apresentação do projeto para a sua apreciação pela Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano (DMDU-CMP), responsável pela avaliação a viabilidade da operação urbanística, requisito para se poder avançar com a elaboração da candidatura ao 1.º Direito. A partir do Programa Base, também se avança para as estimativas de custos e de financiamento, a serem discutidas, neste caso com a proprietária. Numa simplificação do processo, nesta fase a candidatura ainda não é uma certeza e está condicionada a aprovação do projeto pela entidade. Após ser aceite a nível municipal, o projeto irá então integrar a candidatura, que após ser aprovada pelo IHRU, poderá ser alvo de financiamento pelo programa, e então é que se avança para a operacionalização do projeto de reabilitação. A seguir apresentamos os objetivos gerais de participar no *workshop* e aprofundamos os objetivos específicos.

⁹⁷ Fonte:

https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=62202.

Objetivos gerais

BLOCO DE OBJETIVOS

Workshop Arquitectos de Família - Projeto “para as pessoas”

EIXO	OBJETIVO - FINALIDADE
Democratizar o acesso à habitação condigna	<ol style="list-style-type: none">1. Conhecer e colaborar numa experiência de projeto, em proximidade ao território com objetivo prático e sentido social;2. Aprender na prática o impacto de metodologias participativas e multidisciplinares, mobilizada por uma entidade do terceiro setor e com a colaboração de IES. Conhecer o trabalho de mediação da entidade no processo de reabilitação;3. Aprofundar o conhecimento sobre a realidade das ilhas.
Candidatura ao 1.º Direito	<ol style="list-style-type: none">4. Aprender sobre o processo de reabilitação através do 1.º Direito através de um caso concreto;5. Aprender como criar uma resposta que responde ao quadro regulamentar em benefício das pessoas.
Contributos da Arquitectura	<ol style="list-style-type: none">6. Explorar as possibilidades de prática da responsabilidade social universitária e as possibilidades de atuação profissional;7. Produzir um Programa Base que contribui para o avançar da candidatura. Ajudar na produção de solução para a senhoria, que também é em benefício dos atuais inquilinos;8. Produzir informação e conhecimento sobre o território;9. Contribuir para reduzir a distância e descrença nos técnicos.

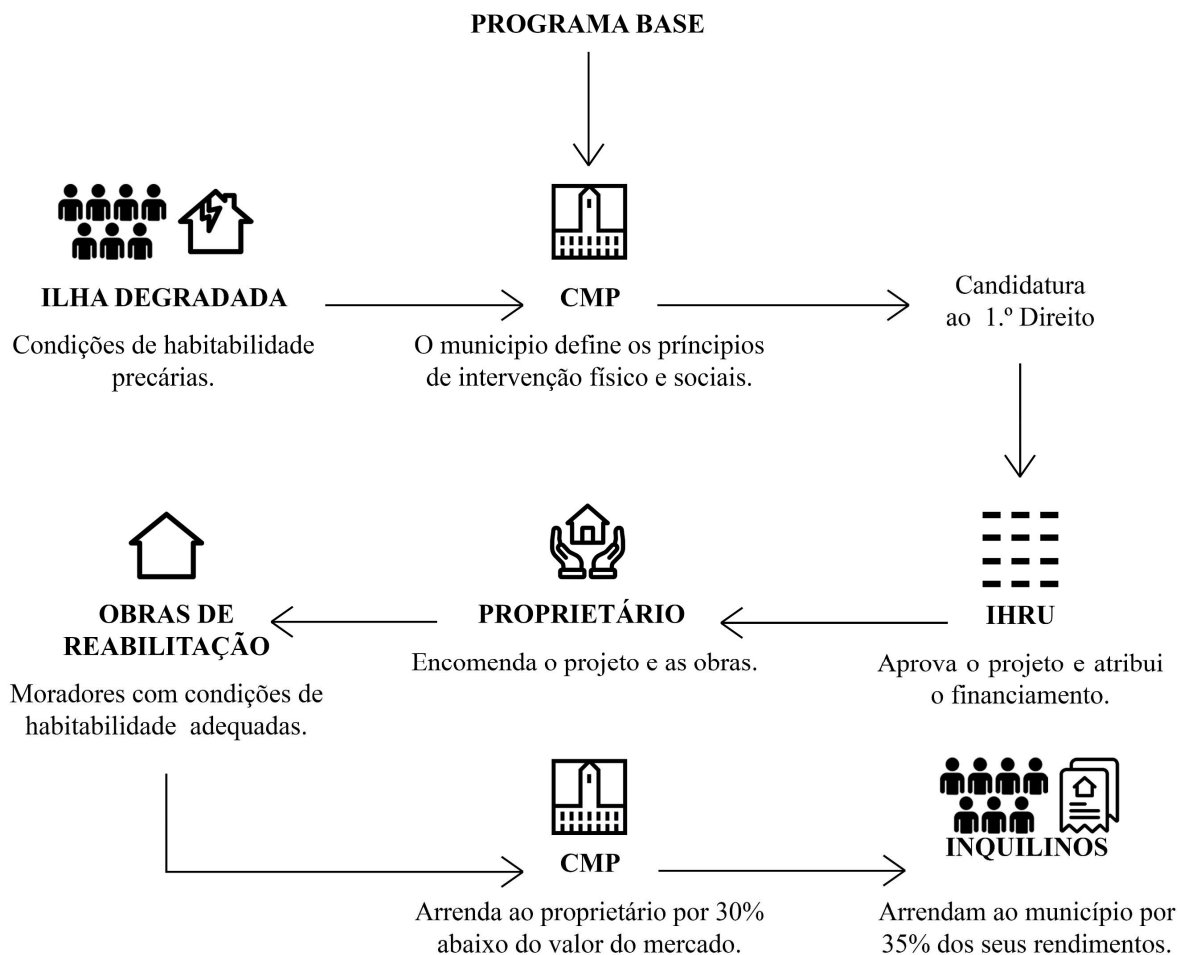


Fig.12. Diagrama de funcionamento do processo de reabilitação das ilhas através do 1.º Direito: mecanismo de apoio a proprietários e inquilinos.

Objetivos específicos

A seguir, explicamos mais detalhadamente o que é o Programa Base, objetivo do *workshop*. Primeiro, devemos esclarecer que um projeto se desenvolve de acordo com as seguintes fases: Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto, Projeto de execução e Assistência técnica. O Programa Base é definido como sendo um documento elaborado pelo projetista e destinado ao Dono da Obra, para a compre-

ensão clara das soluções propostas, visando a verificação da viabilidade da obra e do estudo de soluções alternativas, com base nas indicações expressas no programa preliminar¹⁰⁰. O Programa Base do *workshop*, não corresponde ao documento final, mas é uma ferramenta que permite aos principais intervenientes decidirem com rigor.

¹⁰⁰ Como definido na Portaria N.º 701-H/2008. Capítulo 1. Artigo 1.º - Definições.

O Programa Base a ser preparado no *workshop* é constituído pelos seguintes elementos: memória descritiva e justificativa do projeto proposto, detalhado a escala 1:100 e 1:50, com o enquadramento no quadro regulamentar urbanístico, em específicos instrumentos como o RGEU, PDM, RJUE e RJRU; descrição das condições de habitabilidade, com caracterização dos agregados e reconhecimento das condicionantes e; apresentação das soluções construtivas e proposta de operacionalização das obras. A elaboração deste conjunto de elementos informativos, entre peças escritas e desenhadas, tem como propósito, acelerar o processo, de forma a na fase de candidatura se evitar um pedido de licenciamento muito mais demorado no tempo e com mais custos associados. Complementarmente, o trabalho realizado pelos estudantes, contribui para traçar no projeto as condições do 1.º Direito, e em acordo com o quadro regulamentar urbanístico.

2.4. Metodologia

Da edição piloto, que decorreu no verão de 2018, o *workshop* Arquitectos de Família tem ocorrido anualmente. Abordamos, como metodologia, a quarta edição que se dedicou a ilha no Campo Alegre, numa experiência em primeira pessoa da autora como participante. Com duração de cerca de um mês, tendo decorrido de 16 de novembro a 11 de dezembro de 2020, o *workshop*, contou com a participação de quatro estudantes finalistas do MI-ARQ-FAUP e duas mestrandas da ESE-IPP, sendo

que esta parceria foi um dos diferenciais desta edição. Ao longo das semanas decorreram sessões de apresentação a críticos convidados. Entre eles, o arquiteto Bernardo Amaral (atelier BAAU), o arquiteto Paulo Vieira (membro da Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano da Câmara Municipal do Porto), o arquiteto Ivo Oliveira, o engenheiro Patrício Rocha (Instituto Politécnico de Viana do Castelo) e Arquiteta Maria da Conceição Melo (presidente do Conselho Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos). Para além destes, os participantes das edições anteriores também partilharam a sua experiência.

Contributos e limitações

O *workshop* destaca-se pela ponte que realiza, entre o poder público e privados, e entre ensino e ação social, de modo que elencamos alguns dos principais contributos desta plataforma:

- estimular e proporcionar um espaço para alternativas de abordagem e intervenção sobre estes territórios e do próprio papel dos atores, com o intuito - de uma maior adequação das soluções, a partir das ferramentas existentes;
- facilitar e permitir o acesso ao serviço do arquiteto e da arquitetura na solução;
- promover diálogo entre entidades, que resulta numa transmissão do conhecimento e discussão da problemática entre os envolvidos.

Esta iniciativa pretende atender aos interesses dos participantes e às necessidades da realidade sobre a qual se debruça. Como plataforma formativa, propõe o desenvolvimento de uma nova forma de ação por parte da arquitetura, incorporando os conhecimentos e mais-valias da disciplina e dos seus profissionais nos processos.

Por outro lado, é importante ter consciência das limitações da plataforma. Algumas estão relacionadas ao setor de atuação: apesar desta posição de mediador e da capacidade de dinamizar o acesso a atores e aos instrumentos, o Habitar Porto como entidade do terceiro setor possui limitações de ação, tendo necessidade e dependência dos setores público e privado na sua atuação. Outro fator está associado ao seu formato e extensão, que limita a concretização de um maior número de intervenções, estando aquém da necessidade que a realidade das ilhas, na sua dimensão, necessitaria. Entre tanto, em comparação com outras iniciativas⁹⁹ do mesmo setor, que também dinamizam a reabilitação de ilhas, entre a qualidade das intervenções e o volume, o Habitar, privilegia a primeira.

Técnicas e instrumentos

No que diz respeito às técnicas, o processo está baseado na pesquisa e leitura do enquadramento

⁹⁹ Reis, P. (2020). *Entre conhecer, fazer e transformar: a reabilitação das ilhas do Porto como mecanismo para aprendizagem colectiva* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto, pp. 77–87.

normativo urbanístico aplicável às ilhas e do 1.º Direito, na análise documental e cartográfica, em conversas intencionais, guiões temáticos e levantamento fotográfico e arquitetónico.

2.4.1. Rede de atores

Este projeto contou com o envolvimento de um conjunto de atores e entidades, em diferentes níveis e tempos, que são a seguir apresentados sumariamente:

- Arquitetos de Família e convidados – Coordenadores responsáveis pelas atividades do *workshop*, os estudantes participantes e críticos convidados, têm como objetivo a elaboração do Programa Base;
- Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano – Câmara Municipal do Porto. Pronuncia-se sobre a viabilidade urbanística da operação, e atua tanto nesta fase como posteriormente, em sede de controlo prévio, uma vez atribuído o financiamento do 1.º Direito;
- Equipas de orientação – constituída pelos orientadores e coorientadores de Educação Social, Ana Maria Bertão da Silva Neto da ESE-IPP, a autora, Aitor Varea Oro e Ana Luisa Silva Fernandes, investigadores no CEAU-FAUP;
- a proprietária – que para além do pedido de reabilitação, é Dona da Obra do projeto proposto, e

beneficiária direta no processo reabilitação da ilha através do 1.º Direito;

- Habitar Porto – Entidade do terceiro setor, que promove o *workshop* Arquitectos de Família, presta apoio técnico à proprietária e faz a articulação entre a ilha candidata e os intervenientes envolvidos no processo de candidatura;

- Inquilinos – Também são beneficiários, através do direito de acesso a uma habitação adequada e do apoio à renda, sendo que esta fase sua participação está circunscrita ao apoio na caracterização da realidade para elaboração do Programa Base;

- Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto –. Relacionada, através das duas mestradas de Educação Social e de sua orientadora, Ana Maria Bertão da Silva Neto, contribuindo para integrar a dimensão da Educação Social, a perspectiva, abordagem e preocupações destes profissionais no trabalho desenvolvido no *workshop*;

- e a FAUP – Instituição do ensino superior, que através da colaboração com o Habitar Porto, da mestrada desta dissertação e da equipa de orientação, acolhe a realização do *workshop*.

Articulação com a ESE - IPP

Na linha de ação “*aprender fazendo*” do Habitar Porto, esta edição articulou a componente da investigação através da presente dissertação, e a participação das Educadoras Sociais, também está associada aos respetivos mestrados em Educação e

Intervenção Social — Especialização em Ação Psicossocial em *Contextos de Risco da ESE-IPP*. Cabe referir, entretanto, que não participaram de forma contínua de todo o processo do *workshop*, por estarem a dar continuidade ao estágio obrigatório do mestrado. Entretanto, participaram das sessões de apresentação, na conceção do questionário, no processo do levantamento socioeconómico, e estiveram igualmente a par da proposta apresentada. Desta forma, apesar da abordagem da Educação Social não ter sido incorporada de forma mais integrada foi possível o contacto e partilha entre áreas.

2.4.2. Contexto e limitações

Entre as limitações e constrangimentos, o formato de *workshop* que se por um lado permite um trabalho bastante dinâmico e intensivo com maior grau de liberdade e com sentido educativo, por outro a sua curta duração traz limitações em relação ao grau de desenvolvimento que este tempo permite para realizar. Para além disto, o contexto específico de trabalho foi marcado pela pandemia da COVID-19, com implicações sobre o desenvolvimento do trabalho: em novembro de 2020, Portugal declarou Estado de Emergência para o território nacional, situação que se manteve ao longo do mês de dezembro. Entre as medidas sanitárias e de contenção, esteve a obrigatoriedade de recolhimento obrigatório, que impôs restrições de circulação e permanência na rua em determinados períodos do

dia, com uma prescrição geral de se evitarem saídas e interações não essenciais. Para além disto, em cumprimento das medidas sanitárias, os participantes foram instruídos a utilizar máscaras de proteção, desinfetar recorrentemente as mãos, evitar partilhar objetos, manter o distanciamento social de segurança e garantir o arejamento dos espaços. Dado este contexto, também respeitou-se a recusa por parte de alguns moradores de maior interação e levantamento das habitações.

2.4.3. Programação das atividades

Apresentamos na tabela a seguir a programação das atividades realizadas no *workshop*:

WORKSHOP ARQUITECTOS DE FAMÍLIA “ILHA NO CAMPO ALEGRE” - PROGRAMA

Programação - descrição das atividades.

APROXIMAÇÃO AO OBJETO	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA
<p>- 14 de novembro. Visita de reconhecimento e apresentação, anterior ao início oficial das atividades;</p> <p>Apresentação das mestrandas da ESE-Porto, da autora da dissertação e do arquiteto responsável do <i>workshop</i> aos moradores pelo representante da senhoria.</p> <p>- 17 de novembro. Sessão de apresentação:</p> <p>O que é o “<i>Arquitetos de Família</i>”:</p> <p>Contributos da Arquitectura;</p> <p>Edições passadas: Metodologia e objetivos; Inquérito levantamentos realizados;</p> <p>Formato atelier - espaço e dinâmica de trabalho;</p> <p>Exercício: Definir o inquérito e que perguntas faremos;</p> <p>CMP e IHRU;</p> <p>Programa Base;</p> <p>Apresentação dos participantes e organizadores.</p>	<p>- Levantamento: geometria (planimetria e altimetria), patologias, usos, socioeconómico e fotográfico;</p> <p>- Reconstrução histórica;</p> <p>- Apresentação dos convidados;</p> <p>- Produção dos desenhos: plantas, cortes e alçados a escala 1/100.</p>	<p>- Análise do existente: problemas e potencialidades encontrados;</p> <p>- Quadro de avaliação e referência urbanística para a reabilitação das ilhas do Porto;</p> <p>- Enquadramento da reabilitação das ilhas do Porto no Primeiro Direito;</p> <p>- Desenvolvimento de propostas a nível urbanístico e arquitetónico – Constrangimentos e oportunidades;</p> <p>- Demolir/Construir;</p> <p>- Necessário/ Possível;</p> <p>- Tipologia e organização espacial (esquemático);</p> <p>- Ponto de situação e apresentação aos convidados.</p>	<p>- Desenvolvimento de propostas (a nível urbanístico e arquitetónico):</p> <p>Planimetria e cortes;</p> <p>Qualidade espacial e organização interna;</p> <p>Escolha de materiais e soluções construtivas; propostas para os espaços exteriores;</p> <p>Intenções e solicitações de orçamentos.</p> <p>- Ponto de situação;</p> <p>- Apresentação aos convidados.</p>	<p>- Preparar material gráfico e descritivo do Programa Base e memória descritiva;</p> <p>- Comunicação para “<i>não arquitetos</i>”;</p> <p>- Ponto de situação e apresentação aos convidados;</p> <p>- Ajustes e conclusão da entrega;</p> <p>- Inquérito de satisfação aos participantes.</p>
DATA/ LOCAL	De 16 de novembro a 11 de dezembro de 2020. Sessões com acompanhamento, às 3.ª, 4.ª e 5.ª feiras, das 14h00 às 18h00, no espaço das Cavalariças, FAUP e sessões de trabalho na ilha, localização a ser disponibilizada para os participantes.			

2.5. Resultados e discussão

A descrição pormenorizada da ilha e do projeto proposto encontra-se nos anexos referentes ao *workshop* Arquitectos de Família, pelo que, nos detemos aos aspetos que mais interessam à investigação e de forma a ressaltar a experiência nesta iniciativa.

2.5.1. Coleta de dados

Enquadramento urbanístico e regulamentar

Iniciamos a secção com a coleta de dados sobre o caso de estudo, e que teve como objetivo, por um lado determinar o enquadramento urbanístico e regulamentar, as carências habitacionais e a desconformidade com os regulamentos. Por outro, será importante perceber qual o seu enquadramento ao nível do 1º Direito. O levantamento físico e das condições de habitabilidade foi realizado em simultâneo com a reconstrução histórica da ilha. Esta reconstrução teve duas finalidades, por um lado, legalizar ou restituir a legalidade do edificado, uma vez que pelo RJRU e RJUE estão isentas de licenciamento as edificações anteriores a 1951, e por outro perceber como agir nas intervenções de alteração ou ampliação do edificado.

As consultas a cartografia do arquivo Histórico do Porto, e das Águas do Porto, e assim como as informações disponibilizadas pela proprietária e pelos atuais inquilinos, permitiram datar a ilha

como sendo anterior a 1892. Do levantamento, também foi possível datar os anexos como posteriores a 1965, construídos sem licenciamento, estando desta forma ilegais. Os anexos ocupam quase na sua totalidade a área do segundo lote, autoconstruídos pelos moradores, para colmatar as exíguas áreas das casas e das funções básicas que faltam no seu interior incluindo, nomeadamente, casas-de-banho, cozinhas e lavandarias. Na altura da construção da ilha, os lotes tinham duas casas burguesas a fazer a frente da rua do Campo Alegre. Estas parcelas do terreno foram posteriormente vendidas para a construção do edifício de habitação multifamiliar que atualmente faz a frente de rua. Vemos como há este encontro de ordens urbanas, que deve ser abrangido pelos regulamentos, de forma a compatibilizar os diferentes tempos e lógicas do tecido urbano.

Tendo como objetivo a viabilização do projeto através da sua aprovação seja ao nível do licenciamento, seja pelo programa de financiamento, todo o processo esteve baseado e recorreu ao enquadramento regulamentar vigente. Segundo o sistema de qualificação do solo do PDM, a ilha se localiza numa zona de frente urbana em consolidação do tipo II. O tipo de leitura que se faz da ilha no seu conjunto, conforme os seus acessos e condição de frente de rua, como interior de quarteirão ou ocupação de logradouro, define condicionantes específicas para a intervenção. Neste caso, a classificação de ocupação do solo como interior de quarteirão,



Fig.13. Fotografias da “ilha no Campo Alegre”. Vista sobre a ilha e instalações sanitárias coletivas.

dada a autonomia do conjunto permite que se altere a volumetria.

Carências habitacionais e desconformidades com os regulamentos

As desconformidades com os regulamentos, a nível do conjunto da ilha e das habitações é nesta fase o principal entrave a resolver. As treze habitações da ilha não cumprem as áreas regulamentares definidas pelo RGEU por tipologia, nem se encontram adequadas aos agregados familiares que nelas – habitam. Esta apresenta habitações entre os 25m² e 28m², tendo uma área inferior a 35m² correspondente ao T0 regulamentar, estando assim em incumprimento das áreas mínimas por compartimento. Para além das áreas, os espaços também não cumprem com os regulamentos para iluminação e ventilação natural e de pé-direito, o que agrava os problemas causados por humidade que se pode verificar, contribuindo com o surgimento de bolores e deteriorando a estrutura dos telhados e revestimentos, não existindo ainda soluções de isolamento térmico ou acústico. A dimensão e as características das entradas e espaços de circulação comuns, como das próprias escadas das habitações, também não se encontram conforme os regulamentos de acessibilidade. As condições de habitabilidade e desconformidades descritas são complementadas pelo uso de matérias perigosos, como amianto, tendo sido especialmente identificados nos anexos. Deste modo, em relação ao conceito de



Fig.14. Fotografias da “ilha no Campo Alegre”. Espaço de encontro e apropriação da ilha pelos inquilinos.

“condições indignas” definido no 1.º Direito (Artigo 5.º), as habitações enquadram-se nas definições de sobrelotação¹⁰², inadequação¹⁰³, insalubridade e insegurança¹⁰⁴. A proposta de reabilitação, deve estar em conformidade com a normativa urbanística nacional - Regulamento Geral das edificações Urbanas (RGEU), Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e municipal – (CRMP) e Plano Diretor Municipal (PDM). É também necessário que a proposta responda às exigências de segurança contra incêndios, e de acessibilidade. Para além da normativa urbanística, a resposta de projeto, neste caso, deve ainda atender aos critérios do 1.º Direito e do PRR.

¹⁰² Definida a partir da “relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente, por falta de 2 ou mais divisões”. Para além das áreas, constatamos a ausência de usos básicos no interior das habitações. Fonte: Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.

¹⁰³ Definida como “incompatibilidade das condições da habitação com as características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência, em especial quando a habitação: i) Tem barreiras no acesso ao piso em que se situa; e ou ii) As medidas dos vãos e áreas interiores impedem uma circulação e uma utilização ajustadas às características específicas das pessoas que nelas residem”. Fonte: Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.

¹⁰⁴ Definida como situações em que “a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade”. Fonte: Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.



Fig.15. Planta do existente da “ilha no Campo Alegre”. Levantamento realizado no *workshop* Arquitectos de Família, 2020.

Levantamento socioeconómico

Dado o sentido deste projeto “*para as pessoas*”, realizou-se um levantamento socioeconómico com perguntas sobre a perceção geral e o quotidiano dos moradores da ilha. Esta caracterização teve início na primeira semana e foi complementada ao longo do *workshop*. Esta tarefa teve impacto no desenho do projeto, através da definição das tipologias e do programa, como por outro, foi importante para se verificar previamente a elegibilidade dos inquilinos ao 1.º Direito, e o tipo de apoio às rendas. Vemos assim que o levantamento socioeconómico permite adequar a intervenção ao contexto e criar informação sobre a realidade, as características e necessidades do território social, assim como a escolha dos instrumentos e recursos que melhor dão resposta às pessoas.

E quem são os moradores da ilha no Campo Alegre? Um total de quinze moradores, compondo nove agregados; com idades compreendidas entre os doze e os noventa e quatro anos; há uma variedade de tempos de permanência, o inquilino mais antigo reside há sessenta e três anos e o mais recente há seis meses; em relação à profissão: duas pessoas estão reformadas, um é estudante e os demais trabalham; em relação ao estado civil: duas pessoas são viúvas, quatro são casadas e as restantes solteiras; em relação à nacionalidade: há três pessoas estrangeiras e as demais são portuguesas. Em relação à distribuição e estado de ocupação das 13 habitações, temos: quatro frações devolutas,

sendo que uma está em estado de ruína; quatro habitações com uma pessoa; quatro habitações com duas pessoas; uma habitação com três pessoas.

O impacto das condições físicas na vida das pessoas

O levantamento também permitiu um primeiro reconhecimento da ilha pelos moradores, através do qual viemos a conhecer um pouco melhor o impacto das condições físicas na vida destas pessoas. Nesta tarefa foram trazidas questões ligadas à acessibilidade, sendo relatadas quedas e acidentes devido a barreiras arquitetónicas no interior das casas e à inadequação das condições de acessibilidade aos moradores com mobilidade reduzida. Os moradores também apontaram a insegurança, dada a natureza da passagem partilhada com o edifício de habitação multifamiliar e a ausência de um portão a controlar o acesso à ilha, com situações de furtos e transeuntes a passar pela ilha, o que também afeta a privacidade dos moradores. Os moradores também relataram desconforto térmico, devido à pobreza construtiva e ausência de sistemas de impermeabilização e de isolamento térmico, e também devido ao aparecimento de manchas de humidade e mofo, que para além das preocupações de saúde, já havia causado danos materiais. Foi ressaltado pelos moradores o mal-estar e falta de comodidade devido à ausência de casas de banho e cozinhas no interior das casas, pela partilha das instalações sanitárias e ainda questões de uso e



Fig.16. Fotografias da “ilha no Campo Alegre”. A situação de abandono e ausência de manutenção agrava a degradação, tem motivado invasões e o aparecimento de pestes.

despesas, devido à partilha de um contador de água por três frações.

2.5.2. Projeto de reabilitação

Apresentamos a seguir os resultados do processo de trabalho do *workshop*, formalizado através de uma memória descritiva e justificativa e de um Programa Base. Procuramos ressaltar no projeto de reabilitação proposto os aspetos técnicos ligados à operacionalização e as linhas gerais da estratégia de intervenção.

Condições de habitabilidade

Do levantamento foi definido o quadro de tipologias necessárias, contabilizando um total de oito fogos, quatro T1 e quatro T2. A proposta passa pela demolição das habitações 12 e 13, mantendo como área construída apenas a zona ocupada pelas casas em banda, com o aproveitamento da modulação das paredes de meação nos módulos reabilitados. A solução de projeto prevê a distribuição dos fogos em dois módulos T2 e dois T1, com duas habitações cada, uma térrea e outra no primeiro piso. Esta organização procurou uma melhor organização da planta dos fogos, a partir das condicionantes socioespaciais e do quadro normativo. A estratégia de passa pela redução ao mínimo das circulações, por exemplo, através da conjugação entre cozinha e sala, a fim de otimizar o reduzido espaço disponível, enquanto é assegurado cumpri-

RELAÇÃO ÁREA / TIPOLOGIA

RGEU	T0 35 m ²	T1 52 m ²	T2 72 m ²	T3 91 m ²
EXISTENTE	25.4 m ² 27.9 m ²	55.1 m ² 59.1 m ² 65.6 m ² 67.1 m ² 70.5 m ²	76.5m ² 79.5m ²	
PROPOSTA		T1 T1	T1 T1	T2 T2 T2 T2

mento legal das tipologias¹⁰⁵ a partir das áreas dos compartimentos essenciais. Esta proposta procura habitabilidade e conforto ambiental, através de condições de ventilação, iluminação, áreas por compartimento, pés direitos, condições de acessibilidade e de segurança, e materiais empregues, tiveram igualmente como parâmetro o enquadramento normativo vigente¹⁰⁶.

O enquadramento urbanístico da ilha impossibilitou o crescimento em altura do conjunto, não sendo possível ultrapassar a altura do muro de meação da ilha, ainda que não afetasse negativamente a envolvente urbana. Apesar de ter sido possível

responder à normativa com pés direitos mínimos, a qualidade ambiental do conjunto poderia ter sido melhorada com um aumento da cércea. A posição das casas em banda junto ao muro impossibilitou a abertura de janelas voltadas para os vizinhos, o que limitou as condições de iluminação e ventilação do piso térreo à fachada principal. A demolição das habitações doze e treze passa pela impossibilidade de adequação as áreas mínimas e por comprometerem as condições de acessibilidade e salubridade dos demais fogos. Em relação à adequação das habitações aos agregados, os moradores com idade avançada e mobilidade reduzida se beneficiam das unidades térreas, e apesar das limitações que pode produzir a longo prazo para os residentes mais novos os primeiros pisos constituem uma opção viável.

¹⁰⁵ De acordo com o RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas (1951). Decreto-Lei n.º 38382/51, de 7 de agosto, na sua versão atual.

¹⁰⁶ *Idem*.

A obrigação de demolição dos anexos e a demolição da casa doze permitiu uma reconfiguração espacial e programática dos espaços comuns da ilha. Neste ponto procurou-se explorar um sentido de comunidade e agregar funções comuns, reconhecidas no levantamento, como de tratamento da roupa, arrecadações, zona de estar, cultivo e jardinagem. Esta escolha foi baseada nas informações recolhidas no levantamento, e a partir das quais, se consideraram maiores as vantagens do que as desvantagens da partilha e teve também como intuito reduzir a possibilidade da reconstrução de anexos e outras formas de ocupação ilegal. No entanto, a solução proposta não foi posteriormente conversada com os moradores. Também foram aumentadas as áreas verdes e permeáveis, pelos benefícios, quanto por ser um ponto de valorização urbanística da proposta, tanto a nível municipal quanto do 1.º Direito. O projeto garantiu neste aspeto um aumento significativo da área permeável da ilha, passando de 2% para 47%, adequando-se às exigências do PDM¹⁰⁷.

Aspetos construtivos e operacionalização das obras

Com o sentido de viabilizar as obras, em relação aos custos e tempo, foram privilegiados materiais que já tem acabamento final e, no caso do mobiliário fixo e módulos das cozinhas, optou-se por me-

didadas *standard* de modo a universalizar as opções e facilitar a sua manutenção. O posicionamento das áreas húmidas, junto à parede de meação poente, visa otimizar as infraestruturas necessárias. A solução da cobertura em duas águas acaba por ser uma opção que, sendo autoportante, é estruturalmente mais estável e muito mais favorável. Adicionalmente, possibilita a construção de segundo piso, com os pés-direitos mínimos regulamentares. É proposta a execução das obras de forma faseada, visando reduzir os transtornos e a necessidade de realojamento dos moradores durante o período das obras. No caso da ilha no Campo Alegre a opção demonstrou ser interessante e possível, dado o perfil dos moradores e o estado de ocupação. No entanto, apesar de ter sido verificada a sua possibilidade, a partir da situação existente da ilha e no projeto proposto, a operacionalização do faseamento não foi desenhada, apenas recomendada.

Apesar desta abordagem implicar um maior custo e trazer repercussões à empreitada, o faseamento procura responder a um dos principais obstáculos na operacionalização dos projetos de reabilitação das ilhas — a resistência e o medo dos inquilinos em serem despejados ou em não retornarem às suas casas. Em muitos casos, especialmente nas situações mais vulneráveis e de risco, esta situação impede o prosseguimento de projetos aprovados e com recursos disponíveis. Deste modo, apesar de não ser a opção mais económica, tem um forte

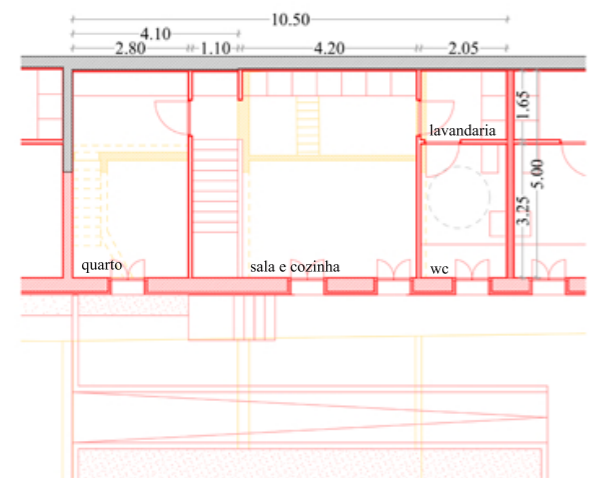
¹⁰⁷ Plano Diretor Municipal do Porto, na sua versão atual.

impacto sobre a viabilidade e nas consequências sociais do projeto de reabilitação.

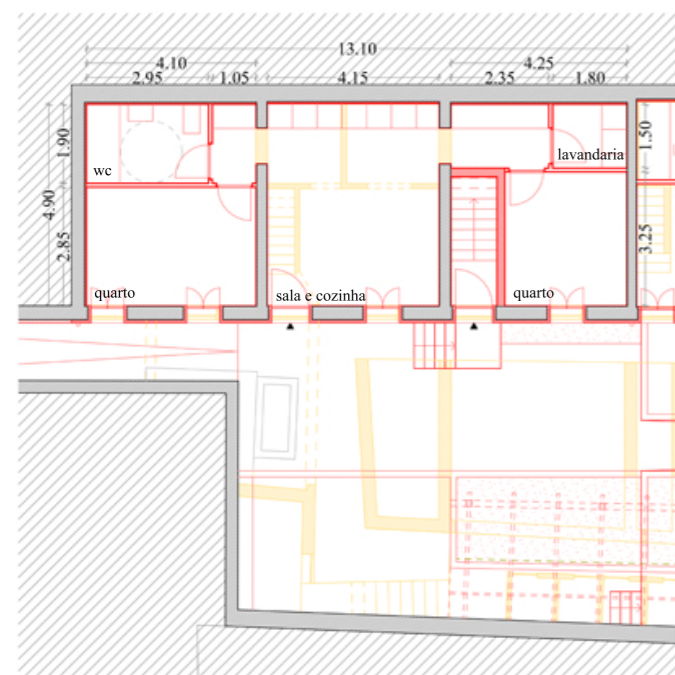
Submissão da candidatura

Cabe referir que o Programa Base dos Arquitectos de Família serviu de suporte para a aprovação urbanística de viabilidade e desta forma, permitiu, posteriormente, a submissão da candidatura da ilha por parte da CMP.

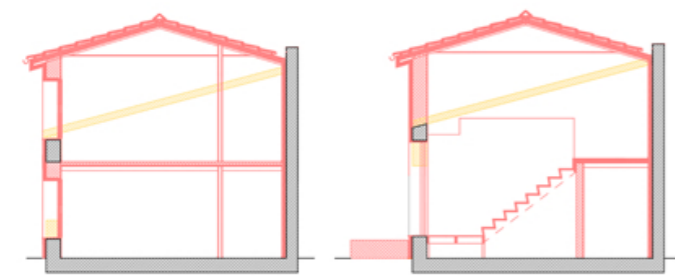
Fig.17. Projeto elaborado no *workshop* Arquitectos de Família, 2020.



Planta módulo tipo T1 - Primeiro piso



Planta módulo tipo T2 - Piso térreo



Corte tipo - compartimentos

Corte tipo - escadas

Existente
 A demolir
 A construir
 Proposta



2.5.3. Balanço das alterações produzidas

BALANÇO DO PROCESSO

Workshop Arquitectos de Família “ilha no Campo Alegre” – prática “gestionista”

ASPETOS FORTES

- Acesso ao profissional de Arquitectura;
- Levantamento físico e socioeconómico da ilha;
- Possibilidade de formação prática, multidisciplinar e baseada na realidade do território, com sentido social;
- Elaboração de uma estratégia de reabilitação que responde as condicionantes regulamentares e contextuais. Intervenção de reabilitação integral da ilha, com melhoria geral das condições de habitabilidade, a custos controlados, com qualidade construtiva e espacial. Redução do número de fogos, mas com adequação das tipologias aos atuais moradores e possibilidade de faseamento das obras;
- Participação da Faculdade numa atividade com função social;
- Processo baseado na continuidade e aperfeiçoamento metodológico;
- Contribuiu para avançar a candidatura ao programa de reabilitação.

FRAGILIDADES

- Reduzido período. Apesar do trabalho potenciado pelo formato *workshop*, o tempo se colocou como um fator limitante para o aprofundamento da proposta;
- Apesar do levantamento socioeconómico, os moradores, nunca estiverem presentes diretamente no processo, nem tiveram contato com a proposta.
- Fragilidade das condições de iluminação e ventilação nas habitações térreas, ainda que dependentes dos regulamentos em vigor. Perda de espaço privado exterior, em relação aos respetivos lugares de logradouro originais;
- Constrangimentos de desenvolvimento da proposta em especial devido a inadequação do enquadramento normativo à realidade das ilhas, que não as tomam como base morfológica.
- Incerteza quanto ao avançar da candidatura.

2.5.4. Discussão: entraves e oportunidades no processo de reabilitação

Do exposto, vemos que a reabilitação das ilhas, regulada por condicionantes técnicas e legais, com diferentes atores, que possuem interesses e recursos diferentes, por vezes, opostos, pode tirar partido em ser desenvolvida dentro de uma estratégia mais ampla, de regeneração urbana integral, baseada na proximidade. Vê-se aplicabilidade e os contributos da articulação de atores e de outros setores nos processos de reabilitação. Da experiência que partilhamos vemos como outros setores tem impacto no processo, o Habitar Porto, através do *workshop* Arquitetos de Família, permitiu o acesso ao profissional de Arquitectura e a um projeto para a elaboração de uma candidatura, bastante incerta, a senhoria. Através da preocupação social e proximidade ao terreno, se responde ao enquadramento normativo regulamentar, em benefício das pessoas. Neste sentido vemos uma melhor articulação dos atores, para a construção da resposta, dos recursos disponíveis - económico, político, humano e material. De abordagem “*gestionista*”, este *workshop* produziu contributos importantes e resultados tangíveis, através da elaboração da candidatura, baseada em princípios pragmáticos e, ao permitir o acesso ao profissional reduziu a distância entre Arquitectura e sociedade. O programa base é um contributo importante ao processo, através do qual: avalia-se a viabilidade da operação; permite balizar a discussão; permite aceder ao financiamento; e vin-

cula o financiamento ao projeto, o que é uma garantia da qualidade, e neste caso, tem relação com a vontade de permanência dos atuais inquilinos.

Esta ação coloca-se desta forma, como possibilidade prática e pragmática no universo de soluções para as ilhas, capaz de dinamizar e viabilizar os instrumentos de políticas, em benefício das pessoas. No entanto, dada as suas limitações, colocamos como pergunta e possibilidade a ser explorada: “*quais os contributos da prática cidadanista?*”. Compreendemos que esta não é a única solução pelo qual passa a reabilitação, nem que a reabilitação destinada à habitação acessível é o destino único das ilhas. Vê-se, no entanto, um sentido estratégico, especialmente dada a necessidade de ampliação e reabilitação do parque habitacional público, de regeneração urbana, preservação do património e de reconhecimento e apoio social a populações carenciadas que têm sido expulsas por processos de gentrificação.

No processo do *workshop*, foi possível observar que as IES têm um importante papel, e podem ter um impacto concreto, seja na construção de conhecimento, no debate, como na prática. Também podemos ressaltar o interesse de formação académica e profissional, para a capacitação de técnicos, que saibam mobilizar as políticas e instrumentos habitação, tendo também em atenção o tipo de cultura de intervenção. Adicionalmente que, aprendizagens desta natureza não se vêem integra-

ESCADA DA PARTICIPAÇÃO DE SHARRY ARNSTEIN (1959)

Classificação crescente de influência dos cidadãos junto aos órgãos representativos

Não participação	Manipulação	Neste nível já há o aparecimento de comitês comunitários ou associações. Entretanto não há delegação do poder entre os grupos. Normalmente são momentos utilizados, por aqueles que estão no poder, para “demonstrar” o uso da participação.
	Terapia	Instituições públicas e administradores vêem a falta de poder cidadão como algo a ser “curado” nas pessoas. Pseudo participação, onde os cidadãos são convencidos de serem eles o problema. O foco não é sobre como as instituições, políticas e sistema de produção afetam os cidadãos. Há a tendência para desenvolver a conformidade em relação a sociedade em geral e seu funcionamento.
Níveis de concessão mínimos do poder	Informação	A população é apenas informada das decisões.
	Consulta facultativa	A população pode ser consultada, mas a decisão final é de quem detém o poder.
	Elaboração/recomendação	São recebidas as ideias propostas sem que elas tenham necessariamente de ser utilizadas.
Níveis de poder cidadão	Cogestão/colaboração	Há divisão de tarefas, favorecendo uma aparente divisão do poder.
	Delegação	Ocorre uma divisão do poder real, porém ainda de maneira a garantir o monopólio do poder a poucos que representam os interesses de um grupo maior.
	Autogestão	O grupo se autogere através da divisão igualitária do poder.

dos ao longo da formação, tendo em consideração os planos de estudos atuais de Arquitectura nas universidades portuguesas. Da responsabilidade social e a considerar a capacitação dos arquitetos para intervir sobre o problema do acesso à habitação condigna, colocam-se como questão para reflexão e como provocação: “*quais os papéis que os arquitetos podem desempenhar no processo de democratização da habitação condigna?*” e “*que práticas podem contribuir para tornar o problema público?*”. Vimos ainda que acompanhamos através do *workshop* apenas uma pequena parte do processo de reabilitação. Assim, e na continuidade do posicionamento defendido no quadro teórico e das constatações e aprendizagens da experiência do *workshop*, propomos uma segunda experiência participada de apoio técnico, baseada no método de governação “*ciudadanista*”, que corresponde de forma equivalente aos “*níveis de poder cidadão*”, enquanto a prática “*gestionista*” enquadra-se no junto aos “*níveis de concessão mínimos do poder*” da Escada de Arnestein.

CAPÍTULO III.

REABILITAR “COM AS PESSOAS”

3.1. Hipótese e justificativa

Se no *workshop* o tipo de participação pode ser considerado como de “*elaboração/recomendação*”, neste segundo momento procuramos aproximar-nos do modelo de “*cogestão*”, entendido na Escada da Participação de Arnstein (1959), de natureza “*ciudadanista*”. Desta forma, propomos desenvolver outra prática de governança, através de um projeto de acompanhamento “*com as pessoas*”, para compreender, a partir da proximidade, com aqueles que vivem a realidade das ilhas como quotidiano, quais os entraves que se colocam na viabilização das políticas públicas, quando estas passam para o território em concreto e quais podem ser respostas e potencialidades para ação. Adiante damos notícia do plano do projeto proposto, contudo, podemos sintetizar o argumento através da afirmação de Villasante¹⁰⁶ - “*Não se trata tanto de mudar cada ator por si mesmo, mas pelos vínculos que mantém. Mudar as situações relacionais muda o processo*”. Pretende-se, portanto, tornar mais complexas as relações de causa e efeito e identificar nós críticos. *Qual é o problema? Para quem? Quais as soluções? Por quem? Para quem?* (Villasante, 2006).

¹⁰⁶ Villasante, T. R., & Martín Gutiérrez, P. (2006). Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social. *REDES- Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 11(2).

DEMOCRATIZAR O ACESSO À HABITAÇÃO CONDIGNA

Enfoque - viabilidade e consequências sociais

Eixo - processos de implementação

- Qual a geometria do problema da reabilitação para os moradores e para a proprietária?
- Quais podem ser os papéis do arquiteto no processo de reabilitação das ilhas do Porto, como opção de habitação acessível e condigna?
- Qual o impacto, potencialidades e fragilidades dos processos participativos?

Eixo – políticas e instrumentos

- Quais os entraves que comprometem ou dificultam a reabilitação das ilhas?
- Como a participação responde ao quadro regulamentar?
- Como as políticas se podem beneficiar e explorar os processos participativos e da teoria *ator-rede*?

Desafios e oportunidades que permanecem após a elaboração do Programa Base

No seguimento do *workshop*, a ilha do Campo Alegre mantém-se como caso de estudo, pelos desafios que permanecem após a elaboração do Programa Base. Com o prosseguimento candidatura, é necessário responder aos requisitos das próximas fases, que possuem uma maior relação com os inquilinos, como também através da entrega dos documentos necessários à aferição da sua elegibilidade ao 1.º Direito. Também é necessário aprofundar dimensões do projeto, como o plano de faseamento proposto, para apresentá-lo formalmente como opção a ser financiada pelo programa. Vamos ainda, na própria duração e complexidade

da candidatura, interesse em acompanhar em maior proximidade este processo: apoiar as necessidades de comunicação, previsão, aprofundamento e revisão do projeto, junto a proprietária e aos moradores, que ainda não haviam sido integrados totalmente ao processo, dada as próprias condições do processo na sua fase preliminar.

Desta forma, compreendemos por um lado que os proprietários e inquilinos, para além dos seus destinatários, têm um papel decisivo na viabilização e gestão do processo, tanto quanto os demais intervenientes, diretos e indiretos. Por outro, entendemos que mesmos os processos com as melhores intenções e valores de igualdade, de inclusão e cooperação podem não resultar em determinados

contextos, especialmente em casos de maior vulnerabilidade social. Neste sentido interessa-nos além de continuar a acompanhar a candidatura em proximidade e aperfeiçoar a solução arquitetónica, no trabalho proposto, através de uma experiência de método, procura contribuir para responder às questões éticas e políticas desenvolvidas no referencial teórico, entre elas a construção da cidadania, que impactam os processos de intervenção sobre o espaço urbano.

Outro ponto que justifica é a oportunidades, em desenvolver um trabalho conjunto com mestrandas da ESE-IPP, por não ter sido possível estabelecer uma relação mais próxima com esta área e a sua ação no terreno no *workshop*. Na dimensão da candidatura, a formação de uma equipa multidisciplinar tem mais interesse ao permitir trabalhar sinergias entre as disciplinas. Esta área traz consigo experiência de ação e de tato no trabalho junto as pessoas. Desta parceria vemos uma oportunidade de levar para a prática o posicionamento defendido e trazer da prática matéria e reflexão para a investigação.

Outro fator que motiva a presente proposta é a possibilidade de acompanhar e manter a relação com o Habitar Porto. Uma vez que, este mantém o apoio técnico para a candidatura da ilha. Este contacto também nos permite acompanhar indiretamente os demais projetos de intervenção sobre as ilhas dinamizados pela entidade, de forma que o interesse estende-se para além do caso de estudo, e

complementa-o. O contacto e colaboração com este ator, também vai ao encontro do enquadramento teórico e posicionamento defendido. Assim, aprendemos com a experiência e a orientação da entidade neste processo, ao mesmo tempo, esta parceria pretende ser útil para entidade, ao contribuir para a articulação com os moradores da ilha e com o avançar da candidatura.

Uma vez que o tempo é outro importante fato no processo, por um lado, dados os procedimentos burocráticos necessários e por ser preciso tempo para se construir as relações e as soluções entre os atores¹⁰⁷, vemos como oportunidade poder acompanhar em proximidade o processo ao longo de um período mais extenso. Esta experiência torna-se uma forma de aprofundar as fragilidades, ameaças, oportunidades e potencialidades, da reabilitação pelo 1.º Direito, discussão proposta por esta investigação, a partir da prática. Assim, vemos uma conjuntura para explorar as possibilidades de responsabilidade social das IES no problema, desenvolver sinergias entre os atores e a redistribuição do poder, através do apoio, e inclusão social, com o intuito de contributos concretos. Através da proximidade, e com o intuito de estabelecer um processo de investigação horizontal com os residentes, que apesar de ser orientado para a candidatura, não se prende ao seu avançar. Como abordado, vemos que a questão do poder é fundamental. Entretanto,

¹⁰⁷ Boni, A. (2016). Colaboração entre Ensino Superior e Sociedade Civil: uma visão transformadora. *Sinergias ED(3)*, 8-14.

para haver reorganização deste poder é preciso criar espaços que permitam a participação e nos quais se possa desenvolver o diálogo para se chegar ao consenso. Assim, o projeto proposto continua a reflexão proposta nas perguntas colocadas e práticas desenvolvidas por Varea (2015):

“¿Qué elementos del territorio son susceptibles de ser utilizados en una estrategia de intervención orientada a la reducción de las desigualdades sociales?”;

“¿Qué papel juegan las poblaciones en la formulación y desarrollo de estos procesos?”;

“¿Cuáles son las potencialidades y resistencias que encontramos en el ámbito del proyecto de arquitectura para garantizar el desempeño de estos objetivos?”.

3.2. Modelo de governação “ciudadanista”

O paradigma socio-crítico

Como mencionado, a relação com o Habitar Porto também se dá através da partilha da fundamentação teórica. Assim, partimos do paradigma socio-crítico, para enquadrarmos a variação metodológica proposta e as técnicas, que informam a maneira de fazer determinada ação no projeto. Cabe apresentar a socio-crítica em relação ao positivismo. Esse paradigma está centrado na reflexão crítica, e numa maior interatividade social e proximidade a realidade, e em que se valoriza e incorporam as

técnicas de natureza quantitativa e qualitativa. A teoria crítica busca a atuação profissional no terreno e que o conhecimento não seja apenas instrumental¹⁰⁸. Neste paradigma os sujeitos do estudo são também coprodutores da informação, que desta forma passa a ser altamente contextualizada. Sendo assim, oposto a “*racionalidade técnica*” do paradigma positivista, que considera o saber científico como a única forma de conhecimento válida¹⁰⁹ e no qual os sujeitos são objetos de estudo.

A seguir, nos aprofundamos sobre as vantagens de incorporar atores e motivações da “*periferia*”¹¹⁰ na superação de constrangimentos à democratização da habitação e, efetivamente, sobre os processos de

¹⁰⁸ Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Ferreira, M., Vieira, S., & Bessa, F. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*(13), 355-379.p.5.

¹⁰⁹ Villasante (2019) apresenta ainda “8 saltos” que diferenciam a socio-crítica: A autorreflexão da equipa de investigação e o grupo motor, a negociação inicial e o plano de trabalho, mapas estratégicos e conjuntos de ação, escutar para além dos dilemas dominantes, coproduzir com organizações criativas, planificação de urgência e a médio prazo, a capacidade e auto-organização das pessoas, abordagens transdutoras e as partilhas necessárias.

¹¹⁰ Cecília Schneider (2007) define o conceito de governação como sendo “*el proceso mediante el cual se redistribuye el poder que afecta a la toma de decisiones sobre los asuntos políticos en un movimiento que vá del centro a la periferia*”. Esta periferia não é somente geográfica como social, é também de representatividade e do poder que detêm no sistema, tal como ele está construído. Periferia em relação às dinâmicas dominantes em curso, que valorizam o ganho de capital em detrimento do bem-estar e do interesse coletivo.

reabilitação das ilhas do Porto. A partir da perspectiva socio-crítica, que estimula repensar as contribuições dos atores, e em explorar criativamente os processos de conceção e implementação das políticas e dos seus instrumentos. Segundo Montañés e Muslera (2012), a socio-crítica pode ser interpretada como uma linha de pensamento que, por um lado transforma crise em oportunidade e por outro, que crise e conflito não são necessariamente correlativas. Esta fundamentação teórica orienta uma família de metodologias que se distinguem na passagem para o terreno, entre as quais a IAP, a qual aprofundaremos mais a diante. Por um lado, por despertar o olhar para outro conjunto de questões e para o modo como interpretamos o problema como por outro, para a postura de ação e papel dos atores no processo. A perspectiva socio-crítica entende o conflito social e a paz como processo vivo e ativo tendo como protagonistas, os seres humanos e as redes de relações sociais. Esta perspectiva problematiza que se há realizado um trabalho de intervenção prática sobre os conflitos sem dar atenção e integrar os protagonistas dos mesmos¹¹¹.

Esta mudança de entendimento, quer sobre como alguns dos conceitos são formulados, quer, sobre onde está o problema, acrescenta a reflexão e construção do problema e das possibilidades de inter-

¹¹¹ Montañés S., M., & Muslera, E. (2012). La paz transformadora: una propuesta para la construcción participada de paz y la gestión de conflictos desde la perspectiva socioprática. *Revista de Ciencias Sociales*, 7(2), 241-269.

venção prática. Ganham relevância as dimensões contextuais, como a gramatical, psíquica, situacional e socio-económico-histórico-cultural, materiais de reflexão ao afetarem a construção da realidade e das relações, tanto de conflito quanto de coesão. Assim, avançamos para algumas das considerações da socio-crítica de maior interesse no contexto da investigação: o conceito de paz transformadora e a importância da proximidade e do trabalho no terreno.

A partir de uma proposta de *Paz Transformadora*¹¹², a socio-crítica justifica a necessidade de participação da população na elaboração de propostas para contribuir com a construção da paz e gestão dos conflitos. Esta conceptualização é feita a partir

¹¹² A socio-crítica considera a paz como um processo sempre inacabado, criado pelos seres humanos em um contexto. O conceito de Paz é entendido ao longo de 3 fases. A primeira fase, a *paz negativa* está relacionada a ausência de conflitos armados. É uma harmonia mental e exterior, de uma unidade interior frente a uma ameaça exterior (Galtung, 1985). Também pode ser entendida a partir da associação de paz com guerra, pela ausência de guerras. Por sua vez, a *paz positiva*, é um novo paradigma em que o processo de construção da paz está firmado em aspetos relacionados a justiça social e ao desenvolvimento. Está marcada pelo conceito de violência estrutural, com a existência de desigualdades e injustiças, não existe paz, apesar de não haver agressões diretas. Nesta propõe-se um enfoque sobre a intervenção nos conflitos, onde a construção da paz é tratada como um processo vivo e ativo (Lederach, 1997). A paz positiva está baseada na reconciliação. A terceira, a *paz imperfeita*, dissocia a violência do conceito de paz. Nesta, se sobrepoem as manifestações pacíficas, as colaborações amistosas. (Montañés & Muslera, 2012, pp.242-245).

de um enfoque na natureza humana, partir da qual vê necessário compatibilizar as realidades construídas. Nesta proposta a dimensão lógico-complexo-estratégica dos sujeitos e das suas redes, ligadas a diferentes lógicas, posicionamentos, práticas sociais e necessidades, devem ser consideradas no planeamento de estratégias participadas, para a transformação dos conflitos e construção de convívências pacíficas. A partir desta compreensão, a proximidade e o trabalho no terreno são vistas como importantes formas de conhecer a realidade dos atores e as suas subjetividades, também por contribuírem para uma melhor assimilação das dimensões contextuais, e compreensão da valorização interna dos atores sobre as ações. De modo que desperta para reflexão na (des)construção do problema, sobre a importância para além da conceção e implementação, da avaliação. *Como se progride sem avaliar as consequências dos processos de projeto? Como se avaliam as consequências destas ações? Quem avalia? Como? Quando?* Neste aspeto, vemos o interesse das metodologias centradas nas redes.

A IAP como metodologia do paradigma socio-critico

O enquadramento socio-critico define a abordagem Investigação-Ação Participativa (IAP). Villasante define a IAP como metodologia, como uma posição sobre a intervenção na realidade, o porquê e o para que da investigação, além de desenvolvimento

técnico e metodológico. A IAP assume um posicionamento que questiona a partir e está orientada para a prática. Apesar de reconhecer as diferenças nas relações de poder e mesmo dos diferentes papéis que os atores conseguem desenvolver, a esta metodologia procura que a relação entre as partes envolvidas ocorra de forma horizontal. O investigador, que deve estar aberto para informar e ser informado. Os participantes não são apenas objetos, como são sujeitos e colaboram com o desenvolvimento do processo. É também característico desta família de metodologias que o próprio processo de pesquisa e das ações que dela se desdobram, tenham um caráter educativo, sendo a educação, tal como entendida por Paulo Freire, ferramenta para a emancipação.

O interesse da IAP na reabilitação da ilha do Campo Alegre

A IAP como metodologia está ligada à *praxis* e, sendo objetivo o estudo sobre a viabilidade e as consequências sociais, num processo epistemológico, esta permite desenvolvê-los a partir da sua própria natureza. Esta metodologia vai igualmente ao encontro da interpretação e proposta de abordagem ao território e ao problema das e de reabilitação das ilhas. Villasante também traz outro aspeto desta metodologia, o da “*implicação dos próprios sujeitos da pesquisa em sua conceção, como sujei-*

tos-objetos”¹¹³. Tal permite o desenvolvimento de outro objetivo proposto, que diz respeito ao papel do arquiteto e do seu contributo. Desta forma, justifica-se a escolha, e em específico da modalidade participativa. Para além destas questões, a equipa da ESE-Porto utiliza esta mesma família de metodologias, dada a sua simbiose com a educação¹¹⁴. Assim, a partilha metodológica reforça de forma construtiva a escolha, ao propiciar uma maior sincronia e proximidade entre os trabalhos individuais, os elementos comuns, como entre os próprios agentes.

3.3. Objetivos

A seguir apresentamos os objetivos gerais do que se pretende com este projeto, as metas que intencionávamos alcançar, e as estratégias para alcançar estes objetivos:

¹¹³ Villasante, T. R., & Martín Gutiérrez, P. (2006). Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social. *REDES- Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 11(2), p.27.

¹¹⁴ Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Ferreira, M., Vieira, S., & Bessa, F. (2009). Investigação-Ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*(13), 355- 379. p.4.

Objetivos gerais

BLOCO DE OBJETIVOS

Hipótese de prática “*ciudadanista*”

EIXO	OBJETIVO - FINALIDADE
Democratizar o acesso à habitação condigna	<ol style="list-style-type: none">1. Perceber o problema a partir da proximidade ao território e valorizar outras formas de conhecimento;2. Explorar na prática o impacto de metodologias participativas e multidisciplinares.
Candidatura ao 1.º Direito	<ol style="list-style-type: none">3. Desenvolver o diálogo sobre o projeto e processo de reabilitação através do 1.º Direito. Perceber sua adequação à realidade e impacto social;4. Continuar e rever o trabalho realizado pelo <i>workshop</i>, a partir de um contato mais próximo com as pessoas que moram na ilha e perceber o impacto da sua participação, seja na revisão e aprofundamento da candidatura, quanto em relação ao problema da habitação, nas estratégias de ação, políticas e práticas que se vêm.
Contributos da Arquitectura	<ol style="list-style-type: none">5. Explorar as possibilidades de prática da responsabilidade social universitária e as possibilidades de atuação profissional;6. Reconhecer e integrar inquilinos e senhoria no processo. Através da mediação, facilitar o acesso à informação e ajudar a desenvolver uma maior autonomia na defesa dos seus interesses e necessidades. Para além da redistribuição de poder e dos contributos possíveis, ajudar a identificar os seus interesses e necessidades;7. Ajudar a gerir expectativas e dúvidas em relação ao processo de reabilitação e evitar os constrangimentos associados;8. Contribuir para reduzir a distância e descrença nos técnicos.

Objetivos específicos

ESTRATÉGIAS - MÉTODOS	OBJETIVOS
1. Articulação com instituições e técnicos;	Promover uma melhor articulação entre os atores, adequada as suas capacidades e responsabilidades. Reduzir a descrença e desconfiança nas entidades e técnicos. Facilitar o processo e reduzir os problemas e atrasos decorrentes.
2. Encontros semanais individualizados com os moradores;	Estabelecer uma relação de proximidade e confiança, baseada num conhecimento mais pessoal e atento, que ultrapassa apenas as questões diretamente ligadas ao processo de reabilitação. Melhorar o nível de confiança relacional entre os atores locais.
3. Acompanhamento psicossocial ¹¹⁵ (ESE-IPP), através de momentos de partilha e reflexão;	Este tipo de apoio permite um acompanhamento com maior qualidade e rigor na dimensão psicológica e social. Reconhecer necessidades e situações de risco e acompanhar e encaminhar as situações que necessitem de apoio.
4. Apoio e mediação técnica em relação ao projeto e ao processo de candidatura	Partilha e apresentação de informações sobre o programa, do processo de reabilitação e do projeto; Ajustes relacionados as especificidades do contexto. Permitir o conhecimento e a tomada de decisão informada. Garantir a adequação e o uso estratégico dos recursos na reabilitação. Levantamento de dúvidas e questões. Inclusão dos moradores e senhoria no processo de reabilitação.

¹¹⁵ O apoio psicossocial está baseado na promoção do desenvolvimento individual e social. A nível da intervenção procura maximizar recursos internos e externos das pessoas. Destina-se a jovens, adultos e as famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade emocional e social, e em contextos de risco. Tem como objetivo melhorar a saúde psicológica e emocional, prestar apoio terapêutico individualizado e programado, ajudar da resolução de dificuldades educativas, sociais e profissionais, bem como de conflitos e crises familiares, trabalha com comportamentos de risco, promovendo fatores de proteção. Fonte: <https://dianova.pt/servicos/apoio-psicossocial/>.

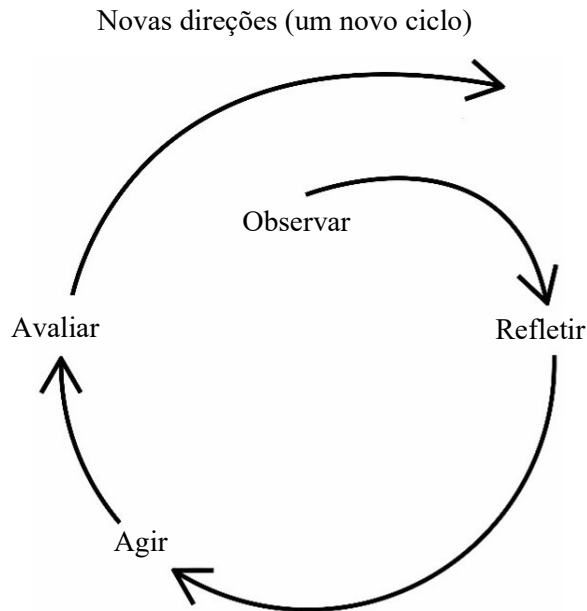


Fig.18. Um ciclo de Ação-Reflexão.

3.4. Metodologia

IAP – Definição e propósito

A Investigação-Ação (IA) pode ser identificada com uma família de metodologias de investigação, assentes na prática e essencialmente aplicadas, que procuram dar resposta a problemas reais. A IA pode ser entendida a partir dos três pilares que a fundamentam: da investigação, da ação, e da formação, assim como da participação no caso da modalidade participativa, e segundo Coutinho (2009 e 2013) a partir de um conjunto de características em comum, as quais elencamos:

- participativa e colaborativa, na medida em que todos os intervenientes são coautores no processo, na qual o investigador não é um agente externo, mas sim um co investigador com e para as os interessados;
- prática e interventiva – não se limita ao campo teórico, relaciona-se e intervém sobre a realidade, como forma de investigar, esta abordagem procura a mudança, a partir de ações deliberadas que visam permitir que as ideologias e os pensamentos se tornem visíveis, fomentando o conhecimento e a transformação de uma realidade;
- autoavaliativa e cíclica – através dos ciclos de reflexão-ação-reflexão, organiza-se numa espiral reflexiva sobre si mesma, entrecruzando teoria e prática; o desenvolvimento da investigação se processa de forma contínua e adaptativa, tendo como

objetivos a produção de conhecimento e a transformação social;

– crítica – a comunidade crítica de participantes vistos, como agentes de mudança, não se limita às restrições sociopolíticas dadas, procurando melhorar as práticas e a realidade, a partir da (auto)reflexão e da ação, procuram mudar o seu ambiente e são também transformados no processo.

Desta breve apresentação, avançamos com o interesse e emprego da IAP mais diretamente relacionados à proposta, e como iremos aplicá-la, através das técnicas e instrumentos, a rede de atores, o contexto e as limitações, e por fim a estrutura de organizamos e analisamos os resultados do trabalho proposto.

Técnicas e instrumentos

Apresentamos a seguir no plano de investigação, os métodos, técnicas e instrumentos empregues para a coleta de dados de natureza qualitativa e quantitativa, que Coutinho organiza em três categorias, a partir das definições de Latorre¹¹⁶:

– as técnicas baseadas na observação – centradas na perspectiva do investigador, que as observa presencialmente e diretamente;

– as técnicas baseadas nas conversações – em que perspectiva é a dos participantes e que são construí-

das e recolhidas em ambientes de diálogo e interação;

– e a análise documental – *que* constitui a pesquisa e leitura de documentação existente.

Foram empregues como técnicas, ao longo do processo, a observação participante, conversas intencionais, perguntas circulares e reuniões conjuntas da equipa em campo. Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, guiões temáticos e análise documental. O diário de bordo, empregue como técnica de recolha e registo de dados, relata a experiência de forma mais extensa, pormenorizada e descritiva. Entretanto, atendendo a questões de privacidade e anonimato, foi acordado que este não estará disponível publicamente. A fotografia, os diapositivos, meios eletrónicos de contacto, desenhos técnicos, diagramas, esquemas e maquete, estiveram entre os instrumentos utilizados. Cabe ainda referir o anexo da casa 10, disponibilizado pela proprietária como espaço de trabalho, onde aconteceram as reuniões da equipa em campo, as conversas comunitárias e acompanhamentos no terreno.

Dado o contexto da pandemia de COVID-19, além das medidas sanitárias e de saúde pública definidas pela Direção-Geral da Saúde (DGS), como distanciamento social, uso de máscara e desinfeção recorrente das mãos, as idas foram organizadas entre os elementos da equipa, para irem um ou dois elementos por vez, ou em idas revezadas, de modo a evitar aglomerações. Os contactos foram estabele-

¹¹⁶ Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (E. Almedina, Ed.). pp. 370-371.



Fig.19. Vista sob a casa 10 e anexo.

cidos em ambientes abertos e bem ventilados. Foram privilegiados os meios de contacto não presenciais, como telefone, videochamadas, mensagens escritas, correio eletrónico, entre outros, tanto na comunicação e organização das próprias visitas, como para o desenvolvimento do trabalho. O aumento da frequência das idas à ilha, e dos elementos simultaneamente presentes em campo, respeitou e se adequou a situação pandémica, conforme se fez necessário e dentro daquilo que era possível, sempre a respeitar a segurança e posição dos atores em relação à situação

3.4.1 Rede de atores

Apresentamos a seguir a rede de atores e entidades, correspondentes ao projeto “*com as pessoas*”, que estiveram envolvidos em diferente momentos e tempos.

- CMP – é responsável pela aprovação da candidatura, a ser enviada ao IHRU;
- DMDU – mantém a atuação descrita no primeiro capítulo, atuando conforme se aprofunda ou modifica o projeto de reabilitação;
- ESE-IPP – mantém sua colaboração, através das duas mestrandas de Educação Social e de sua orientadora, a professora-coordenadora Ana Maria Bertão da Silva Neto, o trabalho desta fase é realizado no âmbito dos estágios de mestrado;

– FAUP – mantém sua colaboração através da mestranda e da equipa de orientação, constituída pelo orientador, Aitor Varea Oro e pela coorientadora, Ana Luisa Silva Fernandes, investigadores no CEAU-FAUP;

– Habitar Porto – nesta fase mantém o apoio técnico e a articulação entre a ilha candidata e os intervenientes envolvidos no processo de candidatura;

– IHRU – é a entidade responsável pela aprovação e liberação dos recursos financeiros necessário à reabilitação, nesta fase relaciona-se também através de aconselhamento e apoio técnico à candidatura;

– e a PV-SRU – entidade responsável por instruir as candidaturas, através de apoio técnico, como de recolha, elaboração e submissão de parte da documentação necessária, entre outras tarefas;

– os inquilinos – nesta fase, passam de objetos a sujeitos no desenvolvimento do processo, nesta fase, procura-se estabelecer uma maior proximidade a estes atores, com o sentido de melhor integrá-los ao processo de reabilitação;

– a proprietária – mantém sua colaboração com as entidades envolvidas na candidatura e com os projetos das três dissertações, também é do interesse do projeto auxiliar este ator conforme necessário.

Colaboração multidisciplinar entre a FAUP e a ESE-IPP

A articulação já referida com a ESE-IPP e o trabalho com as mestrandas de Educação Social influenciou o desenvolvimento do projeto, de forma que cabe ressaltar o contributo das educadoras sociais para a sensibilização e desenvolvimento de habilidades de comunicação e gestão, de situações e pessoas, como no uso prático da metodologia IAP. Explicaremos a seguir qual o papel destes profissionais e como se organiza o desenvolvimento do mestrado na área, para que ao longo da apresentação das fases do projeto, se tenha maior entendimento sobre a participação desta especialidade, e dos objetivos das mestrandas.

Em relação à atuação, os profissionais de educação social, tal como apresentado pela Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (APTSES)¹¹⁷, estão habilitados a trabalhar em diferentes âmbitos de intervenção. Estes profissionais podem estar articulados aos diferentes setores, e a atuação pode estabelecer-se em contextos, áreas, níveis, faixas etárias e necessidades diferentes. Também podem trabalhar tanto a nível individual quanto com grupos com problemas específicos, em contextos abertos, semifechados ou fechados e em diferentes áreas, como por exemplo, ligadas a formação, cultura, ensino, inserção laboral, educação de adultos, ocupação de tempos livres,

¹¹⁷ Fonte: <http://www.aptses.pt/informacoes-sobre-a-profissao/#1622647394692-9da7779c-8256>.

educação ambiental e educação especializada em contextos de risco. Todas as ações desenvolvidas pelos educadores sociais estão fortemente ligadas a um conjunto de princípios de intervenção sustentadas na teoria, reflexão, responsabilidade e ética sociais.

Ambas as educadoras são alunas do Mestrado em Educação e Intervenção Social, Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco da ESE-IPP. Esta especialidade está voltada para a “práticas em contextos específicos, nomeadamente no que se refere à educação e desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades, e à intervenção em contextos de vulnerabilidade e de maior risco psicossocial”¹¹⁸. No mestrado, é desenvolvido um projeto de intervenção social, que é a base prática em que se alicerça o relatório final. Em regime de estágio, de frequência anual, os estudantes têm a chance de aplicarem os conhecimentos teóricos e aprenderem através da realidade e da prática¹¹⁹. O estágio é organizado em dois momentos, um primeiro de trabalho conjunto, entre as estudantes e entre os moradores. No segundo momento, é desenvolvida a componente individual, na qual cada estudante passa a trabalhar com um grupo menor ou mesmo com apenas uma pessoa para desenvolver o apoio psicossocial.

3.4.2. Contexto e limitações

Este projeto de extensão universitária foi realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado, está circunscrito e possui as limitações deste formato de trabalho, especialmente em abrangência, aprofundamento do conteúdo e duração. Por esta razão não foi possível abordar todo o processo de reabilitação da ilha no Campo Alegre de forma prática. Outro ponto diz respeito a limitação do processo de mediação e acompanhamento técnico estar circunscrito a ilha no Campo Alegre. No entanto, e como referido, o caso de estudo é entendido como laboratório e constitui uma situação concreta com o qual é possível aprender. Aqui, o sentido não está tanto na variedade de contextos abordados, mas na possibilidade de se partilhar experiências e explorar estratégias. A própria prática obtida ao longo do percurso académico das mestradas, dos seus orientadores e dos intervenientes envolvidos, enriquece e dá ferramentas para realizar o trabalho.

Neste sentido, a experiência dos de mais atores, em especial das equipas de orientação, como dos técnicos das instituições envolvidas, permitiu superar os constrangimentos e imprevistos ligados ao fato de ainda não terem sido concretizadas candidaturas para a reabilitação de ilhas pelo 1.º Direito, e as alterações e instabilidade do enquadramento legal ao longo do processo. Outro aspeto é que esta supervisão e atuação multidisciplinar foi um processo novo, seja de atuação profissional seja de procedimento para as mestradas, de forma que em grande

¹¹⁸ Fonte: <https://www.esse.ipp.pt/cursos/mestrado/450>.

¹¹⁹ *Idem*.

parte as aprendizagens deram-se através da prática. Foi também marcante o contexto pandêmico, e as implicações práticas das medidas sanitárias e de contenção sobre o desenvolvimento do trabalho de campo. No entanto, como entre as atividades que não foram suspensas e que se mantiveram em regime presencial no segundo estado de emergência, estavam o ensino clínico e os estágios, foi possível dar continuidade ao trabalho de campo.

3.5. Resultados e Discussão

Estrutura e organização dos resultados

Em relação à organização da estrutura do trabalho de campo, este decorreu ao longo de 6 meses, entre janeiro e julho de 2021, com visitas das mestrandas à ilha, de uma a três vezes por semana, em grupo, em duplas e individualmente. Os objetivos das visitas eram combinados entre as mestrandas, e ao final das visitas eram partilhadas as impressões sobre os acontecimentos sucedidos. As ações realizadas foram definidas a partir da avaliação constante do processo em conjunto. As descrições de todas as ações realizadas no projeto, juntamente com os guiões de perguntas temáticas, e das entrevistas semiestruturadas encontram-se nos anexos (Anexo II. – Projeto “*com as pessoas*”). Dada a extensão do projeto, damos notícia da experiência através dos analisadores sociais. Isto é, situações significativas e reveladoras dos processos dinâmicos de uma sociedade. Na continuidade, apresentamos os resultados ligados ao projeto de reabilita-

ção propriamente dito, fazemos um balanço das alterações produzidas e concluímos com a avaliação externa dos projetos e um ponto de situação ao caso de estudo.

3.5.1. Analisadores sociais

Em ordem cronológica, apresentamos através dos analisadores sociais, acontecimentos críticos que fizeram recuar ou avançar o processo, as principais alterações produzidas e reflexões para o futuro, e através dos quais ressaltamos o que é necessário considerar num projeto que conte com a participação dos moradores. A elencar: incidente da fossa (contexto de entrada); retorno ao terreno (entrada); reunião comunitária I (permanência); reunião comunitária II (permanência); acompanhamento não periódico (saída).

a. Incidente da fossa

As educadoras sociais já se encontravam no terreno desde o início do *workshop*, a realizar os respetivos estágios de mestrado. Se por um lado temos a intenção da senhoria em fazer obras, em que se trata mais de uma questão material e financeira. Por outro, há as expectativas dos inquilinos, associadas a vontade de garantir a sua permanência na ilha e a dignidade da sua habitação, e para os quais o problema tem implicações pessoais, económicas e socio afetivas. No entanto, dada a incerteza em relação ao avanço em concreto da candidatura, até esta ser uma realidade tangível, o interesse de rea-

bilitação pelo 1.º Direito ainda não havia sido transmitido pela senhoria aos inquilinos. Sendo esta a responsável em comunicar aos mesmos, não cabendo a equipa em campo, também por conta de questões de procedimento legal. Assim, devido a questões relacionadas a morosidade dos processos, e imprevisibilidade quanto ao avanço do projeto, como da própria candidatura e com a preocupação em causar ansiedades e expectativas desnecessárias, que também afetam a relação dos inquilinos com o processo, as mestrandas foram orientadas a evitar o assunto das obras e não darem maiores detalhes acerca da reabilitação.

Antes do início do *workshop*, os inquilinos foram informados pela senhoria que seria desenvolvido um trabalho académico, que iria envolver a ilha e que iriam estudantes, levantar medidas e fazer algumas perguntas. Informação esta foi reforçada, pelo filho da senhoria, seu representante, que reforçou na visita que fez com as mestrandas à ilha para as apresentar aos moradores, e nesta ocasião também não transmitiu maiores detalhes que relacionassem a nossa presença a um processo de reabilitação. Durante o decorrer do *workshop*, os inquilinos também não foram informados. Esta abordagem, justificada pela incerteza quanto a candidatura, gerou desconfiança e dificuldade de comunicação entre as partes após um incidente com a fossa sanitária que necessitava de manutenção, conforme descrito a seguir.

Acontecimento

Em relação à manutenção da ilha, quando são precisas obras ou outros reparos maiores, foram reconhecidas duas linhas de gestão. Situações onde os custos são divididos entre a senhoria, que habitualmente paga metade ou a maior percentagem e o restante entre os moradores. A segunda, e mais corrente, dos moradores se encarregarem e descontarem os valores em rendas, sendo habitual a este processo comunicar a senhoria o problema e o orçamento previsto. Assim, a ocorrência de um incidente com a fossa da ilha que entupiu, levou os moradores a entrarem em contacto com a senhoria para tratarem da manutenção.

Conforme relatado por um dos moradores às educadoras sociais, ao entrar em contacto com a senhoria para resolver o problema da fossa, esta teria dito que já seriam muitos encargos com as obras de reabilitação e que os moradores deveriam eles próprios encontrar uma solução, e não teria dado maiores explicações acerca do processo. A palavra correu a ilha e gerou uma inquietação e uma quebra de confiança dos moradores em relação à equipa em campo. Os moradores demonstraram a sua indignação e receios em terem de sair da ilha, e reivindicavam o seu direito ao lugar. Em relação à fossa, resolveram a situação entre si através da entreajudada. Este acontecimento ocorreu pouco antes do retorno da autora ao terreno e marcou o início do trabalho.

Ações e objetivos

A relação dos moradores com mestrandas, foi afetada negativamente, e este incidente causado por falhas de comunicação, impôs uma mudança na forma de agir e no enfoque dos encontros semanais. Não sendo possível tocar diretamente no assunto da reabilitação, foi necessário explorar outras dimensões da realidade dos moradores e das suas vidas na ilha. Fomos respondendo as diferentes reações e problemas identificados pelos atores, e aos poucos foi se restabelecendo uma relação de confiança. Respeitou-se as reações e os tempos dos inquilinos, no entanto, nas oportunidades de contato procurávamos ressaltar que nos encontrávamos no terreno tendo em vista os nossos trabalhos académicos e clarificávamos o papel que tínhamos no processo.

Vemos que o quotidiano da proprietária e dos inquilinos acabou por antecipar uma candidatura que ainda não era viável, devido às regras do PDM, que veio a ser alterado em junho de 2021. A falta de conhecimento sobre o estado da candidatura e do seu funcionamento, foi outro aspeto que gerou grande ansiedade nos inquilinos. Apesar de não ter sido possível tratar diretamente das obras, quando nos perguntavam, explicávamos que a senhoria tinha interesse em realizar uma reabilitação e poderia usar o projeto realizado pelo *workshop* para a candidatura ao 1.º Direito, sendo este um programa de cariz social. Entretanto, a reabilitação passava pela iniciativa da senhoria, como da própria con-

cretização do processo, constituído por várias etapas associadas a respetivos tramites burocráticos, e que caso a candidatura viesse de facto a avançar, os moradores seriam informados. Também os informamos que no momento o projeto estava a ser analisado pela CMP, e o PDM se encontrava sob revisão.

Assim, fomos esclarecendo os aspetos necessários à viabilidade do projeto, para que a candidatura e as obras ocorressem, e informações sobre funcionamento do programa, quais os direitos e papéis dos atores, sempre a reforçar a incerteza, que tanto poderia avançar, quanto não. Foram transmitidas algumas das condições gerais do processo, como por exemplo, das exigências e dos benefícios do programa, como de a qualquer altura se alterar a candidatura. Esta ação de comunicação visou por um lado, tranquilizar e reduzir as ansiedades, para que se assumisse a incerteza, e se diminuísse o medo. Como em demonstrar o papel das estudantes, que poderiam dentro dos seus respetivos trabalhos académicos, serem úteis no processo.

b. Retorno ao terreno

No retorno à ilha, a seguir ao *workshop* nos aproximamos da realidade física e social, com a desconstrução de imaginários, e com a formação de relações de confiança com os moradores. Nestes meses iniciais foi possível abordar quais as relações dos moradores com a ilha. Quais os problemas, quais os aspetos positivos, e como geriam as

suas necessidades e quotidiano para além da casa. Como tratavam de questões práticas, como a manutenção da casa e da ilha, como viam a relação com a senhoria, e como percebiam as respetivas responsabilidades. Tivemos contacto com histórias sobre a ilha, sobre a evolução do espaço e das dinâmicas entre os vizinhos e como estas eram percebidas, bem como de histórias pessoais e individualidades. Ao longo desta fase, procuramos vir a conhecer as perspetivas dos moradores e da senhoria sobre o problema da habitação.

Ações e objetivos

Apesar de não ter sido possível desenvolver em profundidade as questões ligadas a reabilitação, tivemos contacto com algumas das preocupações ligadas à reabilitação, em especial as consequências do custo das obras sobre as rendas e o medo do despejo. Foi também constatada a relação descredibilizada e marcada pela falta de confiança com as instituições e com os técnicos. Na medida do possível, esclarecemos as inquietações e receios que eram colocados pelos moradores. Reafirmávamos a pertinência das suas preocupações e que as partilhas contribuía para o desenvolvimento do trabalho, para refletirmos sobre as ilhas como opção de moradia a longo prazo, e sobre o desenvolvimento da reabilitação em relação aos métodos e técnicas de projeto. Nesta fase, em que procurou-se estabelecer as bases para o diálogo e para a colaboração, o objetivo foi de tranquilizar, informar,

demonstrar o papel que todos os atores possuem no processo, e da relevância da sua participação.

Aprendizagens

A reação de relutância e de distanciamento dos moradores é multifatorial. Pode ser entendida como mecanismo de defesa, e está relacionada a várias questões que dizem respeito as relações de poder entre os atores, como as possíveis consequências negativas e transtornos do processo de reabilitação. A fragilidade socioeconómica em que se encontram e as possíveis consequências na realização de obras, quando se considera o padrão habitual deste processo, de expulsão dos residentes, seja por vontade dos investidores, proprietários, seja pelo aumento das rendas que inviabiliza a permanência, também são contexto. Assim, vemos que o processo de gentrificação observado na cidade do Porto em especial nos últimos anos, não pode ser desconsiderado e também impacta a reação dos moradores¹²⁰. Também podemos trazer como aprendizados, a formação de um processo participativo, os tempos envolvidos e a não linearidade na construção das relações com os atores. Em relação ao processo de candidatura, vemos que a colaboração dos moradores foram guiando, a partir

¹²⁰ Como desenvolvido em Fonseca, J. (2020). *Habitar (n) o Bonfim: dinâmicas comunitárias e processo de projecto no Porto oriental* [Dissertação – MIARQ, FAUP] Porto. Reafirmado pela CMP no contexto do debate Gonçalves, M., Baganha, P., Oro V., A., & Lobo, I. (2021). Debate - Habitação e a Nova Cidade. In. Casa da Arquitectura.

de suas preocupações, a co-construção do problema, dos temas e informações a serem abordados.

c. Reunião Comunitária I

A partir das conversas com os moradores, planeou-se uma reunião conjunta com a senhoria para esta poder esclarecer o seu interesse com a reabilitação. Os inquilinos pediram igualmente para ter acesso ao projeto, para poderem fazer perguntas e tomar decisões sobre a reabilitação a partir de elementos em concreto. A reunião contou com o coordenador do Programa Habitar, o arquiteto Aitor Varea Oro, que tem participado como investigador na definição das estratégias públicas de habitação, por meio de um contrato de cooperação interadministrativo entre a CMP e a FAUP. A equipa das mestrandas também esteve presente, como mediadoras, e para a apresentação do projeto elaborado no *workshop* Arquitetos de Família.

Ações e objetivos

A 22 de maio de 2021 foi realizada a reunião em data, horário e lugar definidos em conjunto pelos participantes. Estiveram presentes ao menos um representante de cada agregado familiar, e alguns familiares não residentes. A reunião contou ainda com a presença da proprietária da ilha e do seu representante. Esta ação marca o avanço em concreto da candidatura ao 1.º Direito, e possibilitou a senhoria e aos moradores esclarecerem e levantarem dúvidas que possuíam em relação ao processo,

para conhecerem, e darem o seu parecer sobre a solução de projeto proposta. Do qual dois pontos principais foram contestados. O primeiro, foi em relação à solução ser organizada em dois pisos e os possíveis problemas entre os vizinhos por conta do barulho, e a questão da iluminação e ventilação nos pisos térreos. Foi então explicado o processo conceção do projeto, as condicionantes legais e do próprio programa, e as soluções construtivas empregues para garantir o conforto acústico. A partir deste esclarecimento os moradores demonstraram estar de acordo com o projeto. O segundo ponto, diz respeito aos pátios coletivos que foram contestados e para os quais foi manifestada de forma coletiva e unanime, a preferência por uma solução com pátios individuais. Desta reunião também foi elaborada uma lista de dúvidas pelos moradores, que foi enviada ao IHRU, mas sobre a qual a entidade não se pronunciou.

Aprendizagens

A aderência e a participação dos inquilinos e da senhoria, manifesta através das presenças e da interação, demonstram a utilidade desta ação. Ademais a avaliação substancialmente positiva do projeto, seja por estes atores como pelas entidades competentes, tendo sido aprovado pela CMP, nos mostra que a solução arquitetónica contempla as diferentes demandas e preocupações dos intervenientes. O processo em colaboração com os destinatários, sejam moradores quanto proprietários, con-

tribuiu para a estruturação de uma resposta mais adequada, de forma a facilitar sua viabilização e ter um impacto positivo em relação às consequências sociais. Tal foi conseguido de forma gradual, através da proximidade, num processo marcado pelo acesso a informação e por uma maior igualdade de representatividade no processo. As modificações necessárias reforçam a necessidade orquestrar o processo de reabilitação entre os diferentes intervenientes, para abordar as questões que lhe são próprias, e ao entrarem no processo como sujeitos em momentos diferentes, é necessário trabalhar a sua articulação a rede.

Em relação ao 1.º Direito, foi possível verificar a importância da qualidade construtiva sobre a viabilização da proposta, do apoio às rendas, e do capital a fundo perdido, seja para a senhoria, seja para os inquilinos, contribuindo para atender aos seus respetivos recursos e interesses. A presença das equipas técnicas, do coordenador do Habitar Porto, e da senhoria também foi um ponto forte desta ação, e o esclarecimento diante de todos, foi um passo importante para a formalização do processo. Esta ação mostra-nos que é necessário levar em consideração a autoridade e legitimidade, os diferentes níveis de poder e responsabilidade que possuem os atores, e da sua presença, seja para esclarecer quanto para escutar.

d. Reunião Comunitária II

A segunda reunião comunitária foi organizada para apresentar aos moradores as opções propostas de faseamento das obras de reabilitação e as alterações ao projeto, bem como de ser um momento de conclusão do acompanhamento desenvolvido, seja em relação a regularidade das visitas, quanto pelo caráter do acompanhamento. Esta ação teve também como objetivo evitar que alguns moradores tivessem acesso a informações antes de outros, o que causou anteriormente mal-entendidos, por problemas de comunicação e mesmo questões de privilégio entre os inquilinos. Também considerou-se mais proveitoso tratar da organização do faseamento em coletivo, uma vez que as possibilidades estão associadas a disponibilidade ou não dos inquilinos serem realojados, e em que condições.

Ação e objetivos

A reunião teve lugar a 10 de julho de 2021, no anexo da casa 10 e áreas exteriores adjacentes, após termos conversado com todos os moradores sobre os objetivos, tópicos, local, hora e data da ação. Durante o processo de organização da reunião foi sugerido que estivessem presentes somente os inquilinos, e as mestrandas para que houvesse maior liberdade para a tomada de decisões e por serem questões que lhes diz respeito. Apesar de ter sido definida esta organização e quando este encontro teria lugar, a exceção de um agregado que por questões de saúde não pode estar presente, a

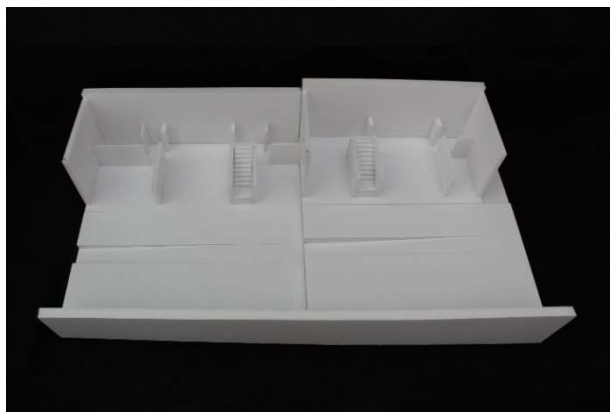
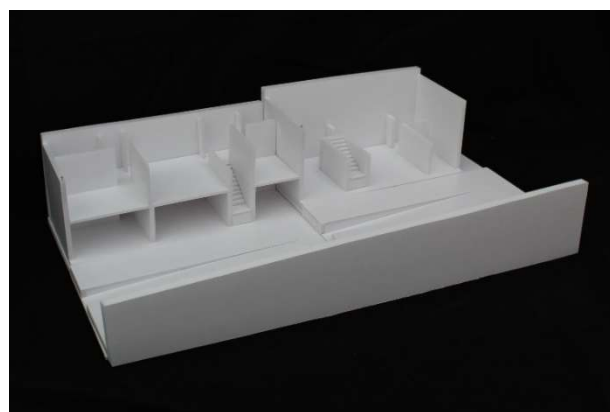


Fig.20. "Ação - Comunicação do projeto". Comunicação do projeto de reabilitação através da maquete parcial do projeto, módulos T1 e T2 a escala 1:200.

reunião foi marcada pelas ausências, e realizada com a presença de apenas 3 agregados, num total de 4 moradores. Nos dias que antecederam e sucederam, notamos comportamentos mais defensivos, hesitantes, esquivos e mesmo desinteresse por parte de alguns. Nos dias que se sucederam, foi transmitido todo o conteúdo da reunião aos que não compareceram.

Aprendizagens

Nesta ação, foram empregues diferentes técnicas de comunicação que contribuíram para uma melhor compreensão e diálogo sobre os assuntos. Podem ser referidos os desenhos técnicos do projeto para a ilha, plantas, cortes e alçados, diagramas para as opções de faseamento das obras de realojamento e para o estaleiro, e também se recorreu à maquete produzida para facilitar a visualização das fases da construção, e a fotografias de referências das soluções de materialidade propostas. A variedade de técnicas para facilitar a compreensão foi bem recebido e comentado pelos moradores, sendo percebido como uma vontade de esclarecimento e clara e concreta.

Entretanto, apesar ter sido demonstrada confiança e credibilidade na equipa de estudantes, seja abertamente quanto através das próprias presenças e ao longo das visitas de campo, foi igualmente notável a instabilidade das relações e de comportamentos não colaborativos. Para os quais foi necessário reafirmar qual o papel, e os interesses das mestran-

das e como estávamos a procurar formas de organizar o processo para que este melhor fosse ao encontro das necessidades dos moradores, apesar das incertezas. No dia da reunião, os inquilinos constataram que poderia ter sido mais proveitoso com a presença de um representante técnico ligado ao 1.º Direito, para ser possível esclarecer perguntas mais específicas que a equipa não conseguia responder, e para haver o respaldo de um ator vinculado oficialmente a candidatura. Na ocasião não foi possível definir qual a opção de faseamento, seja pela falta de um consenso, seja pelas ausências. As mestrandas reforçaram que a decisão deveria partir e ser definida entre os moradores, e que o objetivo era organizar o processo, caso a reabilitação viesse de fato a ser concretizada, mas que não era preciso ansiedades por antecipação, nem precipitação na decisão.

Esta ação traz algumas aprendizagens, como a importância de levar as instituições para o terreno, em especial para os momentos de mudança de fase, e de apresentação e decisão de assuntos importantes como é o realojamento. A ausência de uma figura com mais autoridade, legitimidade e capacidade de decisão no processo levou a uma descredibilização e menor aderência à ação, e reforçou comportamentos não colaborativos frente a uma questão de grande impacto. As presenças, bem como as ausências estiveram ligadas e podem ser interpretadas como demonstrações de poder, e como este impacta o processo. De tal forma que

reforçamos necessidade de um trabalho mais ativo e coordenado entre todos os intervenientes, para os quais é necessário definir quais as suas responsabilidades nas diferentes fases, e de ações conjuntas.

As manifestações dos moradores, de forma mais aberta e pública sobre as suas preocupações e posições sobre o processo, a constatarem os seus direitos, argumentando e colocando perguntas em defesa dos seus interesses, demonstra a necessidade de reconsiderar o seu papel no processo. Este nível de participação foi atingido após vários meses de trabalho em proximidade, com o objetivo desenvolver um processo de decisão emancipado e horizontal, e no qual perceberam que havia algum espaço para serem ouvidos e terem os seus interesses atendidos. A colaboração dos moradores, deriva de diferentes fatores, para além do processo de trabalho, entre eles a condição de serem inquilinos. Vemos diferentes estratégias de relação com o processo, algumas baseadas na colaboração, outras na manutenção da distância, e do “*poder do não*”, e em todas, estão à procura de defender os seus interesses e prioridades.

Esta dimensão também foi aparente nas presenças, uma vez que a reunião também foi marcada por incertezas e receios em relação ao processo, em especial aos aspetos legais, burocráticos e práticos, especialmente em relação às obras. Por comportamentos defensivos, ligados ao medo de não retornarem, aos constrangimentos e incertezas ligadas ao alojamento temporário, ao impacto nas suas

rotinas e as possíveis consequências decorrentes, por exemplo, de maior gasto com transporte, tempo de deslocação e quebra de relações quotidianas e afastamento das redes de apoio. Nesta ação ficou evidente o impacto e a necessidade de serem exploradas soluções alternativas, da estrutura física necessária, e dos apoios complementares ao realojamento. Reforçou a importância de as políticas públicas em habitação serem articuladas com outros mecanismos de apoio. Se o foco não está apenas no objeto casa, tal como a NGPH defende, neste sentido é necessária uma maior atenção ao processo prático da reabilitação e como este afeta as pessoas.

Por sua vez, as ausências dificultaram a tomada de decisões e o levantamento de outras possibilidades para o faseamento, um tópico de desentendimento bastante sensível aos moradores, no qual os presentes delegaram a favor dos seus próprios interesses. A equipa esclareceu que as decisões deveriam partir de um consenso, de todos moradores, não cabendo a nós determinadas questões. Reforçamos nosso papel de procurar informá-los e estruturar soluções a partir das necessidades e interesses que eram colocados, mas que cabia a eles organizarem-se entre si. Este conjunto de reações, mostram as oportunidades de metodologias participadas e em proximidade, uma vez que, esta ação é um retrato das dificuldades reais que se encontram no terreno.

Neste sentido, parece-nos importante que o IHRU responda às perguntas colocadas pelos moradores,

tendo em vista a construção da confiança junto as pessoas, e a sua integração no processo, aproximar as instituições e o campo burocrático, à realidade das exigências do território. As perguntas colocadas pelos inquilinos demonstram o engajamento e podem desta forma, serem consideradas um indicador da participação. Esta reunião marcou o fim das idas regulares à ilha e como visto, sejam as ausências quanto as presenças permitem reflexões. De facto, foi possível constatar as barreiras que os moradores erguem, os mecanismos que utilizam, a posição defensiva e a perda da possibilidade de diálogo, quando não tem confiança, não sentem que os seus interesses estejam a ser respondidos ou os seus direitos defendidos. A comunicação que se sucedeu posteriormente com os que não compareceram mostrou-nos mais um pouco das diversas camadas do problema, ligadas à individualidade das pessoas e as suas realidades.

Vemos que o emprego da metodologia da IAP permitiu que os aprendizados da investigação fossem mútuos e que houvesse uma maior pertinência nos temas, questões e ações desenvolvidas. Ao compararmos com o momento de “*retorno ao terreno*”, vemos um aumento e fortalecimento da participação dos atores. Sendo assim possível afirmar que o processo foi benéfico para a construção de uma resposta e do problema entre um maior número de intervenientes, entre desentendimentos e constrangimentos, também houve clarificação e consenso.

e. Acompanhamento não periódico

Devido as limitações de uma investigação de mesurado, e pela saturação das relações, teve fim este acompanhamento mais próximo e periódico. No entanto, por conta desta mesma proximidade e da ponte que se estabeleceu, nos colocamos a disposição para entrar em contacto, caso fosse preciso, ou para os informar caso viéssemos a saber de alguma atualização do processo que fosse relevante aos moradores. Esta abordagem, procura concluir o acompanhamento de forma mais cuidada e evitar a quebra das relações construídas de forma abrupta.

Ações e objetivos

Foram realizados um conjunto visitas intencionais, complementadas pelo contato com os moradores através de outros meios como e-mail, telefone e redes sociais, com objetivos mais específicos, como de repassar os acontecimentos da “*Reunião Comunitária IP*” aos que não estiveram presentes. Outro objetivo, foi o de acompanhar e apresentar a equipa social da PV-SRU aos inquilinos, para o passo seguinte de recolha dos documentos necessários pelo IHRU para a candidatura. Também realizaram-se contactos com a PV-SRU voltados para a partilha de informações específicas de contexto, esclarecimento de dúvidas e de atuação, e em situações que não tínhamos conhecimento, ou não sabíamos como proceder.

Aprendizagens

Fomos posteriormente informados pela equipa social da PV-SRU, representada por Isabel Vieira que o processo de recolha da documentação junto aos inquilinos correu bem e sem maiores constrangimentos ou resistências, que colaboram e disponibilizaram toda a informação precisa. Foi mencionado que os moradores aproveitaram para levantar questões sobre as condições contratuais, sobre o faseamento e previsões para o início das obras. As perguntas feitas pelas pessoas da “*ilha no Campo Alegre*”, são um indicador de envolvimento e de participação ativa no processo, sendo um dos objetivos propostos.

Apesar de o processo de recolha da documentação ter corrido bem nas três ilhas candidatas ao 1.º Direito que estão sob os cuidados da PV-SRU, é importante termos em consideração que há diferenças contextuais. Por exemplo, em relação às situações de ocupação, regime de propriedade, e programação do financiamento, que afeta as rendas das habitações e os tipos de apoio. Não podendo afirmar qual seria o desfecho sem o acompanhamento, podemos, entretanto, dizer que o projeto de reabilitação está mais adequado às especificidades da ilha e dos seus moradores. Ademais, observamos consequências sociais positivas, por exemplo, no engajamento dos inquilinos e da senhoria com o processo de reabilitação, bem como da maior interação e relação entre estes atores e os técnicos envolvidos. Foram abordadas situações futuras do

processo, que talvez não tenham sido levantadas nas outras ilhas por falta de conhecimento.

Para além dos momentos aqui descritos, em diferentes situações em especial de contacto via telefone que partiram dos moradores, foram partilhadas importantes considerações sobre o processo de reabilitação da ilha, que tornaram-se contributos para esta investigação. Foram colocadas questões, e sugestões, que demonstram o interesse, o engajamento, a compreensão e vontade de estarem presentes, tanto a senhoria como os inquilinos, como atores integrantes do processo. Este ponto foi reforçado quando foram entregues as cópias físicas e digitais do Decreto-Lei n.º 37/2018 que estabelece o 1.º Direito. Foi colocado pelos moradores a dificuldade em compreender e aceder de forma fácil e direta as informações a eles pertinentes, e a vontade de ter acesso a outros documentos que possibilitassem uma melhor compreensão do processo, das suas fases, e dos atores envolvidos. Foram recorrentes estes pedidos de materiais oficiais e registos, para além da oralidade, e de atualizações sobre o estado da candidatura. Destas avaliações reforçamos a crítica a necessidade de melhor organizar o acesso à informação e a comunicação entre os intervenientes, um constrangimento transversal aos atores envolvidos. De serem criados e canais e materiais destinados aos diferentes intervenientes, através de meios variados, sobre os instrumentos e a estrutura que os operacionaliza.



Fig.21 Fotografias da “ilha no Campo Alegre”. Áreas exteriores das habitações.

Vemos através das reações dos atores uma demonstração de como as relações com os técnicos podem ser diferentes, como também a utilidade de um canal de comunicação e de intermediação estável, com conhecimento do contexto de forma mais rigorosa e aprofundada, que também apoie as mudanças que acontecem ao longo do processo. Observamos a importância de estabelecer uma nova cultura de intervenção, mudar a postura do arquiteto nos processos de reabilitação e explorar a sua capacidade de articulação de atores, e de diferentes formas de prestação de apoio técnico.

3.5.2. Projeto de reabilitação

Na continuidade do *workshop* Arquitetos de Família, o Programa Base produzido serve de base de trabalho, a partir do qual foram aprofundados no projeto aspetos ligados ao desenho do projeto e de sua operacionalização. Após as alterações, os elementos produzidos foram encaminhados aos cuidados da PV-SRU, que assumiu formalmente, para sua validação, revisão e adequação da candidatura ao 1.º Direito.

Condições de habitabilidade

O projeto produzido pelo *workshop* Arquitectos de Família manteve-se, à exceção das alterações na organização dos espaços exteriores. As modificações estiveram condicionadas ao que era possível e ao discernimento das equipas técnicas. Cabe con-

siderar igualmente as motivações dos pedidos e quais as lógicas que os sustentam, nem sempre desprovidas de interesses pessoais. Uma vez que, projeto não deve se prender apenas a adequação ao presente, deve também ser uma resposta que seja sustentável no tempo. Outro ponto, é que procuramos que este processo contribua para a candidatura, sendo contraproducente realizar alterações que dificultassem mais do que ajudassem o processo a avançar.

Na “*Ação - Reunião Comunitária I*”, foi apresentada a insatisfação consensual em relação à organização dos espaços exteriores de uso coletivo, que foi justificada como uma solução inadequada a dinâmica que há de fato entre os moradores e aos seus diferentes modos de vida. Também foi apresentado como ponto a liberdade e o controle que a organização em pátios individuais permite. Deste modo, o projeto foi alterado de forma que cada habitação tivesse o seu respetivo pátio individual, em resposta às necessidades expressas pelos inquilinos, no seu conhecimento da realidade como moradores da ilha. Pelas mesmas razões, ficou decidido que o tanque de granito maciço existente será mantido, mas desativado e será colocado um ponto de água em cada pátio. Também foi definido nesta proposta de áreas iguais para os pátios, independentemente da tipologia. Por sua vez a materialidade da estrutura, em perfis metálicos, cobertura em policarbonato e gradeamento com portão, também foi apresentada e bem recebida pelos inquilinos.

Foram, no entanto, preservadas as áreas comuns no projeto. A manutenção destes espaços parte do reconhecimento tanto dos moradores, quanto da equipa social e de arquitetura, da falta de espaços desta natureza na ilha, sendo uma resposta mais interessante ao nível do projeto e igualmente viável. Em relação ao pavimento, foi colocada a possibilidade de flexibilidade nas áreas de pavimento macio, de substituição por pavimento duro permeável, dada a necessidade responder ao rácio definido no PDM.

Ainda em relação às áreas exteriores, também houve alterações ligadas à segurança e à acessibilidade. Foi apresentado um projeto de iluminação, no qual se previa a instalação de pontos de luz, junto as entradas, passagens e pátios individuais. Apresentado aos inquilinos, a iluminação nos pátios foi bem recebida e mantida. Contudo, também -neste ponto considerou-se que, os problemas que poderiam ser causados pelo uso coletivo não compensavam os benefícios e foram então retirados os pontos de luz dos espaços comuns e circulações, também com a justificação de que os portões já garantiam a segurança necessária, sendo o acesso principal complementado por um sistema de campainha para facilitar o controlo e acesso pelos inquilinos, e pela maior conveniência que confere.

Também foi criticada de forma coletiva e consensual, a largura das circulações de acesso às habitações, a partir de preocupações com as situações de mobilidade reduzida e emergências, e assim, as



Fig.22. Fotografias da “Ilha no Campo Alegre”. Condições de acessibilidade e segurança.

circulações foram alargadas para 1,5m. Foi também proposto à equipa de projeto a retirada dos armários exteriores propostos, igualmente a pensar na desobstrução das circulações e destes passarem para os pátios. Contudo, esta alteração não foi realizada. Por um lado, ao comprometer o uso e a área útil dos pátios, resultava numa distribuição desequilibrada e pouco interessante do programa. Por outro, o desnível do arruamento secundário em relação à cota do terreno da ilha não permite o acesso direto de uma viatura, e sendo possível o estacionamento e percurso acessível pela entrada da rua do Campo Alegre não se avançou com esta mudança. Estes assuntos foram tratados na “Reunião Comunitária II”, e sobre o qual os presentes concordaram.

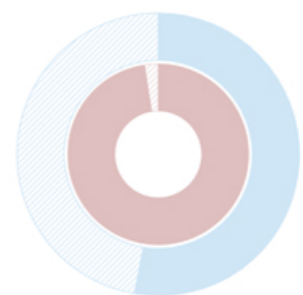
Operacionalização das obras

Foram desenhadas duas propostas de faseamento, que procuram ter em consideração o impacto destas mudanças sobre as pessoas da ilha. A duração do processo é uma importante condicionante, dado que o auxílio à renda para realojamento, está limitado a um período máximo de 18 meses. Os planos de faseamento foram realizados durante o trabalho de campo, no contexto da ilha tal como se apresentava até o momento da última reunião comunitária. As opções foram elaboradas a partir da perspetiva das equipas social e de projeto, e do posicionamento dos inquilinos, a considerar condições físicas e sociais: estado de saúde, vulnerabilidade social,

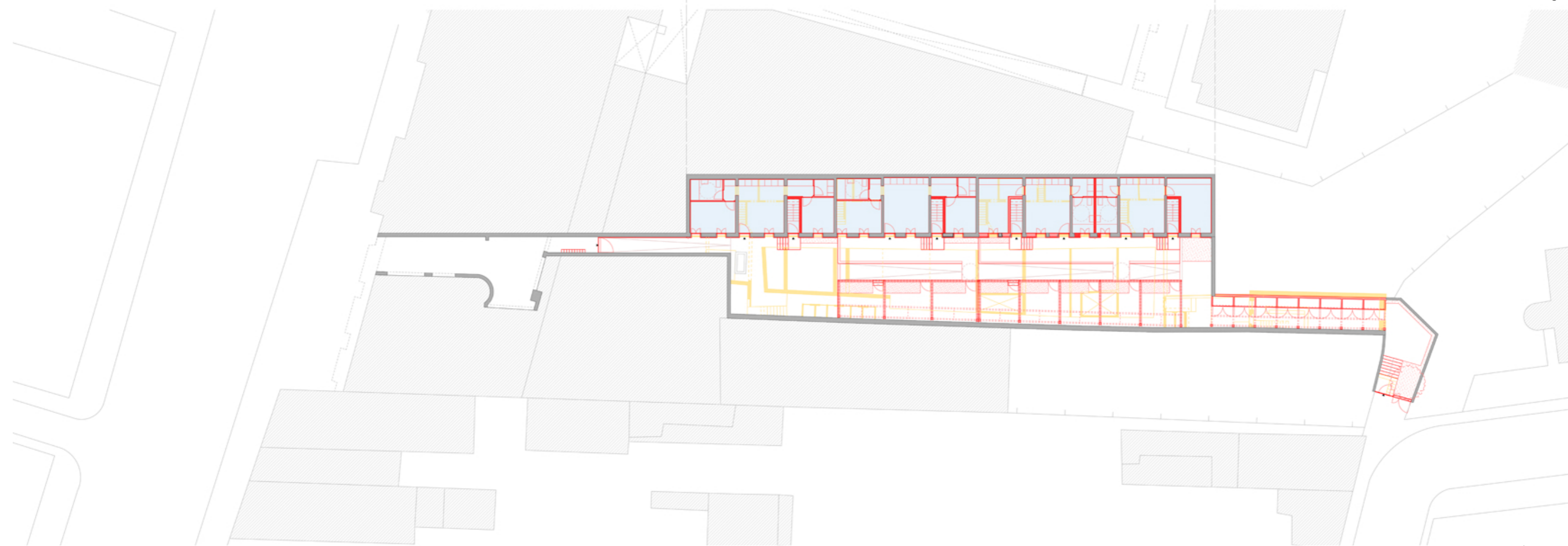
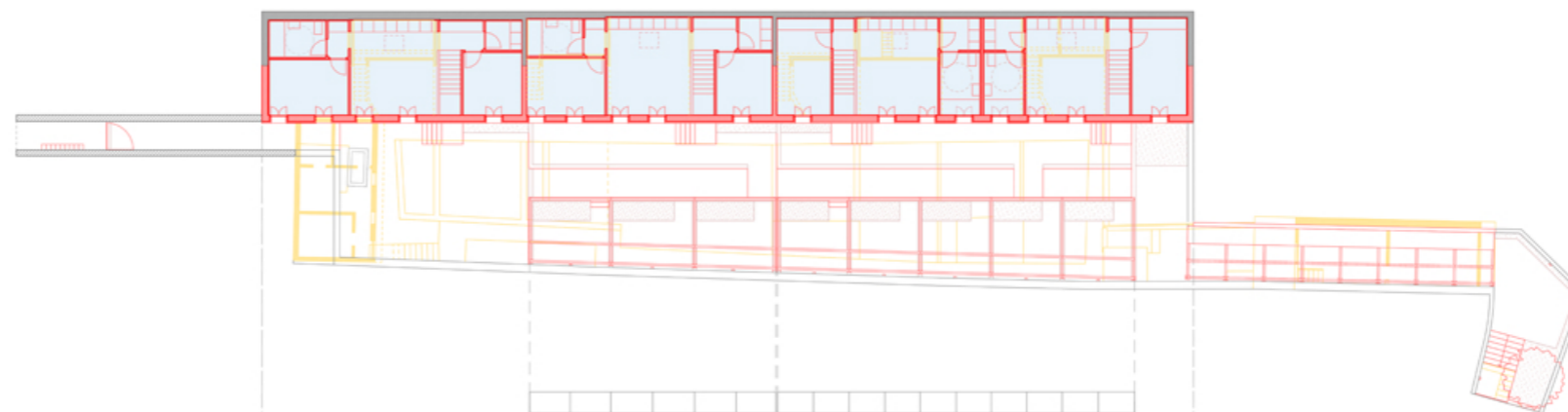
disponibilidade e as condições do realojamento. Quando do término do trabalho de campo, o “*plano de faseamento I*” havia sido a opção com mais aceitação pela maioria dos moradores, sendo que a opção de operacionalização das obras, ainda deveria ser avaliada pela PV-SRU.

A considerar a importância do planeamento e de práticas de gestão de obra, em especial em situações de maior complexidade como é o caso de uma obra faseada, foi realizado um plano de estaleiro para a estratégia eleita. A organização esquemática procura verificar a exequibilidade e previsibilidade do processo da empreitada, evitar atrasos e gastos resultantes de imprevistos e falta de planeamento. Assim, é projetada a progressão das obras das habitações e espaços exteriores em correspondência com o realojamento dos moradores. O desenvolvimento deste plano, por mais que se trate de uma aproximação, acrescenta outra dimensão ao problema, que por vezes não se encontra muito articulada nos processos e políticas de habitação, que diz respeito a dimensão da construção. A descrição pormenorizada dos planos de faseamento e do plano de estaleiro encontram-se nos anexos.

Fig. 23. Projeto de reabilitação proposto a partir das alterações definidas com os inquilinos da “*ilha no Campo Alegre*”.



- Existente
- Área permeável - 2%
 - Área impermeável
- Proposta
- Área permeável - 47%
 - Área impermeável



- Existente
- A demolir
- A construir
- Proposta



3.5.3. Balanço das alterações produzidas

BALANÇO DO PROCESSO

Projeto “*com as pessoas*” – prática “*ciudadanista*”

ASPETOS FORTES

- Acesso ao profissional de Arquitectura e de Educação Social;
- Aprofundamento do conhecimento sobre o problema do acesso à habitação;
- De natureza prática e com sentido social. Colaboração com atores de diferentes áreas envolvidos no problema das ilhas e do processo de reabilitação, com uma maior articulação dos grupos não organizados (senhoria, inquilinos, estudantes) à rede do projeto de reabilitação;
- Avaliação dos moradores e proprietária sobre o projeto e processo de reabilitação. Aprofundamento das soluções previstas e identificação de questões sensíveis, através da comunicação e do acesso à informação;
- Formato de extensão. Participação da universidade no quotidiano da cidade, a criar conhecimento a partir de informações de natureza qualitativa e quantitativa, e a valorizar o conhecimento não-académicos;
- Maior acesso dos moradores e da senhoria às entidades, como o Habitar Porto e PV-SRU. Maior proximidade das entidades no terreno.

FRAGILIDADES

- Falta de maior proximidade ao longo do desenvolvimento da proposta com a proprietária;
- Incertezas e atritos relacionados ao processo afetaram diretamente a relação com os moradores (destes com a ilha);
- Experiência circunscrita à ilha no Campo Alegre e ausência de projetos anteriores semelhantes;
- Demora em conseguir estabelecer uma relação de confiança e desenvolver abertamente questões ligadas à reabilitação, seja pela participação espontânea, quanto ao próprio estado da candidatura e as incertezas associadas;
- Não se desenvolveu o acompanhamento das obras, nem a avaliação pós ocupação;
- Limitações e entraves ligados as relações de poder e de ligação oficial ao processo de candidatura.
- Falta de flexibilidade tipológica;
- Indefinição do plano de faseamento.

3.5.4. Avaliação externa dos projetos e ponto de situação do caso de estudo

Balanço dos atores – modelo SWOT

Nesta secção avançamos para a avaliação dos dois projetos abordados e fazemos um ponto de situação do caso de estudo. São organizadas sínteses das perspetivas sobre a ilha e do processo de candidatura ao 1.º Direito, pelos atores que tiveram maior proximidade a estes dois projetos, sendo eles a senhoria, os inquilinos, a equipa social e a equipa de projeto. Em uma análise do tipo SWOT – construída através de conversas intencionais, reuniões comunitárias, entrevistas, assim como reuniões internas das mestradas e com as equipas de orientação.

Procuramos acrescentar às análises realizadas em outros trabalhos de investigação que focaram nas relações dos atores, com as ilhas e com os processos de reabilitação. Apesar de faltar o posicionamento de outros intervenientes, em especial das instituições públicas ligadas ao programa, o panorama deste conjunto de atores, em especial dada a sua proximidade com a realidade da ilha, é igualmente relevante para a construção do problema. Este processo põe em evidência a variedade de perceções, e o que está em questão para cada interveniente e, deste modo, reforça a importância da horizontalidade, como forma de construir soluções mais igualitárias e consensuais.

SWOT POR ATOR – PERCEÇÃO SOBRE A ILHA

	INQUILINOS	SENHORIA	EQUIPA DE ARQUITECTURA	EQUIPA SOCIAL
PONTO FORTES	<ul style="list-style-type: none"> - Algumas uniões e entre ajuda; - Apesar de nem todos se darem entre si, todos os vizinhos se conhecem; - Estabilidade da habitação; - Habitações térreas com lugar de logradouro; - Localização; - Poucos vizinhos; - Sentimento de pertença, identidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente familiar, de comunidade; - Património familiar; - Relação com os moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Boa localização; - Poucos inquilinos; - Única proprietária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade do perfil dos moradores; - Engajamento dos moradores, vontade de estarem informados e serem parte do processo; - Valorização e fortalecimento da relação com a equipa técnica.
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de generosidade; pouca colaboração e conflitos entre os vizinhos; - Problemas de comunicação com a senhoria; - Habitações vazias; - Interesses maliciosos; - Pouco convívio, Perda do sentido de comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Queixas dos moradores, sobre as condições das casas; - Obras de manutenção, descontadas em rendas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de enquadramento específico para a morfologia das ilhas no PDM; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de espaço de convívio; - Conformismo; - Isolamento e monotonia; - Pouca convivência entre os moradores.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção e melhorias conforme as capacidades e decisão do agregado; - Relação já estabelecida com a proprietária; - Vontade de permanência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arrendar as casas desocupadas, com condições de habitabilidade dignas; - Possibilidade de reabilitar património da cidade e herança familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Casas vagas; - Elegibilidade da reabilitação e dos inquilinos pelo 1.º Direito; - Morfologia da ilha; - Opção de habitação condigna a custos controlados; - Parceira com a ESE-Porto; 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho individual junto aos moradores.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de habitabilidade - Especulação imobiliária e gentrificação; - Ilegalidade; - Insegurança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Casas vazias; - Contador de água comum a três moradores; - Custo da reabilitação; - Dificuldade em ter acesso a um financiamento e implicação de empréstimo privado sem aumentar substancialmente as rendas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de habitabilidade; - Especulação imobiliária; - Instabilidade do quadro regulamentar; - Morosidade dos procedimentos burocráticos; - Pandemia Covid-19; - Abandono e degradação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de habitabilidade; - Cuidador informal sem apoio; - Ilegalidade; - Insegurança.

SWOT POR ATOR - CANDIDATURA PARA REABILITAÇÃO PELO 1.º DIREITO

	INQUILINOS	SENHORIA	EQUIPA DE ARQUITECTURA	EQUIPA SOCIAL
PONTO FORTES	<ul style="list-style-type: none"> - Duração dos novos contratos; - Faseamento das obras; - Valor das rendas; - Vontade de participação no processo de reabilitação e de acesso à informação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condições e elegibilidade ao Primeiro Direito; - Intermédio pela advogada; - Reabilitação a fundo perdido. 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos inquilinos; - Vontade de permanência dos inquilinos; - Possibilidade de garantir habitação na ilha a todos os inquilinos com residência permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de obras faseadas; - Pessoas com capacidade de lutarem pelos seus direitos; - Apoio a renda.
PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> - Nova organização espacial com segundos pisos; - Desconhecimento sobre o processo de reabilitação pelo 1.º Direito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Encargos para além dos abrangidos pelo Primeiro Direito (IMI e seguro). 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade nas relações com os técnicos e pouca confiança no processo de reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca convivência entre os moradores;
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de habitabilidade; - Participação como sujeitos no processo de reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência dos atuais inquilinos; - Apoio e acompanhamento pelas três mestrandas; - Apoio técnico pelo Habitar Porto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação entre entidades; - Possibilidade de obras faseadas; - Reabilitação com sentido social; - Valorização e fortalecimento da relação com a equipa técnica; - Vontade dos inquilinos em estarem informados e serem parte do processo de reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios da reabilitação do 1.º Direito; - Melhorar a comunicação entre as pessoas e as entidades responsáveis pela reabilitação.
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> - Incertezas sobre o processo de reabilitação; - Falta de um parecer por parte do IHRU das perguntas e questões colocadas; - Constrangimentos do processo de realojamento; - Condições de acessibilidade; - Desconfiança nas entidades e no processo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entraves do processo e aprovação da candidatura; - Estado de conservação e degradação das casas; - Rendas muito baixas, que inviabilizam obras de maior envergadura na ilha; - Conflitos com os moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descoordenação entre atores; - Falta de acesso à informação pelos moradores; - Falta de enquadramento específico para a morfologia das ilhas no PDM; - Obstáculos impostos pelos moradores não colaborativos; - Pouca flexibilidade do programa ao dinamismo do estado de ocupação até a concretização da reabilitação; - Prazo para execução da reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade das relações com os moradores. - Instabilidade das relações com os moradores; - Não saberem do projeto de requalificação, não se sentirem ouvidos.

Balanço do estado de ocupação e colaboração

BALANÇO DO ESTADO DE OCUPAÇÃO E COLABORAÇÃO

Balanço ao final do projeto “*para as pessoas*”.

(período: novembro – dezembro, 2020)

Agregados		Casas em análise	
Colaborantes	5	Habitadas	9
Não colaborantes	3	Desabitadas	4
Não residentes	1	Visitadas	7
Total	9	Não visitadas	6
		Total	13

Balanço ao final do projeto “*com as pessoas*”.

(período: janeiro – agosto, 2021)

Agregados		Casas em análise	
Colaborantes	8	Habitadas	8
Não colaborantes	0	Desabitadas	5
Não residentes	1	Visitadas	11
Total	8	Não visitadas	2
		Total	13

Reunião de esclarecimento pela PVSRU

A 28 de agosto de 2021, teve lugar uma reunião de esclarecimento pela PV-SRU, com o objetivo de responder a algumas das perguntas e questões colocadas pelos moradores da ilha, para as quais já se tinham respostas. A reunião aconteceu no pátio do anexo da casa 10 e ao longo do corredor de acesso, nos mesmos moldes das reuniões comunitárias. A data, marcada pela PV-SRU, constituiu um meio-termo entre as disponibilidades dos moradores e dos técnicos. No documento de esclarecimento redigido pela PV-SRU, em anexo¹²³, há a descrição pormenorizada da reunião, pelo que se sintetiza esta ação entre objetivos, tópicos, impacto e aprendizagens.

Foram objetivos da reunião: prestar um esclarecimento, por parte de uma das entidades intervenientes do processo de reabilitação, aos moradores sobre as suas perguntas e questões mais frequentes; demonstrar que todos os intervenientes estão articulados, e a fazer um trabalho sério e que estão igualmente disponíveis aos moradores; disponibilizar um canal de contacto direto com a jurista da PV-SRU, Dra. Fátima Cabral; esclarecer as notificações de atualização de rendas por parte da senhoria. A reunião abordou os seguintes tópicos: cumprimentos e introdução; sumarização do que se pretende e do que será abordado na reunião; leitura do documento informativo disponibilizado aos

¹²³ O informativo que encontra-se no Anexo II – Projeto “com as pessoas”.

moradores, ao representante da senhoria e à equipa social e de projeto; esclarecimento por parte do representante da proprietária sobre as cartas para o aumento da renda proposto a alguns dos inquilinos; espaço para os inquilinos colocarem dúvidas e comentários.

Apesar de terem sido poucos os moradores presentes, aqueles que estiveram demonstraram o seu contentamento em terem as suas dúvidas esclarecidas, pela presença da PV-SRU e a disponibilização de um canal de comunicação com a entidade. Também foi reforçada e avaliada como positiva a disponibilização do artigo “*Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez*”¹²⁴, que corresponde ao um conteúdo de acesso limitado do jornal Público, em que se explica o enquadramento do problema da habitação, a perspetiva do Município e os projetos de intervenção para as ilhas do Porto, com uma breve descrição e diagrama de funcionamento do programa 1.º Direito. Foi ressaltada pelos moradores a clareza do documento e a descrição das fases e intervenientes. Cabe ressaltar que entre os presentes estavam os residentes que receberam cartas para reajustes das rendas. As ausências foram posteriormente justificadas, no discurso aberto e velado, por disponibilidade, prioridades e concordância com a reabilitação.

¹²⁴ Pinto, L. (2021). Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez. *Público* 5-8, 28 de março de 2021.

Outro tema tratado na reunião foi o das cartas de proposta de aumento das rendas pela senhoria a alguns dos inquilinos que possuíam as rendas mais baixas, as quais não haviam sofrido os reajustes legais permitidos. O representante da senhoria esteve presente e explicou a razão das mesmas, esclarecendo que, uma vez que fica impedido o reajuste após a celebração do contrato com o IHRU, e por ser seu direito legal o fazer, a senhoria optou por ajustar as rendas antes da submissão da candidatura. O representante da senhoria esclareceu aos inquilinos que não havia interesse em forçar ou impor um reajuste que se colocasse além das capacidades financeiras dos inquilinos e reafirmou a vontade da senhoria. O reajuste também foi sustentado pelo argumento de que com os custos envolvidos na reabilitação, seriam necessários investimentos, e que não poderia haver prejuízo.

A situação de consenso ao final da reunião foi conseguida através do diálogo e do acesso às informações, sejam de posicionamento, quanto do enquadramento legal e funcionamento do processo e dos seus intervenientes. A reunião reforça a importância do direito à informação, à regulamentação legal e à conjugação de interesses comuns no processo. Esta iniciativa demonstra o papel e necessidade da criação de canais de comunicação e espaços de participação para os diferentes atores, inclusivamente para se perceber que aspetos são mais relevantes e o que cada um necessita.

Workshop Architectos de Família – 5ª edição

Em 2021 na sua 5.ª edição o *workshop* Architectos de Família, motivado por um pedido de candidatura ao 1.º Direito, para “*duas ilhas nas Antas*” manteve o seu caráter inovador de ponte entre o ensino e a ação social no apoio técnico prestado. Nesta edição, a multidisciplinaridade foi um elemento de distinção, e aconteceu, tal como nos demais *workshops*, num processo de continuidade e ajuste metodológico. As sessões contaram com um grupo de oradores e convidados multidisciplinares, alguns dos quais já haviam participado em edições anteriores e partilharam a sua experiência, as especificidades, aprendizagens e as possibilidades de continuidade do trabalho a ser realizado no *workshop*.

A experiência adquirida ao longo das edições tem mostrado frutos e contributos de iniciativas desta natureza, por um lado para a implementação de projetos de reabilitação para as ilhas e por outro na formação dos participantes. Para além dos objetivos práticos, o *workshop* constitui como uma plataforma de construção de conhecimento, e demonstra e reforça as possibilidades de processos participados na democratização do acesso à habitação. Cabe ainda ressaltar os recursos mobilizados e a rede articulada para que os *workshops* aconteçam, sejam práticos e efetivos. Em relação à edição para a “*ilha no Campo Alegre*”, a continuidade está na participação de educadores sociais, como convida



Fig.24. Avaliação externa dos projetos: Cartaz da 5ª edição do *workshop* Arquitetos de Família; Divulgação e comunicação do projeto. Apresentação no Encontro sobre Responsabilidade Social Universitária.

dos e como participantes. O impacto e interesse que esta iniciativa tem tido é também observado na permanência e aderência de outros atores à rede. Outro dado que o demonstra é a contínua vontade de participação e interesse dos estudantes, dos quais cerca de um quarto dos envolvidos continua de alguma forma a natureza e a experiência do trabalho que realizaram.

Encontro sobre Responsabilidade Social Universitária da Universidade do Porto

Enquadrados na presente dissertação, os dois projetos foram aceites na “*call for posters*” do Encontro sobre Responsabilidade Social Universitária da Universidade do Porto, de 2022. Este evento foi organizado visando promover a troca de conhecimentos, experiências, e aspirações no desenho e implementação de políticas e práticas de responsabilidade social em IES, e o seu enquadramento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. O encontro procurou contribuir para a reflexão e debate sobre projetos que exploram as sinergias da relação entre as universidades e a sociedade.¹²⁵ Ao longo de um dia, foram realizadas conferências e mesas redondas sobre temáticas relacionadas, contando com docentes e investigadores de diferentes faculdades e universidades. Houve ainda um momento de apresentação dos

¹²⁵ Fonte:

https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=139304.

projetos de investigação aceites aos organizadores e demais participantes.

Estado da candidatura da ilha no Campo Alegre

Aquando do término desta dissertação, em setembro de 2022, a candidatura da ilha no Campo Alegre já havia sido aprovada pela CMP e submetida ao IHRU. A reabilitação aguarda aprovação da entidade, estando como impedimento o financiamento dos custos associados aos espaços comuns e ao corredor de circulação da ilha. Desde a saída do terreno houve alterações no estado de ocupação da ilha, com mudanças na composição dos agregados e uma revisão aos agregados elegíveis. Estas mudanças levaram à necessidade de alteração do projeto pela equipa do Habitar Porto, dada a diferença das necessidades tipológicas e de número de fogos que implica. Outro ponto diz respeito ao faseamento. O tempo de execução e a complexidade da empreitada são bastante maiores com a opção faseada, o que levou as equipas técnicas a preferirem o realojamento, também a considerar os montantes totais disponibilizados para a reabilitação. Outro argumento, para além dos custos, é que há maiores riscos de as obras ultrapassarem o limite do apoio do realojamento, o que pode trazer sérias consequências para os inquilinos. Até ao momento, estavam a ser analisadas e organizadas as condições e a própria possibilidade junto às entidades e com os moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do problema de acesso à habitação condigna, a partir das condições atuais das ilhas do Porto, analisamos as oportunidades e os entraves a operacionalização dos instrumentos existentes para a reabilitação destes contextos, como opção de habitação acessível a uma maioria. Da análise e leitura bibliográfica, identificamos um problema, para o qual levantamos a hipótese de o abordar a partir de práticas de governança participada, como instrumentos para democratizar o acesso à habitação. A partir do acompanhamento da candidatura do caso de estudo, tivemos em vista compreender a partir de uma situação concreta as questões em causa. Através do *workshop*, nos aproximamos da realidade dos processos de reabilitação na elaboração dos traços gerais de uma estratégia de intervenção específica para a ilha, em acordo com o quadro regulamentar e em benefício dos moradores. A seguir a esta experiência, aproveitamos a oportunidade de continuar a acompanhar o processo de candidatura em proximidade, e de explorar outra metodologia de governança na operacionalização das políticas e dos seus instrumentos, tendo como preocupação as consequências sociais deste processo.

Para abrir a discussão, nos dois quadros a seguir tivemos em vista sintetizar os projetos “*para*” e “*com*” as pessoas em relação aos objetivos por ator para evidenciar as semelhanças e diferenças entre os dois processos. Destes balanços, vemos que apesar de serem de certa forma

PROJETO “PARA AS PESSOAS” – BALANÇO DOS OBJETIVOS POR ATOR

OBJETIVOS	ESTUDANTES	IES + HABITAR	INQUILINOS	SENHORIA
Criação de conhecimento / Acesso a informação (<i>o que?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagens sobre o quadro regulamentar; - Contato com um processo de reabilitação e de candidatura pelo 1.º Direito; - Concessão do Programa Base: 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento físico e socioeconómico sobre a ilha candidata; - Discussão sobre o quadro regulamentar e instrumentalização do 1.º Direito; - Traços gerais da estratégia de reabilitação e de sua viabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Devido as incertezas do processo, apenas foram informados sobre a dimensão formativa do <i>workshop</i>, que teve por objeto a ilha. 	<ul style="list-style-type: none"> -Traços gerais da estratégia de reabilitação, previsibilidade do processo a partir do apoio técnico do Habitar Porto e do resultado a partir da proposta elaborada no <i>workshop</i>.
Articulação de redes (<i>com quem?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Entre os participantes do <i>workshop</i> (organizadores, coordenadores, convidados e estudantes). 	<ul style="list-style-type: none"> -Responsável pela articulação dos atores envolvidos no <i>workshop</i>; - Apoio técnico à senhoria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não são incorporados a rede de forma direta, são coletadas informações sobre os atores -- 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio e mediação técnica pelo Habitar Porto e com sua advogada.
Tipo de envolvimento no processo (<i>como ?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos). São responsáveis pela elaboração dos elementos escritos e desenhados do Programa Base. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos). Promotores do <i>workshop</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento indireto (objetos). 	<ul style="list-style-type: none"> -Envolvimento indireto (objetos), apesar de não participar na parte da concessão, depois lhe foi apresentado o projeto. Apesar do envolvimento indireto no <i>workshop</i>, possui maior poder de decisão, está incorporada à rede do projeto de reabilitação.
Produção de solução (<i>para quem?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de formação com objetivo prático e sentido social; - Realização dos trabalhos académicos das mestrandas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio na elaboração de uma proposta de projeto de reabilitação, necessária a candidatura e capaz de atender ao quadro regulamentar, em benefício dos moradores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de reabilitação proposto, com adequação tipológica aos agregados; - Definição do tipo de apoio às rendas e elegibilidade ao 1.º Direito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do programa base necessário à aprovação urbanística; - Estimativa de orçamento e das modalidades de financiamento pelo 1.º Direito; - Levantamento socioeconómico, para determinação dos tipos de apoio e elegibilidade dos inquilinos.
Candidatura	Elaboração do Programa Base necessário à validação urbanística a nível municipal do projeto de reabilitação.			

PROJETO “COM AS PESSOAS” – BALANÇO DOS OBJETIVOS POR ATOR

OBJETIVOS	ESTUDANTES	IES + HABITAR	INQUILINOS	SENHORIA
Criação de conhecimento / Acesso a informação (<i>o que?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Contato com outras dimensões do problema do acesso à habitação, em especial as dimensões sociais e subjetivas; - Aprofundamento sobre o processo de candidatura pelo 1.º Direito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os constrangimentos dos moradores à reabilitação; - Conhecimento sobre a realidade do território, com informações de natureza quantitativa e qualitativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e informação sobre o processo de reabilitação: organização do processo, quais as condições, os direitos e os deveres dos intervenientes; - Conhecimento sobre a proposta de reabilitação da ilha, a nível de projeto e de execução. 	<ul style="list-style-type: none"> - Condicionantes impostas pelos inquilinos.
Articulação de redes (<i>com quem?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Entre as estudantes, os inquilinos, a senhoria, o Habitar Porto e a PV-SRU. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os inquilinos juntam-se a rede do Habitar Porto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Com as estudantes, o Habitar Porto, e a PV-SRU, e indiretamente; com o IHRU. 	<ul style="list-style-type: none"> - A rede da senhoria, mantém-se.
Tipo de envolvimento no processo (<i>como ?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos); - Trabalho mais colaborativo com os demais atores; - Aprofundamento da proposta de reabilitação do <i>workshop</i>; - Esclarecimento sobre o funcionamento do processo de reabilitação pelo 1.º Direito; - Apoio psicossocial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos); - Responsável pela mediação, e articulação dos atores, em especial das entidades com as pessoas; - Apoio ao desenvolvimento do trabalho realizado pelas mestrandas; - Articula entidades, e mobiliza os atores e instrumentos necessários ao prosseguimento da candidatura, e atores exteriores envolvidos nas ações realizadas pelo projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos); - Entre os níveis de participação de recomendação e cogestão; - Avaliação do projeto proposto no <i>workshop</i>, levantamento de dúvidas e questões práticas ligadas ao processo de reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento direto (sujeitos); - Esclarecimentos sobre sua intenção e vontade de reabilitar a ilha através do 1.º Direito.
Produção de solução (<i>para quem?</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência de formação profissional, fora das práticas normalmente desenvolvidas. - Aprendizado com o formato do processo; - Realização dos trabalhos académicos das mestrandas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento de pontos da proposta de reabilitação desenvolvidos no <i>workshop</i>, como a possibilidade de faseamento, e a distribuição tipológica por agregado, ajustes ligados à incorporação dos inquilinos, em uma candidatura que se tornou uma possibilidade concreta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento do projeto das áreas exteriores a partir das preferências dos moradores; - Desenho da proposta de faseamento e designação tipológica conversada junto aos inquilinos; - Esclarecimento e visualização da proposta de projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação e trabalho junto aos inquilinos; - Resolução de conflitos junto aos inquilinos.
Candidatura	Articulação e esclarecimento junto aos inquilinos; recolha da documentação necessária pelos inquilinos; aprofundamento da proposta e reabilitação elaborada na plataforma formativa Arquitectos de Família.			

complementares, o projeto “*para as pessoas*” esteve mais orientado para uma necessidade técnica da candidatura, a elaboração de um Programa Base. Já no projeto “*com as pessoas*”, vemos que esteve mais orientado para as estudantes e para os inquilinos. Em especial para as primeiras, tratou-se de um processo de formação profissional, através do contacto com o processo de candidatura e das dificuldades da prática, ao serem incorporadas aos trabalhos de académicos das mestradas, tornou-se em um espaço de aplicação e reflexão sobre o enquadramento teórico.

Já em relação aos inquilinos, vemos como o processo serviu para os incorporar a rede do processo de reabilitação. Apesar de não ter sido possível alcançar o verdadeiro grau de deliberação da prática “*ciudadanista*” de “*cogestão*”, mas sim algo mais próximo ao nível abaixo de “*elaboração/recomendação*”. Sendo que entre os fatores, podemos assinalar a estrutura que rege o processo em termos burocráticos, e às possibilidades de realmente prosseguir com o que deseja fazer. Apesar disto, não vemos os projetos abordados como prescrições conclusivas de uma solução, mas como meios através das quais fizemos um retrato ao quadro das políticas públicas e aos instrumentos de acesso à habitação. A partir dos quais trazemos da prática reflexões sobre a reabilitação da “*ilha no campo Alegre*”, e deste modo, complementam o diagnóstico ao problema identificado no primeiro capítulo.

Relativamente à leitura crítica do enquadramento regulamentar urbanístico e das políticas habitacionais, estes como vimos, são essenciais para a definição dos atores e das suas ações, e garantem a regulação dos princípios de intervenção, conferem reconhecimento sobre a realidade, legitimam e organizam como os processos acontecem. No entanto, por si só, estas não garantem as transformações necessárias. Das oportunidades e fragilidades apontadas ao longo do trabalho, ressaltamos a necessidade de o Estado ter um papel ativo e mais próximo, devendo ser reforçada a inclusão e coordenação com os demais intervenientes, não só na operacionalização, como na elaboração, e avaliação dos instrumentos de habitação, a fim de melhor articular a dimensão abstrata às questões práticas que se veem no território.

Os novos instrumentos em matéria de habitação permitem um certo nível de adequação aos contextos, no entanto, existem ainda lacunas e contradições. Se há princípios assentes na reabilitação, adequação, diversidade e permanência, vemos que os mecanismos do programa 1.º Direito que procuram evitar o despejo dos residentes e que as habitações reabilitadas sejam alugadas de forma abusiva são extramente pertinentes, no entanto, a designação tipológica por agregado pode ser considerada até mesmo uma ameaça a estes objetivos. Este termo cria rigidez e constrangimentos à adequação temporal dos projetos, seja para os atuais moradores, seja para o território. Esta crítica à distribuição

tipológica da habitação deve ser considerada tendo em mente o objetivo de promover a permanência e diversidade ao longo do tempo. No entanto, também podemos afirmar que esta medida não considera as casas a que as pessoas têm direito, mas sim a tipologia adequada àquele agregado familiar naquele momento. Constatamos ainda que os programas públicos devem ser melhor integrados e coordenados com outras políticas e ferramentas de suporte associados à sua implementação, a fim de atender às outras dimensões do problema, como a económica, a técnica, bem como as sociais. Por sua vez, vemos que a avaliação dos casos em proximidade, ao permitir um diagnóstico mais fino, pode ser uma forma de melhor compreender as reais necessidades dos contextos e os instrumentos e apoios a serem mobilizados.

Também constatamos uma excessiva burocratização e morosidade na operacionalização das políticas e dos instrumentos, entre os quais o 1.º Direito. Dada as atuais condições e o ritmo de execução das ELH e das candidaturas que vemos, o prazo de execução até 2026 gera instabilidade e uma priorização da quantidade em detrimento da qualidade, e mostra-nos que metas estão muito além da capacidade de operacionalização do programa. Neste sentido, parece-nos premente ajustar o processo, enquanto se melhora a capacidade de ação, para que seja possível responder com qualidade às necessidades habitacionais da população. Identificamos ainda a necessidade de ajustes, entre estabili-

dade e flexibilidade. Por um lado, é preciso estabilidade na sua duração e em relação aos ciclos políticos, por outro, faz-se necessário uma maior flexibilidade de adaptação aos contextos e ao seu dinamismo. Ao não serem incorporadas, tornam-se um constrangimento no avançar do processo e na adequação às necessidades das pessoas. É por sua vez, necessária flexibilidade em sua duração, dado o desalinhamento entre o tempo de concretização e os tempos dos programas.

Com o sentido de otimizar e tornar os processos mais céleres, pode ser interessante a elaboração de um “*catálogo de soluções*” para agilizar as fases de elaboração e aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades. Como constatamos no terceiro capítulo, as alterações ao projeto na revisão com os moradores foram reduzidas, o que demonstra que a solução arquitetónica estava bem conseguida, mas foi necessário ajustá-la a realidade quotidiana e as especificidades da ilha. Esta experiência reforça a utilidade de um conjunto de soluções, de carácter mais genérico, que podem ser mais facilmente adequadas às especificidades dos contextos. Neste processo, seja, de construção de uma normativa legislativa e urbanística coerente, seja na operacionalização dos instrumentos, que respondam à realidade, é importante sistematizar e produzir informação e conhecimento, a diferentes escalas e enquadramentos, de forma contínua para respostas mais adequadas à realidade, e processos de intervenção mais dinâmicos e sistemáticos.

Relativamente à discussão sobre o direito à habitação digna e os possíveis contributos dos Arquitectos, vemos como são capazes mobilizar atores e transitar por espaços, especialmente do campo burocrático, pelos quais muitas pessoas não circulam, e de instrumentalizarem o quadro regulamentar, e vemos também a capacidade de trabalhar a dimensão física, e executar com qualidade um projeto para a casa das pessoas, com recursos públicos e estáveis no tempo. Por um lado, vemos a versatilidade do trabalho que os arquitetos conseguem exercer, que na complexidade do problema do acesso à habitação mostra-se bastante útil. Por outro lado, a parceria com as educadoras sociais fez despertar para outra construção e priorização dos problemas, de abordagem e de gestão das situações, em que o foco são as pessoas. A experiência do trabalho de campo expôs o contraste entre a visão técnica e burocrática dos arquitetos sobre o processo de reabilitação e a relação dos residentes com este mesmo processo. De forma que as ideias iniciais, normalmente associadas às práticas participadas, dinâmicas e criativas, ao entrar no terreno foram logo substituídas por receios, ansiedade e medos, por problemas burocráticos e práticos do quotidiano dos moradores.

Os projetos abordados permitiram aprofundar em complementaridade, investigação e prática, e na complexidade dos dias atuais e do problema do acesso à habitação de procurarmos formas capacitar a atuação dos técnicos à esta condição. Neste

sentido os projetos também permitiram reflexões sobre *com quem, como e onde podemos ensinar e aprender*. Constatamos a necessidade de uma nova cultura de aprendizagem e de intervenção, em especial em contextos marcados pela fragilidade sócio espacial, como as ilhas do Porto, o trabalho de reabilitação não é apenas físico, como também social. Neste sentido, e compreendendo que a transformação física da realidade é precedida pela transformação social, vemos a importância da capacitação técnica, uma vez que os Arquitectos possuindo o domínio para trabalhar a dimensão física, também devem desenvolver competências ligadas a dimensão social. Observamos ainda a ausência de redes e espaços de participação institucionalizados com dimensão suficiente para responder ao problema.

Por sua vez, em relação à determinação da participação nas políticas e instrumentos públicos em matéria de habitação, temos que o trabalho em rede e em proximidade não é exclusividade dos projetos abordados, que apenas mudaram os papéis de alguns dos elos e tiraram partido da diversificação dos atores. Vemos, que entre os constrangimentos e as ameaças à democratização do acesso à habitação, estão problemas estruturais ligados à desigualdade, à distribuição do poder, à necessidade de construir, e à perceção da habitação condigna como um direito básico e fundamental. As dimensões social, psicológica e socioeconómica, são elementos concretos do problema, tal como o qua-

dro político e regulamentar, e as dimensões económica, física e material. De forma que os processos participativos não devem ser romantizados nem abordados como uma prática dos ativistas, mas sim como instrumentos concretos no problema da habitação, e se do exposto podemos afirmar que a participação consegue aprofundar a relação com o problema, pode então ser vista como estratégia, como uma resposta técnica de interesse, uma vez que não se resolvem problemas estruturais pela superfície.

Relativamente aos contributos e limitações de projetos participados como possibilidades metodológicas de intervenção para as ilhas, devemos refletir sobre em que momento discutir “participação” deixou de ser discutir “política”. Apesar de ainda não ser vista como objetiva, a participação permite questionar sobre a produção e o acesso à habitação, e uma vez que o alicerce da ciência é a confiabilidade, devemos desconstruir os lugares onde julgamos que está a informação confiável, pela reprodução do poder que esta atitude implica. Ou seja, a participação deve ser organizada para a transformação do sistema, vista as necessidades de reformas e desigualdades.

O trabalho de articulação e o apoio técnico do Habitar Porto, permitiu ativar e mobilizar um amplo conjunto de atores e de recursos necessários à elaboração de uma candidatura, como a própria realização dos projetos “para” e “com” as pessoas. Estas ações tiveram um impacto concreto para que

a vontade da senhoria e a candidatura avançassem. Nesta fase inicial ainda de formulação e marcada pelas incertezas da candidatura, entre tempos e aprovações, foi possível produzir e aprovar um projeto, recolher a documentação necessária e submeter ao IHRU um projeto mais adequado à realidade da ilha. Deste apoio foi ainda estabelecida uma ponte entre a PV-SRU, a senhoria e os moradores. Os custos de ter acesso a este tipo de serviço, a necessidade de ter um projeto e os elementos associados necessários, sem a garantia do financiamento, a importância do acesso à informação, que permite que as pessoas tomem decisões, demonstram a importância em alargar o acesso à Arquitetura e aos Arquitetos.

Por que estou no terreno? Como posso ser útil as pessoas? Como fazer as perguntas? Foram perguntas que estiveram entre as reflexões. Saber lidar com o conflito, com as expectativas, saber escutar, mas também saber falar foram algumas das aprendizagens destas experiências, que reforçam como é necessário o questionar no acesso à habitação *para quem é o problema? Por quem e para quem foram pensadas as soluções? O quadro regulamentar está em sintonia com a realidade e a viabilizar a ação de forma coerente? Está de fato a conseguir permitir que as pessoas tenham a casa que podem pagar ou a que têm direito? Quais são e como reduzir as distâncias entre o quadro regulamentar, as instituições e as pessoas?* A construção da democratização do acesso à habitação condigna tam-

bém envolve imaginar, como exercício ético, para nos capacitar, a fazer perguntas, a percebermos o nosso próprio referencial e a lente que temos sobre o problema em relação ao outro, assim como imaginar outras possibilidades de vida. Assim, indagamos como trabalhar a construção social, coletiva do “horizonte-comum”? *Como e onde podem acontecer esses encontros?*

O prolongamento no tempo do projeto “*com as pessoas*” permitiu outra percepção sobre a real dimensão e o funcionamento do processo de reabilitação, tendo sido possível compreender que incorporam uma escala muito mais alargada de recursos, como cada parte do processo requer tempos, abordagens, enquadramentos normativos e atores diferentes, e de que estas dimensões, dos tempos, das fases e dos procedimentos são aspetos fulcrais nos processos de reabilitação, mas que não aparecem à primeira vista. Entre os pontos fracos está uma certa falta de garantia, uma vez que o apoio das mestradas não foi estabelecido como um vínculo oficial, mas como trabalhos académicos, que poderiam contribuir para o processo de candidatura, mas sem garantias. Ao longo do trabalho ficou evidente as diferenças de responsabilidade e de poder dos intervenientes, em especial no projeto “*com as pessoas*” em muitas situações não era possível à equipa em campo dar certezas, confirmar ou fazer certas mudanças com garantia. O que nos leva a refletir sobre a ordem de entrada dos atores, como são organizadas as mudanças de fases

da candidatura, como são acompanhadas, e orquestradas as ações entre os intervenientes. Concluimos com duas provocações: *terá sido este acompanhamento e como se desenvolveu suficiente? Terão sido as pontes criadas e as informações dadas aos atores suficientes para se sentirem seguros e tomarem decisões informadas até a conclusão da reabilitação?*

Também podemos analisar como a base epistemológica comum, apesar das variações metodológicas e técnicas entre os dois projetos permitiu criar um fio condutor que levou a um aprofundamento tanto das questões práticas, como das teóricas. Esta gramática comum enriquece as possibilidades, permite desenvolver maturidade e uma melhor adequação a variedade de contextos, sem perder certos aspetos que são determinantes, em especial em relação os princípios orientadores. A partilha epistemológica também permitiu melhor trabalhar as relações entre teoria e prática, uma vez que apesar das variações e singularidades, também há constantes e aprendizagens complementares. Vemos ainda em vários momentos dos projetos uma procura de resposta à prática, e esta dinâmica reforça o interesse da abordagem socio-crítica e de metodologias como a IAP. Para além do trabalho desenvolvido durante um longo período no terreno, foram produzidas três dissertações de mestrado integrado, com a valorização do conhecimento formal e informal como um ponto forte e um diferencial quando consideramos as recorrentes experiências académicas.



Fig.25. Charge de Frits Ahlefeldt-Laurvig, (2011).

Outro importante aspeto, que não foi abordado em profundidade neste trabalho, diz respeito à organização do mercado de arrendamento. A estabilidade da habitação é um aspeto central, que tem sido assegurado através da compra. Devem ser implementadas medidas que assegurem a estabilidade, bem como que incentivem a alocação de fogos para arrendamento. No trabalho de campo vimos que para os moradores este foi um ponto-chave, e a duração mais alargada dos contratos teve um forte impacto na concordância com o processo. O investimento no parque de habitação pública também deve ser uma medida que visa equilibrar a procura e os valores praticados no mercado privado. Uma medida estratégica é não somente a resposta a pedido, mas a criação de um banco de habitação, que atenda as situações emergenciais e necessidades de realojamento. Para além da definição de tipologias, padrões construtivos e leques de ação é importante que os critérios de prioridades devem ser definidos de forma participada, com os governos, instituições locais, técnicos e sociedade civil.

Concluimos com a consideração de que este foi um processo de encontro com a realidade, as duas experiências de projeto abordadas permitem-nos aprofundar algumas considerações relevantes sobre o acesso à habitação condigna, e à reflexão sobre as metodologias participativas de governança, em projetos orientados para um acesso à habitação mais equitativo e que buscam a adesão, satisfação, adequação e a permanência dos destinatários, sen-

do eles proprietários ou inquilinos, bem como para o território. Em formato de extensão universitária, estas iniciativas trazem consigo a questão da responsabilidade social das IES em especial quando em cooperação com outras entidades e em proximidade com a sociedade civil, podemos reforçar que a partir do tripé das universidades – ensino, investigação e extensão, há muitas oportunidades na relação destes atores com as pessoas no quotidiano. Podemos estender este questionamento aos demais intervenientes: *como os princípios das políticas e dos programas são de facto mobilizados, e como podem melhor servir as pessoas e o território? Como construir esta nova cultura de intervenção? Qual o produto das intervenções de reabilitação?*

Nesta dissertação procurámos refletir sobre como podemos praticar a participação de forma relevante, em benefício das pessoas e concluímos com a consideração de que este foi um processo de encontro com a realidade, marcado pelo contributo de vários atores, que tiveram um importante papel na orientação do próprio trabalho. Espera-se que, entre dificuldades, limitações, conquistas e oportunidades este, trabalho contribua para o processo de democratização da habitação, baseado na credibilidade, previsibilidade e estabilidade.

BIBLIOGRAFIA

Livros e capítulos de livros

Alves Costa, A., & Fernandez, S. (2020). *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL - Antas*, Pedro Ramalho. Tinta da China.

Ascher, F. (2010). *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos: um léxico*. Livros Horizonte.

Borges Pereira, V. (2003). *Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivadas a partir da cidade do Porto* (Vol. 13). Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Boutinet, J. (1990). *Antropologia do projeto*. Instituto Piaget.

Breda-Vázquez, I., & Conceição, P. (2015). *'Ilhas' do Porto - Levantamento e Caracterização*. Município do Porto.

Conselho Nacional do SAAL. (1976). *Livro branco do SAAL 1974-1976*. (S.l.).

Costa Agarez, R. (2018). *Cem Anos de Políticas Públicas para a Habitação em Portugal, 1918-2018*. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Domingues, Á., & Travasso, N. (2015). *Território - Casa Comum. Morfologias e dinâmicas do território*. FAUP.

- Eco, U. (1995). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa. Presença.
- Ferreira, M., Pimenta, M., & Ferreira, J. (2001). *Estudo Socioeconómico da Habitação Social - Porto*. CMP.
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Blackwell Publishers.
- Harvey, D., & González Arenas, M. (2014). *Urbanismo y desigualdad social*. Siglo XXI de España Editores.
- Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades* (3ª ed.). São Paulo. Martins Fontes.
- Matos Rodrigues, F., & Silva, M. (2014). Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76. In. Edições Afrontamento.
- Matos Rodrigues, F. (2016). Cidade e participação. Dois casos paradigmáticos: Bela Vista e Riobom. Em *A cidade da participação. Projecto de Arquitectura básica participada na Ilha da Bela Vista* (pp. 29-30). Edições Afrontamento.
- Lameira, G. (2012). A investigação disciplinada. Propostas pragmáticas de (re)aproximação entre teorias e práticas arquitetónicas. *Revista De História Da Arte*(10), 94-109.
- Lefebvre, H. (2008). *Direito à cidade*. São Paulo. Centauro.
- Portas, N. (1969). *A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Livros Horizonte.
- Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do estado no centro histórico do Porto*. Edições Afrontamento.
- Queirós, J. (2016)., “O «Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto» de 1956”. Em Pereira, V., “A habitação social na transformação da cidade. Sobre a génese e efeitos do “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto” de 1956. Edições Afrontamento.
- Relatos Quotidianos. *Relatório final: Levantamento e caracterização de núcleos residenciais designados como “ilhas” na ARU de Campanhã-Estação*.
- Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Turner F. C., J. (1976). *Housing by people*. Marion Boyars.
- Xerez, R., Rodrigues G., P., & Dalprá F., S. (2018). A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas. In *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*

1918-2018 (pp. 465-511). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Artigos e periódicos

Allegra, M., & Colombo, A. (2019). A governança das políticas de habitação:(co)produção do conhecimento e capacitação institucional *Cidades, Comunidades e Territórios*(38), 8-13.

Allegra, M., & Tulumello, S. (2019). O estado da habitação: introdução ao dossier. *Cidades, Comunidades e Territórios*(38).

Associação Habitar Porto lança concurso para reabilitar "ilha" em Campanhã. (2017). *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/lusa/associacao-habitar-Porto-lanca-concurso-para-reabilitar-ilha-em-campanha-8995954.html>.

Boni, A. (2014). Un análisis de los discursos institucionales en la cooperación y la educación desde la perspectiva de la educación para la ciudadanía global. Reflexiones a partir del caso español *Sinergias ED*(1), 101-115.

Boni, A. (2016). Colaboração entre Ensino Superior e Sociedade Civil: uma visão transformadora. *Sinergias ED*(3), 8-14.

<http://www.sinergiased.org/index.php/revista/itemlist/category/33-revista-3-fevereiro-2016>

Cachado Á., R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206(48).

Capel, H. (2003). A modo de introducción: Los problemas de las ciudades. *Urbs, Civitas y Polis Mediterráneo económico Ciudades, arquitectura y espacio urbano*(3), 9-22.

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2159515>.

Capel, H. (2016). La forma urbana en la ciudad postcapitalista. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* 21(177). <http://w>

Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (E. Almedina, Ed.).

Costa, A. O., Moreira, A. O., & Sá, P. O. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados*. UA Editora. <http://hdl.handle.net/10773/30773>.

Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Ferreira, M., Vieira, S., & Bessa, F. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*(13), 355-379.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>.

Coutinho, J. (2017). As «ilhas» do Porto e o turismo dos modos de vida. *Punkto*.

<https://www.revistapunkto.com/2017/09/as-ilhas-do-Porto-e-o-turismo-dos-modos.html>www.ub.edu/geocrit/b3w-1177.pdf.

de Oliveira Andreotti, V. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft Versus Critical. (1).

- <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/53-vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical>.
- Ferrão, A., & Moreira, H. (2018). Ilhas do Porto: "Não podemos fazer obras no que não é nosso" <https://www.jpn.up.pt/you>.
- Granja, B., Matos Rodrigues, F., & Alberto Reis, J. (2014). Reabilitar, renovar e valorizar as Ilhas e incluir socialmente os seus habitantes – uma intervenção arquitetónica urbana e social urgente e necessária. <http://www.barometro.com.pt/2014/10/05/reabilita-r-renovar-e-valorizar-as-ilhas-e-incluir-socialmente-os-seus-habitantes-uma-intervencao-arquitectonica-urbana-e-social-urgente-e-necessaria/>.
- Granja, B., Matos Rodrigues, F., & Reis, J. (2014). Garantir o direito à cidade – intervenção social nos processos de alojamento social. *Barómetro Social*.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*(22), 41-68.
- Jorge, S. (2022). A alavanca do 1.º direito: um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação *Finisterra*, 57(19).
- Jorge, S., & Varea Oro, A. (2021). SOS. *Público*.
- Loureiro de Matos, F. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 127(3).
- Marcuse, P., & Madden, D. (2017). In Defense of Housing: The Politics of Crisis. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, 113, 173-176.
- Mendes, L. (2020). Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, 55(114), 77-104.
- Montañés S., M., & Muslera, E. (2012). La paz transformadora: una propuesta para la construcción participada de paz y la gestión de conflictos desde la perspectiva socioprática. *Revista de Ciencias Sociales*, 7(2), 241-269.
- Município e Governo assinam acordos para reabilitação de habitação no Porto. (2022, 12 de abril). *Porto*. . <https://www.Porto.pt/pt/noticia/municipio-e-governo-assinam-acordos-para-reabilitacao-de-habitacao-no-Porto>.
- Oro V., A. (2013). El Barrio de São Vítor de Álvaro Siza: entre la teoría y la práctica de las operaciones SAAL. *Proyecto, Progreso, Arquitectura: Hábitat y habitar. Universidade de Sevilha*(9).
- Oro V., A., Monteiro V., P. A., Travasso, N., & Ribeiro de Almeida, M. (2019). Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto. *Revista De Morfologia Urbana*, 7(1).
- Oro V., A., Pinheiro, A., & Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Fórum Sociológico*(34), 61-70.

- Pasternak, S. (2016). Habitação e saúde. *Estudos Avançados*, 30(86), 51-66.
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/115080>.
- Pinto, L. (2021). Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez. *Público*. 5-8, 28 de março de 2021.
- Portas, N. (1986). O processo SAAL: Entre o Estado e o poder local. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, 18/19/20(Fevereiro).
https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-%2020/_Nuno%20Portas%20-%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf.
- Roseta, H. As ilhas do Porto: de objeto em disputa a elemento de coesão social. Contributo do programa Habitar Porto.
<https://www.helenaroseta.pt/documentos/1528976608G8oAO7ri8Nu50AH0.pdf>.
- Siza, Á. (1986). O 25 de Abril e a transformação da cidade. *Revista Crítica De Ciências Sociais*, Fevereiro(18/19/20).
- Stramigioli, J. (2021). Participación ciudadana en el diseño de políticas urbanas: el caso de Villa Gesell (Argentina) en 2018 *Ciudad y territorio: Estudios territoriales*(209), 821-832.
- Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89.
- Teixeira, M. C. (1994). A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Análise Social*, vol.29 (127).
- Travasso, N., Varea Oro, A., Ribeiro de Almeida, M., & Sousa Ribeiro, L. (2021). Acesso ao mercado de arrendamento em Portugal.: Um retrato a partir do Programa de Arrendamento Acessível. *Finisterra*, 55(114), 21.
- Tulumello, S. (2019). O Estado e a habitação: regulação, financiamento e planeamento. *Cidades, Comunidades e Territórios*(38), 1-7.
- Vilaça, C. (2018). Repovoar as ilhas com rendas acessíveis aos inquilinos. *Faktual*.
<https://faktual.pt/sociedade/repovoar-as-ilhas-com-rendas-acessiveis-aos-inquilinos>.
- Villasante, T. R., & Martín Gutiérrez, P. (2006). Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social. *REDES- Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 11(2).
<https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v11-n2-villasante-martin/87-pdf-es>.
- 10 mil pessoas a viver em ilhas. (2015). *Porto*.
<https://www.Porto.pt/pt/noticia/no-Porto-ha-mais-de-10-mil-pessoas-a-viver-em-ilhas>.

Documentos oficiais

Conceição, P., Breda Vasquez, I., Afonso, J., Urbanovik B., T., & Serrano, T. (2019). *Estratégia Local de Habitação (ELH) com vista à apresentação de candidaturas ao 1.º Direito*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Domus Social E.M., Porto Vivo – SRU

Decreto-Lei n.º 37/2018, de 2018-06-04 – 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Plano Diretor Municipal do Porto, na sua versão atual.

RERU - Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (2014). Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas (1951). Decreto-Lei n.º 38382/51, de 7 de agosto, na sua versão atual.

RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (2009). Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua versão atual.

RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (1999). Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro, na sua versão atual.

Trabalhos académicos

Almeida, V. (2019). *O espaço não edificado como mecanismo de melhoramento da qualidade de vida da população* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

Barros, E. (2021). *"Paredes de afeto" : Intervenção psicossocial com pessoas em situação de vulnerabilidade social* [Mestrado em Educação e Intervenção Social - especialização em ação psicossocial em contextos de risco, Escola Superior De Educação Politécnico do Porto]. Porto.

de Carvalho Azevedo, M. (2011). *Gestão de materiais e equipamentos em obra* [Dissertação, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Porto.

Fernandes, A. L. (2015). *Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e rutura do ciclo de pobreza: São Tomé e Príncipe como laboratório* [Tese PDA, FAUP]. Porto.

Fonseca, J. (2020). *Habitar (n) o Bonfim: dinâmicas comunitárias e processo de projecto no Porto oriental* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

Gonçalves, J. (2020). *Arquitectura para o maior número: uma estrutura de proximidade para o caso específico das ilhas do Porto* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

Oro V., A. (2015). *La arquitectura del territorio. Los entramados sociales como herramienta de proyecto* [Tese, Universitat Politècnica de València]. València.

Reis, P. (2020). *Entre conhecer, fazer e transformar: a reabilitação das ilhas do Porto como me-*

canismo para aprendizagem colectiva [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

Teixeira, J. (2019). *Habitat evolutivo: estratégias de intervenção para as ilhas do Porto* [Dissertação – MIARQ, FAUP]. Porto.

Websites

Sobre o programa 1.º Direito.

<https://www.primeirodireito.pt/>.

Sobre o programa Habitar Porto.

https://www.programahabitar.org/?fbclid=IwAR2WuxPugxDt-fOHwx28w7jcyTckiCzJMRz_cCku_6qDdAWu6P VfkPupOf54.

Sobre os profissionais de Educação Social.

<http://www.aptses.pt/>.

Seminários e conferências

Camarinhas, C., Maricato, E., & Bochmann F., R. (2021). Seminário - Ciclo 'Políticas Urbanas e Território: Que desafios?'. 'Agendas para a cidade e o território - novas questões, novos compromissos', Videoconferência.

Fernandes de Sá, M., & Travasso, N. (2021). A 'Escola de Urbanismo do Porto' com Manuel Fernandes de Sá 'Mais próximo: Relatos de uma prática de investigação' com Nuno Travasso. Seminário de Investigação 1-C | 'PRÁTICAS'. A 'Escola de Urbanismo do Porto', Videoconferência.

Ferrão, J. (2014) “A Inovação no Desenvolvimento Territorial Sustentável”, Conferências de Aljustrel, <https://www.youtube.com/watch?v=1MvDqe7w6s>.

Ghoubar, K., Mota, J., & Pestana L., J. (2021). Seminário - Desenho e participação pública. Ciclo Arquitectura e Sociedade #2, Videoconferência.

Gonçalves, M., Baganha, P., Oro V., A., & Lobo, I. (2021). Debate - Habitação e a Nova Cidade. Em. Casa da Arquitectura.

Liga Feminista do Porto e Associação Habitação Hoje.(31 de janeiro de 2022). As mulheres e a crise da habitação (Debate). Casa das Associações, Porto.

Santo Amore, C., Ferreira, L., Brito G., A., & Oro V., A. (2021). Seminário - 'Construção conjunta do conhecimento'. Ciclo Arquitectura e Sociedade #1, Videoconferência.

ANEXOS

I. PROJETO “PARA AS PESSOAS”

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA PARA LICENCIAMENTO DE UMA OPERAÇÃO URBANÍSTICA

A presente memória descritiva e justificativa é relativa a um pedido de licenciamento de Obras de Alteração e Ampliação de treze frações (casas de ilha), situadas na Rua do Campo Alegre 442, no Porto, correspondentes a uma área coberta de 363m², equivalente a 47,6% da área coberta total da propriedade. A ilha é composta por treze frações, nove das quais estão ocupadas, havendo um inquilino não-residente. Sendo que a totalidade da propriedade pertence a uma só pessoa, tendo sido sinalizada pela proprietária, que pretende recuperá-la mantendo os atuais moradores. Descrevemos, em seguida, a fundamentação urbanística desta operação.

1. CARACTERIZAÇÃO DO EXISTENTE

Apresentando duas entradas, uma pela Rua de João Martins Branco e outra a partir da Rua do Campo Alegre pela qual se realizada a entrada principal, através de um acesso partilhado com um edifício de habitação multifamiliar. A fragilidade espacial marca todas as habitações, não havendo condições mínimas de habitabilidade digna. As reduzidas dimensões estão aquém dos valores regulamentares mínimos, seja para áreas de compartimentos como pés direitos. A ventilação e iluminação naturais são insuficientes e não há qualquer solução de isolamento térmico. São perceptíveis os sinais de humidade no interior e de fragilidade estrutural. A décima primeira casa, na banda junto a meação poente, encontra-se em estado de ruína, com telhado desabado.

Onze das casas existentes organizam-se em banda, junto à meação poente, uma casa (dita casa-ponte) localiza-se sobre o corredor de acesso, ao nível do segundo piso, de forma transversal, e outra situa-se ao fundo da ilha, fazendo ligação com o arruamento secundário.

A ilha ocupa uma largura de dois lotes, resultando num amplo pátio comum, visível nas plantas de 1892, 1940 e 1969 (Fig. 1.0, 1.1, 1.2;1.3), que se encontra hoje densamente ocupado por anexos que colmatam a inexistência de funções básicas (casa-de-banho, cozinha e lavandaria) no interior das casas originais. Existem ainda instalações sanitárias exteriores partilhados por três frações. Estas apresentam uma área média de implantação de 21m², desenvolvendo-se em dois pisos.

1

Anexo 1. Memória descritiva e justificativa do Programa Base da “ilha no Campo Alegre”, elaborado no *workshop*, a ser posteriormente trabalhado pelo Habitar Porto, pág.1/11 (fonte: Arquitetos de Família, 2020).

O piso inferior conta com uma sala, que ocupa metade da área e toda a fachada, e duas alcovas na parte posterior, sendo os vãos existentes a porta de acesso e uma janela de 1.33m por 0.73m (medida média) . O piso superior ocupa o desvão do telhado (de uma água) sobre as alcovas, originando-lhes um pé direito de cerca de 2m, e ilumina-se através de trapeiras. A escada desenvolve-se em frente à porta de entrada, com uma pendente muito acentuada.

A décima segunda casa que se localiza na extremidade norte do lote, possui acesso para a rua de João Martins Branco, ainda que não conforme frente de rua. Organiza-se em dois pisos, com uma área de 46.75 m² de implantação e uma área útil de 59.1 m², distribuída em dois retângulos, um no piso térreo com 11.48m de comprimento por 2.96m de largura, que define um único espaço, que possui uma janela e uma porta em cada extremidade e um primeiro piso de 9.29m de comprimento e igual largura, dividido em dois compartimentos de igual dimensão, cada iluminado por uma janela de maiores dimensões em relação ao módulo que se vê nas restantes casas. As instalações sanitárias são exteriores e a habitação está atualmente desocupada.

O corredor pelo qual se faz o acesso às casas a partir da rua do Campo Alegre e um segundo, mais estreito, que define a circulação junto ao limite nascente do lote, definido por um muro em pedra com altura constante de cerca de 3.15m de altura e por onde se realizam alguns dos acessos aos anexos, conformam os espaços comuns da ilha, juntamente com um tanque em granito maciço, localizado sob a casa-ponte. O pavimento está, a exceção do espaço de logradouro junto a casa onze, totalmente impermeabilizado apresentando um perfil em rampa irregular com condições de acessibilidade débeis, em especial por razão da largura exígua.

Das 13 casas, 12 estão construídas em alvenaria de granito com cobertura de uma água revestida a telha sobre estrutura de madeira maciça. A dita casa-ponte foi reerguida após uma demolição parcial quando da construção do edifício de habitação em bloco de cimento.

A colaboração com uma equipa da área da intervenção social foi fulcral para garantir um correto levantamento social, realizado a par do levantamento físico, que acabou por determinar os objetivos da proposta. Uma vez que um dos propósitos da proprietária é garantir a permanência dos atuais inquilinos, o número de fogos e de tipologias resultantes estava definido à partida (admitindo-se que o inquilino não-residente poderia ser excluído se tal fosse necessário para viabilizar a solução, dado que esta não é a sua habitação permanente). Fixou-se, então, o programa em seis fogos T1 (podendo reduzir-se para cinco)

2

Anexo 2. Memória descritiva e justificativa do Programa Base da “ilha no Campo Alegre” elaborado no *workshop* , pág. 2/11 (fonte: Arquitetos de Família, 2020).

e três fogos T2. As possibilidades de intervenção estavam muito condicionadas à leitura do contexto urbanístico da ilha e da situação legal das construções.

2 . ENQUADRAMENTO NORMATIVO

A propriedade encontra-se dentro de uma Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação e em Área de Edificação Isolada com Prevalência de Habitação Coletiva segundo a Carta de Qualificação do Solo da última atualização do PDM do Porto (junho 2017). As atuais relações com a envolvente permitem considerar esta ilha como um interior de quarteirão.

Apesar das dificuldades de enquadramento regulamentar no PDM (a aplicação às ilhas dos parâmetros definidos nos artigos 16.º e 17.º é inviável, por não se verificarem as relações edifício / rua e edifício / logradouro) é possível construir um enquadramento legal favorável à intervenção proposta alicerçado na não afetação das edificações e das respetivas utilizações por normas legais supervenientes, consagrados em diversos diplomas legais:

- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação¹ (RJUE/1999/artigo 60º);
- Regime Jurídico da Reabilitação Urbana² (RJRU/2009/artigo 51.º);
- Regime Excepcional de Reabilitação Urbana³ (RERU/2014/temporário, aplicável a construções concluídas há pelo menos 30 anos ou localizadas em ARU).

Destes diplomas depreende-se que é possível a manutenção do edificado existente no logradouro, com uma ocupação superior à permitida pelo PDM. Esta condição estruturante da intervenção proposta é possível desde que se verifiquem duas circunstâncias:

- Que as edificações sejam anteriores a 1951;
- Que a intervenção não origine nem agrave desconformidades com as normas em vigor.



Fig. 1. Carta topográfica da cidade do Porto ,1895 (extracto)

Anexo 4. Memória descritiva e justificativa do Programa Base da “ilha no Campo Alegre” elaborado no workshop, pág.4/11 (fonte: Arquitetos de Família, 2020).

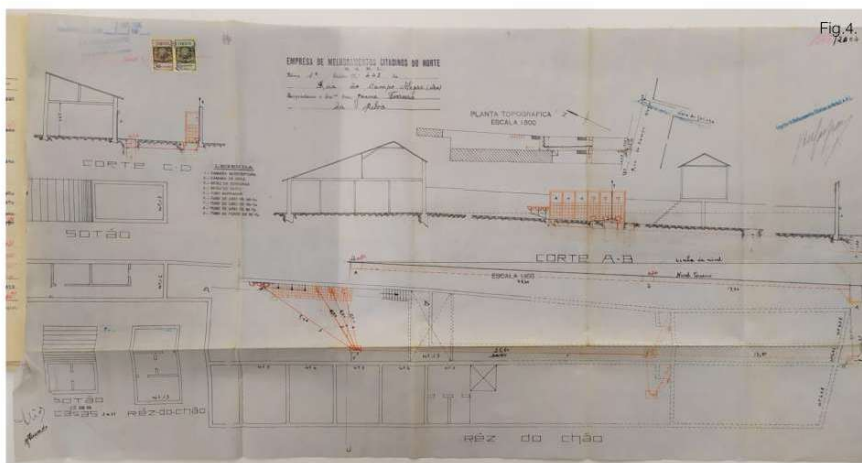
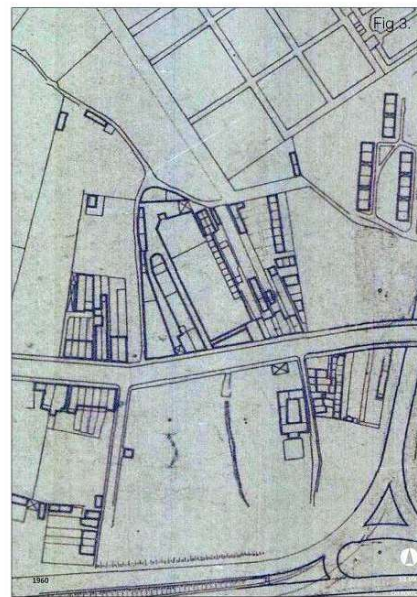
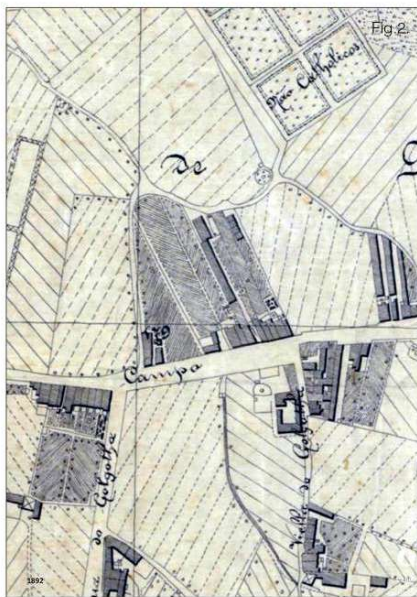


Fig. 2. Planta Topográfica da Cidade do Porto, 1892. Teles Ferreira (extracto); Fig. 3. Carta da cidade do Porto, 1979 (extracto); Fig. 4. Planta da Rua do Campo Alegre, 442. Arquivo das Águas do Porto, 1936

Anexo 5. Memória descritiva e justificativa do Programa Base da “ilha no Campo Alegre” elaborado no workshop, pág.5/11 (fonte: Arquitetos de Família, 2020).

3. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O presente processo tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade do edificado e disponibilizar arrendamento a preços acessíveis. Os recursos financeiros da proprietária para realizar as obras são bastante escassos, pelo que é necessário o recurso a financiamento estatal (neste caso, o programa Primeiro Direito) que, por sua vez, impõe uma lógica de custos controlados. Por uma questão de simplicidade de leitura, dividimos esta parte em duas secções: Projeto e Construção.

3.1. PROJECTO

A intervenção promove a redução da área de implantação, através da demolição da "casa-ponte" e a casa transversal a esta que limita o acesso a rua secundária, dos anexos e das instalações sanitárias exteriores. O aumento da área permeável no interior do logradouro, a redução do número de fogos (de treze para oito), o aumento das áreas das casas resultantes e melhorias nas condições de salubridade e de acessibilidade das habitações. Com base nestes parâmetros, a operação pretende construir uma solução condigna sem originar novas desconformidades com as normas em vigor, nem agravar as existentes – antes pelo contrário, estas desconformidades serão, regra geral, mitigadas ou mesmo resolvidas, contribuindo para uma substancial melhoria das condições de habitabilidade do conjunto.

A viabilidade urbanística da operação descrita, que assenta no quadro regulamentar anteriormente exposto, é balizada por uma aplicação das normas técnicas e regulamentares em vigor, que se constrói e justifica sobre os seguintes princípios:

- Justificação de ocupação do logradouro superior à prevista pelo PDM

A par do direito ao existente, a intervenção procura desagrar a impermeabilização do solo. Para além da demolição das casas, que afetam as condições de segurança e de salubridade do conjunto e de todos os anexos existentes, cuja área se transforma em pátio comum, o material proposto para revestir os pavimentos exteriores é o micro cubo de granito, que garante a drenagem quase total do pavimento exterior, melhorando consideravelmente a capacidade drenante do logradouro, com a aplicação pontual de betão queimado junto a entrada da rua do Campo Alegre. Com base no índice de impermeabilização deste tipo de pavimento, a área permeável do terreno passa de 18.5 m² para 359m², ficando como área

4

impermeável apenas a correspondente às casas e seus acessos e os 6.5m² junto a entrada da Rua do Campo Alegre.

- Justificação da operação de ampliação

Consiste na elevação de todos os telhados, respeitando os limites com a meação poente. Uma vez que parece possível aplicar o artigo 17º do PDM, que permite a edificação e ampliação da edificação no interior de logradouros e quarteirões admitindo “o encosto aos limites laterais quando adossado e com a mesma altura de muros ou empenas existentes em prédios confinantes”. A aplicação deste regulamento é viável devido à existência de uma empena no muro de meação poente, cuja altura não é ultrapassada pela ampliação proposta.

-Justificação das exigências técnicas adotadas

A operação está neste sentido legitimada pelo mesmo diploma, que dispensa o cumprimento de requisitos acústicos (Art. 5º), do regime de acessibilidades (Art. 4º), da instalação de gás (Art. 7º) bem como de eficiência energética e qualidade térmica (Art. 6º), justificável nesta operação a custos controlados. Relativamente à proteção contra incêndios, segundo o DL nº 224/2015, e a Portaria nº 1532/2008, o edifício em causa pertence à primeira categoria de risco, por não ultrapassar os nove metros de altura, e é de utilização Tipo 1 (habitação). Por esse motivo é dispensado o projeto completo de segurança contra incêndio, sendo apenas apresentada a Ficha de Segurança Contra Incêndio.

-Justificação do não cumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas

O artigo 3º do RERU dispensa a aplicação das seguintes normas do RGEU: artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º (sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação), e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º.

A intervenção tende para a melhoria das condições de habitabilidade e acessibilidade, não só porque se introduzem novas funções, (por exemplo, casas de banho, cozinha e lavandarias), mas também porque as áreas correspondem, quando não são superiores, às

previstas pelo RGEU (Tabela Comparação das áreas úteis propostas com os valores de referência do RGEU, por tipologia.). Quanto às acessibilidades, é proposta regularização do pavimento e da largura do pavimento bem como da rampa pela qual se faz o acesso às casas e a substituição das escadas existentes no interior dos fogos, que apresenta degraus desgastados, com patamares e espelhos irregulares, e inadaptados a uma pessoa com dificuldades de locomoção, bem como a criação de fogos térreos. A combinação do comprimento máximo possível com a cota a vencer gera uma rampa com 6% de inclinação que, apesar de não cumprir as regras de acessibilidade em largura (1.2m), facilita a acessibilidade de mobilidade condicionada.

A idade dos moradores deu azo a uma maior preocupação com as acessibilidades, difíceis de resolver em fogos duplex. Surge, então, a opção de criar fogos de um só piso, todos com acesso direto a partir do pátio. Esta opção reduz o número de habitações para oito (quatro de cada tipologia), adaptadas ao uso de cadeiras de rodas, o que incluem ainda um espaço de tratamento de roupa no interior das casas, libertando o espaço exterior dessa função.

A estrutura modular original motivou a modulação na intervenção, repetindo-se o desenho dos compartimentos, escadas e vãos. As áreas totais de cada fogo, a exceção de um fogo, respeitam o mínimo definido pelo RGEU por tipologia e por vezes, ultrapassam-na, o que foi possível devido à contração das circulações.

Desta forma, relativamente à composição das habitações, dos oito fogos resultantes, quatro passam a ser térreos e 4 se organizam no segundo andar, compensando-se assim as reduzidas dimensões de implantação. A elevação da cobertura, sem desrespeitar o limite da meação e a configuração em duas águas, permite a definição de pés direitos mínimos regulamentares em ambos os pisos. Surgem, então, quatro módulos térreos, dois T2 e T1, dois módulos T1 e dois módulos T2 no primeiro piso.

No que diz respeito à iluminação e ventilação, destacam-se dois pontos. Embora em todas as casas se tenha unificado o espaço da sala de estar com o da cozinha (com estas últimas



Alçado proposto - vermelho ; Existente a ser demolido - amarelo ; Existente a ser mantido - preto

6

TIPOLOGIA	COMPARTIMENTO	ÁREA ÚTIL (m ²)*	REFERÊNCIA RGEU (m ²)*	COMPARTIMENTOS ACRESCIDOS
T2 - térreo (Casas 1 e 3)	Sala	13	12	Cozinha, lavanderia e I.S.
	Cozinha**	7.8	6	
	I.S***	6	3.5	
	Quarto 1	12	10.5	
	Quarto 2	9.7	9	
	Distribuição (siplemente área obrigatório)	6.4	6	
T1 - térreo (Casas 5 e 7)	Sala	13.1	10	Cozinha, lavanderia e I.S.
	Cozinha**	7.6	6	
	I.S***	6.5	3.5	
	Quarto	16.1	10.5	
	Distribuição (siplemente área obrigatório)	-	4	
T2 - piso 1 (Casas 2 e 4)	Sala	14.1	12	Cozinha, lavanderia e I.S.
	Cozinha**	8.4	6	
	I.S***	6	3.5	
	Quarto 1	12.1	10.5	
	Quarto 2	10.6	9	
	Distribuição (siplemente área obrigatório)	13.53	6	
T1 - piso 1 (Casas 6 e 8)	Sala	13.7	10	Cozinha, lavanderia e I.S.
	Cozinha**	7.9	6	
	I.S***	6.9	3.5	
	Quarto	14.3	10.5	
	Distribuição (siplemente área obrigatório)	9.25	4	

Fig. 5. Comparação das áreas úteis propostas com os valores de referência do RGEU, por tipologia.

*Valores médios

** Para cálculo das áreas de cozinha estabeleceu-se uma linha virtual a 1,20m do balcão

*** Instalações Sanitárias

Anexo 9. Memória descritiva e justificativa do Programa Base da “ilha no Campo Alegre” elaborado no *workshop*, pág.9/11 (fonte: Arquitetos de Família, 2020).

dispostas na parede do fundo) é possível garantir iluminação e ventilação independente a cada um dos espaços, pois para além da janela de oscilo-batente, a porta de entrada é também envidraçada, com ferragem oscilo-batente, podendo ser usada para ventilação.

Quanto aos segundos pisos, o desfasamento das duas águas dos telhados aumenta simultaneamente o pé direito dos compartimentos e a superfície de fachada, criando um plano vertical apto para a instalação de janelas para iluminação e ventilação dos espaços.

A composição do alçado, em termos de dimensionamento dos vãos procurou garantir as dimensões mínimas de ventilação e iluminação, segundo o Artigo 71.º (Redação do Decreto-Lei nº650/75, de 18 de novembro) do RGEU.

3.2. CONSTRUÇÃO

Todas as opções tomadas neste projeto visam um equilíbrio delicado entre a qualidade e o conforto ambiental e espacial, tendo em conta os baixos recursos financeiros disponíveis. Para isso, recorre-se a soluções standard, mas com qualidade garantida. A solução apresentada procura valorizar as qualidades espaciais intrínsecas desta morfo-tipologia, propondo uma melhoria das suas condições de salubridade e de habitabilidade. Deste modo, é possível preservar uma tipologia habitacional tradicional da cidade do Porto, simultaneamente qualificando o território urbano e o património construído, adaptando-a às exigências de conforto habitacional atuais, com um impacto positivo na promoção da saúde dos moradores, atuais e futuros. Dividiremos as explicações entre o interior das casas, a sua envolvente, e, finalmente, a infraestruturação e os espaços comuns.

Para as estruturas internas propõe-se uma solução de tabiques metálicos com revestimento de gesso cartonado e subcamada de OSB (permitindo uma maior flexibilidade de usos das paredes interiores). A laje de segundo piso desenha-se com vigas de madeira e pranchas de OSB impermeabilizadas que recebem uma laje de betão armado de 7cm de espessura, por se sobreporem habitações. Tanto esta laje como a térrea são revestidas com cimento queimado.

Os muros exteriores contam com uma solução de isolamento térmico tipo ETICS, ao passo que os muros dos extremos e de tardo são isolados pelo interior. A elevação dos muros estruturais é feita com recurso a blocos de betão, sobre os quais assenta a estrutura de madeira autoportante da cobertura, finalizada com telha.

No interior dos fogos, será feita uma nova laje térrea em betão armado, devidamente impermeabilizada e isolada, e com acabamento em cimento queimado. As paredes de granito existentes serão limpas, e as frestas rematadas, sendo posteriormente pintadas.

Relativamente à envolvente, propõe-se a manutenção das paredes de alvenaria de granito. As fachadas das casas serão isoladas pelo exterior, recorrendo a um sistema tipo ETICS, com poliestireno extrudido e reboco armado e lambrim de cimento queimado, visando a proteção física e de processos de capilaridade. As portas envidraçadas e as janelas serão de vidro duplo, com caixilharia de alumínio à cor natural e corte térmico. Todas janelas serão oscilo-batentes, com projeção para o interior. Os telhados reconstruir-se-ão com estrutura nova em madeira de pinho tratado, OSB, isolamento em poliestireno extrudido, ripado, contra ripado e telha lusa.

As águas pluviais serão recolhidas numa caleira suspensa no beiral e reconduzida para tubos de queda na fachada, marcando a separação dos módulos definidos pela pendente do terreno. No caso dos telhados de duas águas, colocar-se-á uma caleira sobre o muro de meação e tubos de queda interiores. As águas pluviais serão reaproveitadas para uso comum não potável e as de saneamento correrão subterraneamente, sob a rua interior, até ligarem ao ramal público na Rua do Campo Alegre.

O desenho dos espaços exteriores e de acesso às habitações apoia-se na configuração existente e resultante das demolições descritas acima. Corrigem-se as pendentes da rua interior e criam-se plataformas exteriores niveladas em frente às duas primeiras casas, que poderão ser apropriadas como extensões do espaço interior. O desenho do espaço livre se coloca, aliás, como uma questão premente, uma vez que, dada a sua dimensão, tem a capacidade albergar diferentes usos (convívio, jardinagem e horticultura, secagem de roupa, arrumos, etc.). Tentou-se garantir uma gradação espacial desde o coletivo ao privado, que desse resposta às necessidades dos moradores mas evitasse futuras ocupações indevidas.

II. PROJETO “COM AS PESSOAS”

Apresentamos a seguir as ações realizadas no projeto “*com as pessoas*” e seus respectivos objetivos, e informações complementares às ações abordadas no corpo de texto. Estas foram definidas e realizadas pela autora da dissertação em conjunto com a equipa social, formada pelas mestrandas Duda Montrond e Angélica Lemos da ESE-IPP

Ação - Informativos

Objetivos

- incorporar e integrar os moradores ao processo de reabilitação;
- transmitir a informação de forma compreensível. facilitar a compreensão e conhecimento do projeto pelos moradores e proprietária;
- facilitar o entendimento sobre o processo de reabilitação;
- responder as perguntas colocadas pelos moradores;
- responder a vontade dos moradores de terem acesso a informações registadas e oficiais;
- empoderar os moradores;
- facilitar o acesso as informações sobre garantias, direitos e condições do programa 1.º Direito;
- fornecer algum material informativo, até esclarecimento por parte das entidades;

- reconhecer os inquilinos como parte integrante do processo de reabilitação.

Materiais

- artigo do jornal Público “*Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez*” da Série do protesto à proposta (IV), publicado a 28 de março de 2021;
- Decreto-Lei n.º 37/2018 (1.º Direito).

Ação - Comunicação do Projeto

Objetivos

- incorporar e integrar os moradores ao processo de reabilitação;
- transmitir a informação de forma compreensível. facilitar a compreensão e conhecimento do projeto pelos moradores e proprietária;
- facilitar o processo de comunicação do projeto;
- melhorar a visualização da proposta em termos espacial e material;
- perceber as impressões e sugestões dos moradores;
- estimular a participação no processo de projeto e da reabilitação como um todo;
- dar resposta aos pedidos dos moradores de saberem sobre o projeto;
- facilitar o acesso ao projeto de reabilitação;

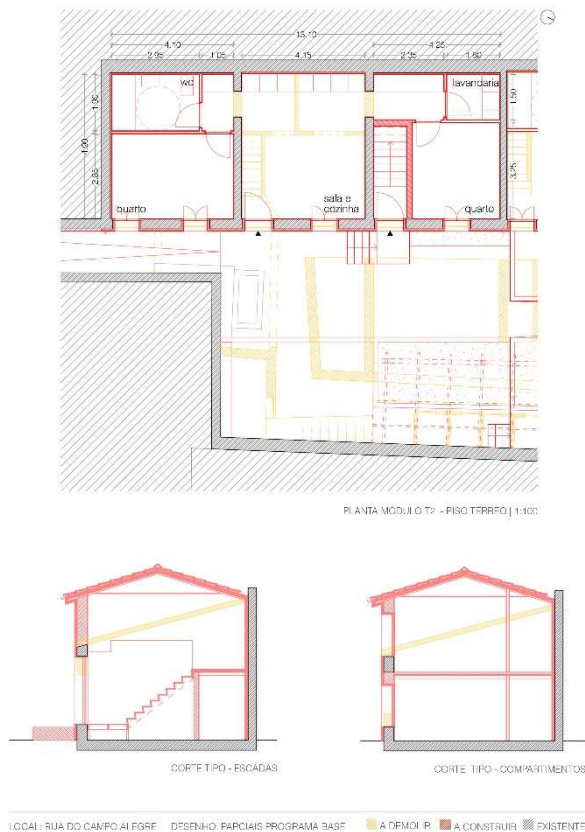


Fig.26. “Ação - Comunicação do projeto”. Modelo dos “parciais do Programa Base” entregues aos respetivos moradores, de acordo com a distribuição tipológica por agregado.

- tirar partido da participação dos moradores na revisão e aprofundamento do projeto de reabilitação;
- esclarecer sobre o enquadramento do projeto dentro do programa 1.º Direito e das condicionantes regulamentares em questão.

Materials

- desenhos; referências de projeto e materialidade; maquete; Programa Base; parciais Programa Base; projetos de faseamento - moradores e de estaleiro.

Ação - Entrevista aos inquilinos

Objetivos

- recolher dados sociodemográficos;
- perceber o tempo de permanência e como vieram morar na ilha;
- conhecer e estabelecer um maior contacto, reconhecendo-os como parte integrante e importante nesta investigação;
- compreender como é viver na ilha e como observam, usam o espaço da ilha/casa. (espaços de encontro);
- compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora);
- perceber se têm retaguarda familiar;
- como se descolam pela cidade;

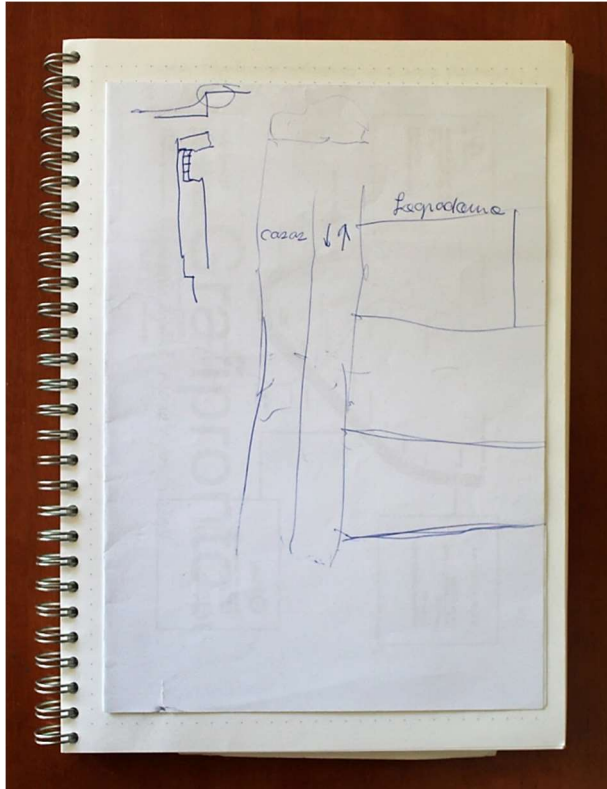


Fig.27. “Ação - Comunicação do projeto”. Processo de diálogo e comunicação do projeto de reabilitação. Esqueto de um morador para revisão do projeto.

- entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensa e deseja para si, para a ilha;
- perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se pode encontrar na ilha das pessoas no seu quotidiano;
- perceber qual e como é a sua relação com os outros moradores/dinâmica relacional;
- perceber sua rotina;
- compreender como se sente relativamente às dificuldades (financeiras como habitacionais);
- como, usam, a quais serviços e espaços da cidade recorrem e usam;
- como se faz a manutenção das casas.

Guião

-Ficha biográfica do habitante: N.º da habitação / sexo / idade / estado civil / agregado familiar; filhos (sim/não) / n.º. de filho(s) / idade(s) / profissão / renda.

Perguntas

1. Como se chama? Qual a sua naturalidade?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual o seu estado civil?
4. Tem alguma formação académica? Se sim, Qual?
5. De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?

6. Há quanto tempo habita nas ilhas? De que forma chegou até às ilhas?
 7. Como é habitar nesta casa? O que sentiu quando viu a casa que habita a primeira vez? Como tem sido viver nesta casa/neste lugar?
 8. Com quem habita nesta casa?
 9. Gosta de habitar na ilha/neste lugar? Pode falar um pouco sobre o que mudaria, o que faz mais falta, o que atrapalha?
 10. Como é viver nesta rua? Quais vêm sendo as maiores facilidades ou dificuldades em habitar nesta ilha? Nomeadamente, no que diz respeito à casa, ao lugar.
 11. Como é a sua casa?
 12. Pode falar-nos um pouco da sua rotina?
 13. A sua família viver perto? Quando precisa de algum tipo de apoio, conta com quem? Com amigos? Com família?
 14. Conhece os seus vizinhos? Encontram-se em espaços comuns? Como é a relação entre todos?
 15. Quais são os espaços de encontro na ilha? Celebra-se alguma festividade?
 16. Como são os dias de Inverno aqui? Como são os dias de Verão?
 17. Como é que se desloca da ilha para outras zonas da cidade? Tem transporte próprio? Há acessos facilitados, como por exemplo, rede de transportes, para poder aceder a diversos serviços tais como, escola, trabalho, serviços sociais, serviços de saúde?
 18. Como tem sido a sua saúde? Tem alguma doença específica ou apresenta dificuldades de mobilidade?
 19. Quando precisam de resolver alguma questão relacionada com a casa a quem recorrem? Podem mudar alguma coisa por vossa iniciativa? O que mudariam?
- Perguntas extras*
20. A quanto tempo já não vive na ilha? Por que saiu da ilha?
 21. Se tem interesse em continuar na ilha, após a reabilitação
 22. Como faz a manutenção da casa? Tem algum contacto na ilha ou responsável pela casa quando está no estrangeiro?
 23. Que informações gostaria de saber sobre o processo? O que é mais crítico para si no processo? Tem alguma questão a colocar?
- Ação - Entrevista a senhoria**
- Data: 27/04/2021
- Objetivos*
- Dar a conhecer o nosso papel enquanto investigadoras;
 - conhecer e estabelecer um maior contacto, reconhecendo-a como parte integrante e importante nesta investigação;

- perceber o interesse dela perante o trabalho que estamos a desenvolver;
- entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensa e deseja para si (enquanto proprietária), para a ilha e para os moradores;
- perceber qual e como é a sua relação com os moradores;
- compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora).
- perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se pode encontrar na ilha;
- compreender como se sente relativamente às dificuldades (financeiras como habitacionais);
- compreender os acontecimentos mais importantes ao longo destes anos em que se tornou senhoria (sobretudo acerca da história da ilha);
- perceber como a questão das obras e a negociação com os moradores;
- qual o seu interesse nesta reabilitação;
- compreender qual acha que deve ser o seu papel ao longo deste processo;
- perceber que entaves e que vantagens vê relativamente à reabilitação, aos programas.

Guião

1. Como se chama? Qual é a sua naturalidade?

2. Qual é a sua idade?
3. Onde mora?
4. Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?
5. De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?
6. Há quanto tempo a ilha está com a sua família? E em sua posse?
7. Como se sente em relação à ilha? O que sentiu quando viu a ilha pela primeira vez?
8. Quais são os aspetos positivos desta ilha? Que problemas vê ou sabe que existem?
9. Como é a sua relação com os moradores?
10. Gostaria de ter outra relação com os moradores?
11. Tem alguma lembrança histórica da ilha? Pode falar um pouco sobre está ilha?
12. Quais considera que foram as principais mudanças e dinâmicas dos/com os moradores?
13. Como funciona atualmente a gestão e a manutenção da ilha?
14. Já teve algum problema com a ilha?
15. Já teve alguma proposta de compra?
16. O que a motivou a querer fazer a reabilitação a ilha?
17. Já quis reabilitá-la em outro momento? Com que fins? Por que não prosseguiu com o processo?
18. Já teve alguma proposta de compra?
19. O que é importante para si, quais os aspetos mais importantes no processo de reabilitação?
20. Que entaves vê? E que oportunidades?

21. Qual acha que é o seu papel neste processo todo?
22. Como veio a saber sobre o Programa 1.º Direito?
23. Qual é a sua opinião sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Habitar Porto? Quais são os contributos? E os constrangimentos?
24. Como soube do programa?
25. Qual é a sua opinião sobre as políticas de habitação?
26. Que problemas encontra? Que benefícios vê? Sente necessidade de algum outro tipo de apoio? Sente necessidade de algum tipo de reforma no sistema?
27. Qual a sua opinião sobre as transformações que se tem visto na cidade nos últimos anos?
28. Como vê as ilhas do Porto? Já ouvir falar de algo?
29. Soube de outras ilhas reabilitadas? Se sim, sabe com que fins? Se contaram com apoio do Estado?
30. Qual é para si a importância do nosso trabalho com os moradores?
31. O que pensa para o futuro desta ilha?
32. Pretende fazer novos contratos de arrendamento? Como é que ficam os contratos que estão prestes a acabar?
33. Existe alguma situação em que uma casa alugada pelos pais tenha sido alugada pelos filhos, isto é, o arrendamento passou de pais para filho/os?

34. Qual é para si a importância do nosso trabalho com os moradores?

Guião de perguntas do trabalho de campo

Em alinhamento com os objetivos gerais da investigação, de conhecimento da realidade física e social da ilha, foram elaboradas como temas e perguntas a serem desenvolvidas ao do *workshop* Arquitectos de Família e posteriormente no projeto de extensão universitária, ao longo das vistas de campo. As perguntas foram feitas de forma mais livre do que em relação às entrevistas semiestruturadas. Adequava a situação, a disponibilidade e desenvolvimento das mesmas pelos participantes.

A ilha, a habitação e o quotidiano

Gostas de viver cá? O que mais gosta? / o que menos gosta? / o que faz falta? / Já habitou em outros sítios antes? Quais? / Como veio morar na ilha? / Por que veio morar na ilha? / Partilha espaços (lavandaria, cozinha, espaço exterior, casa de banho, arrecadação) e/ou infraestruturas com os vizinhos? / Vê vantagens e/ou desvantagens na partilha? / Algum espaço que considera importante ter (espaço de cultivo/ jardim/ espaço exterior (coberto) / cozinha interior / casa de banho interior / arrumos (exterior/interior) / lavandaria (partilhada/ exterior)? / Que usos têm em casa? / Quais outros espaços utilizam? / Qual o seu espaço favorito na casa? / Já teve algum acidente na casa? / Quais são suas perspectivas em relação à habitação? / Como espera

melhorar as suas condições de vida? / Acredita que a arquitetura da casa dificulta a normal manutenção/quotidiano? / Onde realiza as seguintes atividades? Higiene pessoal / refeições / lavagem e secagem de roupa / lazer / cozinhar / descaso / trabalho / brincar / Como são os dias de verão? / Como são os dias de inverno? / Em que espaços passa mais tempo? / Pensa que existe solidariedade entre os vizinhos? Porquê? / O que acha da dinâmica entre os vizinhos? / Considera que os vizinhos respeitam o espaço comum? / Sente falta de um espaço de encontro? / Sente dificuldade de acesso/acessibilidade? / Se sente seguro?

Ilha e habitação – gestão, obras e manutenção

Já realizou obras? / Há quanto tempo foi? / Quanto tempo demorou? / Teve apoio nas decisões? / Teve apoio nos custos? / Teve apoio no processo? / Qual a razão da escolha/ como e por que decidiu sobre: organização espacial/dos usos/materiais? / Sofreu alterações? Quais e porquê? / Acredita que o senhorio deveria quais responsabilidades?

Programas e políticas de habitação

Já ouviu falar de algum programa público de auxílio ao acesso à habitação? / Acredita na importância do papel do Estado na promoção do direito à habitação? / Como julga que poderia ser desempenhado? Diretamente/Apoio técnico / Parcialmente/ Por uma habitação pré-definida (bairros, etc.) / Auxílio rendas/ Execução das obras / Empréstimo

para execução de obras /Empréstimo, aquisição? / Se fosse ter uma intervenção sobre a ilha, gostaria que tivesse o acompanhamento técnico? / Se fosse ter uma intervenção sobre a ilha, gostaria que tivesse o acompanhamento ou uma componente social? / Em relação à organização dos usos, o que consideras prioritário?

Crítérios

Gostaria de participar no processo? / Gostaria de apoio técnico? / Gostaria de ser consultado/ter opinião nas decisões? / Gostaria de se responsabilizar pelo processo? / Gostaria de apoio financeiro? / Gostaria de apoio de mão de obra especializada? / Pensa que o senhorio deveria ter alguma responsabilidade? Quais? / Se sente protegido em relação à garantia da habitação? / O que seria prioritário no processo das obras (Renda. Quanto estaria disposto a pagar de renda? / permanência na ilha)? / Realojamento preferencial: na ilha / sem mudança de custos / sem aumento da renda / com familiares? / O que mais lhe preocupa no processo (morosidade / faseamento / custos fixos / tempo despendido)? / O que é para si prioritário na habitação (localização / custos fixos / renda/ segurança)?

Acesso e vivência da cidade

Participa de alguma associação? / Como se desloca da ilha para outras zonas da cidade? / Tem transporte próprio? / Há acessos facilitados, como por exemplo rede de transportes? / Onde costuma ir? /

Onde vai às compras? / Onde vai quando tem problemas de saúde? / Onde encontra com amigos/familiares? / Gosta de viver nesta região da cidade? / Em que outro sítio gostaria de morar? / Como vai para o trabalho? / Que serviços utiliza? Onde estão? De quais sente falta? / Com que frequência usa os diferentes transportes? / Sente dificuldade ou costuma ir a algum lugar da cidade?

Ação - Limpeza do anexo da casa N.º 10

Data: 14/05/2021

Objetivos

- demonstrar nossa preocupação com a ilha e com o projeto a desenvolver;
- organizar o espaço de encontro para as reuniões comunitárias e das estudantes;
- estabelecer um lugar fixo para as conversas e reuniões, a fim de reforçar a proximidade;
- contribuir para a manutenção dos espaços da ilha.

Ação – Reunião Comunitária I

Data: 22 /05/2021

Objetivos

- apresentar o projeto de requalificação da ilha aos moradores;
- analisarmos, em conjunto, o projeto de requalificação da ilha;

- perceber as consequências e as implicações durante e depois da requalificação das casas para os moradores e para a senhoria;

- criar um espaço para senhoria, inquilinos e técnicos falarem sobre as questões ligadas a reabilitação, em partilha com os demais;

- perceber qual a visão dos moradores, senhoria e técnicos sobre os problemas e potencialidades da reabilitação;

- desenvolver uma comunicação entre todos baseada no consenso e na partilha dos seus interesses;

- Apresentar parte da equipa técnica responsável pela candidatura (Arquiteto Aitor Varea Oro).

Tópicos da reunião

- apresentações;

- introdução – o que se pretende e do que será abordado na reunião; - Senhoria esclarecer: objetivo da senhoria com as obras;

-esclarecimentos acerca do funcionamento geral e das etapas da candidatura, do financiamento e dos prazos;

-apresentação do Programa Basa: projeto proposto, aspetos técnicos e legais;

- as obras e a possibilidade de serem realizadas de forma faseada;

- abrir espaço para debates, sugestões e dúvidas;

- avaliação pelos moradores: O que acharam acerca do que acharam do papel das estudantes durante este período? O que acham que pode ser ou é mais interessante trabalhar convosco?

Perguntas colocadas pelos moradores

- As rendas são atualizadas? Em que prazo elas vão ser atualizadas?;
- quais as rendas a praticar, apos a reabilitação?;
- qual a duração dos contratos?;
- qual a possibilidade de realojamentos na proximidade da ilha;
- garantir que a proprietária continua a ser a senhoria;
- há possibilidade de indemnização?

Alterações ao projeto decididas na reunião

- pátios individuais designados;
- alargar as passagens, de modo a garantir a acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida.

Citações

“é preciso tudo escrito, que não seja falado...tudo que se fale, tudo por escrito” (inquilino);

“pronto, mas em relação ao realojamento, é na zona? Perto? Porque, durante esse determinado

tempo uma pessoa vai ter de mudar o projeto de vida também, não é?” (inquilino);

“é conversando que a gente se entende” (inquilino);

“na questão da obra, é obrigatório realojar?” (inquilino);

“porque do primeiro andar? Não há espaço?” (inquilino)

“Nos aqui não estamos de acordo com quintais coletivos” (inquilino);

“e quando esses problemas começaram a surgir (degradação avançada das casas) é que vai ser a verdadeira dor de cabeça” (proprietário);

“você fez uma pergunta que eu nunca pensei” (proprietária);

“eu penso que será bonito pra vista, pelo prazer de ver isto bem e acho que quem pra cá vive, que se eu vivesse aqui acho que era isso que gostava de ter, de ter conforto que toda gente merece” (proprietária).

Ação - Conversa com a Profa. Isabel Vieira e apresentação a PV-SRU

Data: 02/06/2021 e 10/06/2021

Objetivos

- dar a conhecer a realidade da ilha no Campo Alegre, sua realidade física e social;

- dar a conhecer e enquadrar os projetos e ações que as estudantes tem desenvolvido na ilha;
- apresentar o projeto de reabilitação e o enquadramento no Primeiro Direito;
- chamar atenção às entidades ao interesse de estratégias de intervenção baseadas na proximidade e multidisciplinariedade;
- conhecer e partilhar impressões sobre a realidade das ilhas;
- partilhar experiências de intervenção e os processos que foram realizados em outras ilhas;
- integrar as entidades e seus técnicos de forma mais aproximada sobre a realidade da ilha;
- ter a opinião, a visão da entidade sobre o trabalho desenvolvido;
- articular atores;
- perceber as impressões da entidade sobre a reabilitação das ilhas, pelo Primeiro Direito.

Ação – Reunião Comunitária II

Data: 10 /07/2021

Objetivos

- apresentar e analisar em conjunto com os moradores as opções de faseamento das obras;
- perceber as consequências e implicações das opções de faseamento;

- avançar a partir de um consenso, baseado na informação e na construção de possibilidades conversadas em conjunto;
- analisar com os moradores as condições e perguntas que têm sobre a questão;
- apresentar a revisão ao Programa Base, trazer referencias espaciais e materiais para apreciação pelos moradores;
- espaço para sugestões, dúvidas e perguntas que os moradores queiram colocar;
- informar os moradores sobre o fim do trabalho realizado em grupo, e do acompanhamento periódico.

Tópicos da reunião

- cumprimentos e introdução. Sumarização do que se pretende e do que será abordado na reunião;
- apresentação do Programa Base revisto e aprofundado: alterações, áreas comuns exteriores e materialidade;
- espaço para sugestões, dúvidas, perguntas;
- as obras e as possibilidades de faseamento. Aspectos considerados, constrangimentos, condições de realojamento;
- opções de faseamento I e II;
- apresentação do projeto de estaleiro;
- espaço para sugestões, dúvidas, perguntas;

- desenvolvimento do trabalho: sentido e interesse da nossa intervenção e conclusão do acompanhamento.

Alterações ao projeto decididas na reunião

- área dos pátios mantém-se igual para todos (havia a possibilidade de adequar as áreas as tipologias dos fogos);

- retirar luzes do espaço comum;

- colocar torneiras nos respetivos pátios.

Perguntas colocadas pelos moradores

- as obras ocorrendo em fases, é possível que o apoio a renda seja pelo período da mesma e não apenas de 18 meses?

- quais são as opções de realojamento?

- quais são os mecanismos de segurança, de garantia de retorno à habitação, no caso do realojamento?

- o que pode levar ao despejo?

- há a possibilidade de se realojado numa casa camarária? Havendo essa possibilidade, é possível permanecer na habitação?

- no caso de incapacidade, o contrato pode ser feito no nome do responsável ou tem de ser feito em nome daquele em que está atualmente?

- sendo feito no nome de outro membro do agregado familiar, quais são as seguranças, garantias dos demais membros em caso de falecimento do responsável pelo contrato?

- como são controladas as rendas?

- como são definidas as rendas?

- como são definidos os ajustes às rendas na renovação dos contratos?

- existe possibilidade de alteração tipológica, a pedido do agregado? Que critérios são aceites? Quais os requisitos para tal? Quais as implicações?

- como funciona, quais são os valores da compensação financeira no caso de um inquilino não querer ficar?

- as cozinhas e casas de banho vem equipadas? A casa já vem com o cilindro?

- As casas contam com algum mobiliário fixo?

Citações

“vamos ser sinceros, vem beneficiar os inquilinos, mas vai beneficiar mais a senhoria, não me venham... que vocês não têm culpa, o vosso trabalho é ajudar-nos a decidir...”;

“não foi pedido por nós (a reabilitação)”;

“estávamos muito bem no nosso canto, ela quis fazer as obras e agora vem nos dar dor de cabeça a nós, certo?”;

“não posso, nem quero (sobre ser realojado)”;

“eu gosto muito de vocês, mas devia estar aqui um representante principalmente...para nos explicar...”;

“para além de serem alunas, são responsáveis e eu gostei, não vou dizer que não gostei porque gostei. agora assim, acho que isso deveria ser tomado mais a sério pelas pessoas”;

“vocês não me apresentem mais ninguém, que eu não quero conhecer mais ninguém, vocês só”;

“podem ter certeza que se vier mais alguém no vosso lugar eu não abro a porta...não, mas é chato, agora não estou a brincar, não abria”;

“ao início não achei que era verdade, vocês aparecerem aqui do nada, mas depois comecei a ver que realmente tinha sentido”.

Em relação ao objetivo de aprofundamento do projeto de reabilitação são apresentados a seguir os planos de faseamento e de estaleiro para as obras de reabilitação da ilha no Campo Alegre, referidos no corpo de texto.

Plano de faseamento I

concebido pela autora, sem os contributos diretos dos moradores na construção da proposta. Foi desenhada da seguinte forma:

– realizado em 3 fases;

– com o objetivo de facilitar o processo das obras, reduzir mudanças e tempo de realojamento fora da ilha;

– 3 agregados são realojados. Considera o realojamento de um agregado que um possui opção de estadia com familiares fora da ilha e não tem residido na habitação durante a maior parte do tempo;

– os agregados se mudam para o respetivo fogo reabilitado definitivo. Este princípio procura evitar problemas causados por mudanças e uso.

– segurança no processo de demolição e construção. Aspectos práticos, de impossibilidade de demolições de anexos e casa de banho exteriores enquanto os moradores que utilizam estes espaços não tiverem mudado para as habitações reabilitadas. Evitar demolições adjacentes a habitações ocupadas;

– evitar o realojamento dos moradores mais idosos e de maior tempo de permanência da ilha, bem como daquelas com problemas de saúde de maior gravidade, para os quais o processo de realojamento e de adaptação, mesmo que temporário, pode ser bastante impactante;

– facilitar o processo das obras e evitar constrangimentos a passagem de materiais, maquinário e pessoal, em especial a fim de evitar o prolongamento desnecessário, seja das obras quanto do realojamento.

Plano de faseamento II

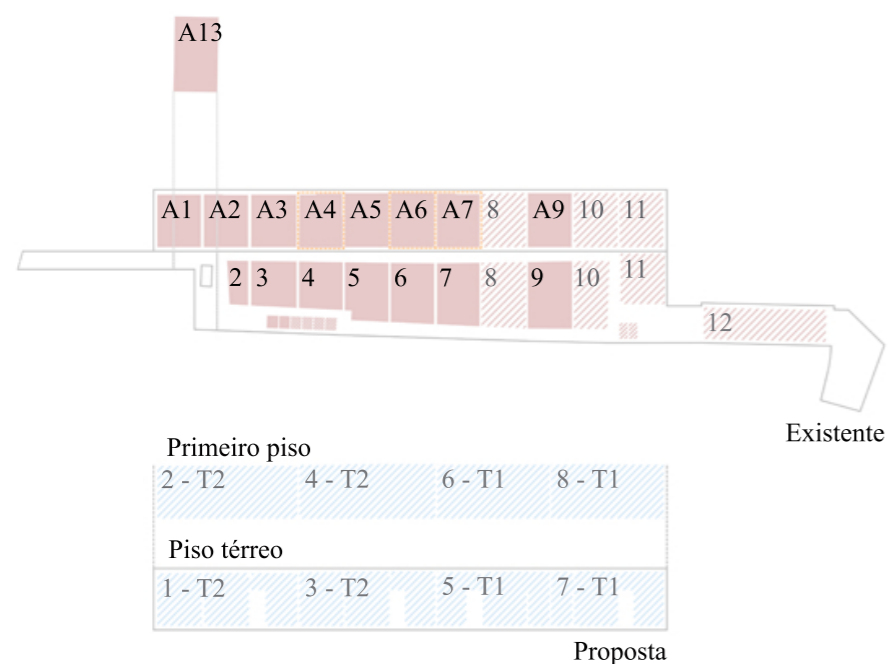
O plano de faseamento II foi elaborado em colaboração com a mestrandia Duda Montrond, como opção, e com o posicionamento que foi possível desenvolver sobre a questão com alguns dos moradores ainda de forma individual e parcial. O plano para cada uma das fases e a distribuição dos inquilinos nas habitações reabilitadas se encontra sob o apêndice IX. Esta estratégia está organizada da seguinte forma:

- realizada em 5 fases;
- 3 agregados são realojados. Um possui opção de estadia com familiares fora da ilha, não estando inclusive na habitação durante a maior parte do tempo. O segundo, apesar de não ter sido consultado diretamente, possui retaguarda familiar, com o qual há a possibilidade de permanecer temporariamente, durante as obras. O terceiro, que se disponibilizou, se realojado em casa camarária e cuja localização seja compatível com a sua rotina e cuidados médicos que necessita. Tendo sido apontado o interesse no realojamento inclusive pelo impacto das obras nos cuidados e na saúde dos membros do agregado;
- a justificativa para os agregados que permanecem nesta proposta, está para além da vontade de permanência, na ausência de retaguarda familiar e por questões de fragilidade social, como é o caso do agregado monoparental.

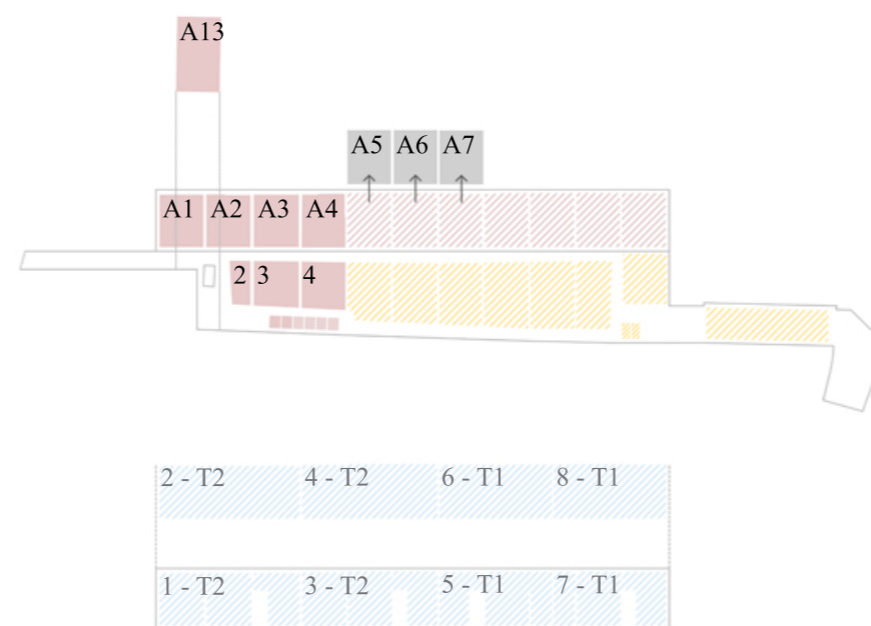
Fig.28. Projeto de reabilitação da “ilha no Campo Alegre”. Estratégia de faseamento I.

Fig.29. Projeto de reabilitação da “ilha no Campo Alegre”. Estratégia de faseamento II.

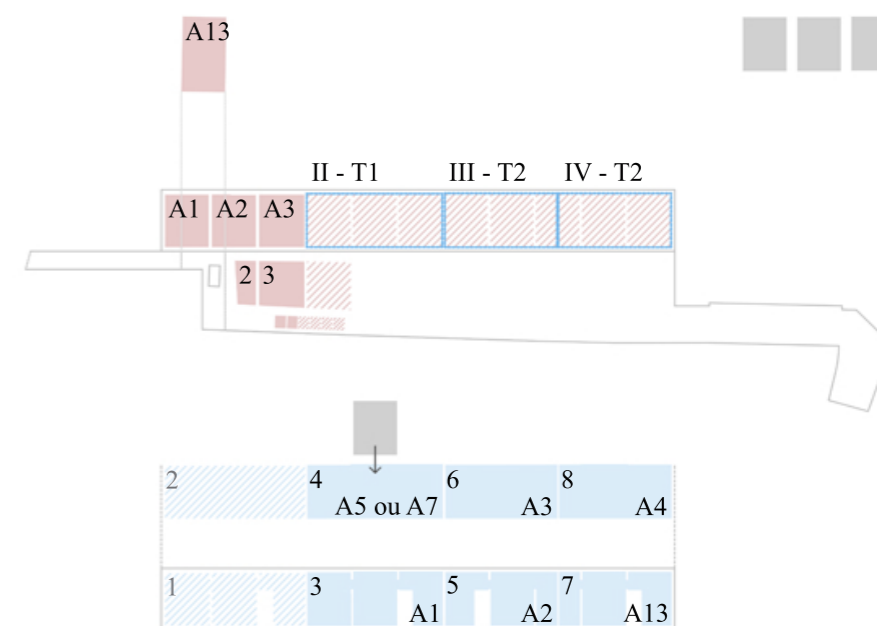
Situação de ocupação existente



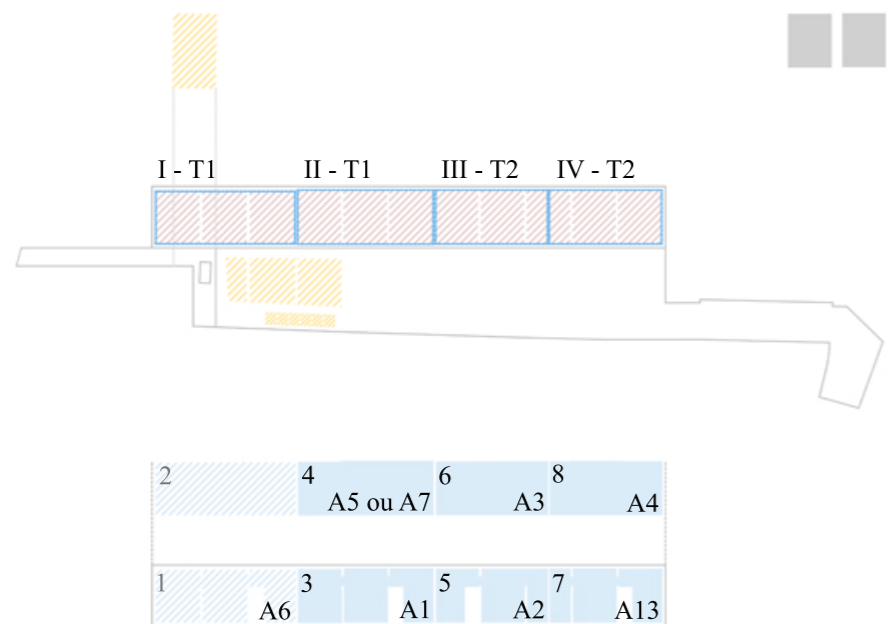
Fase 1



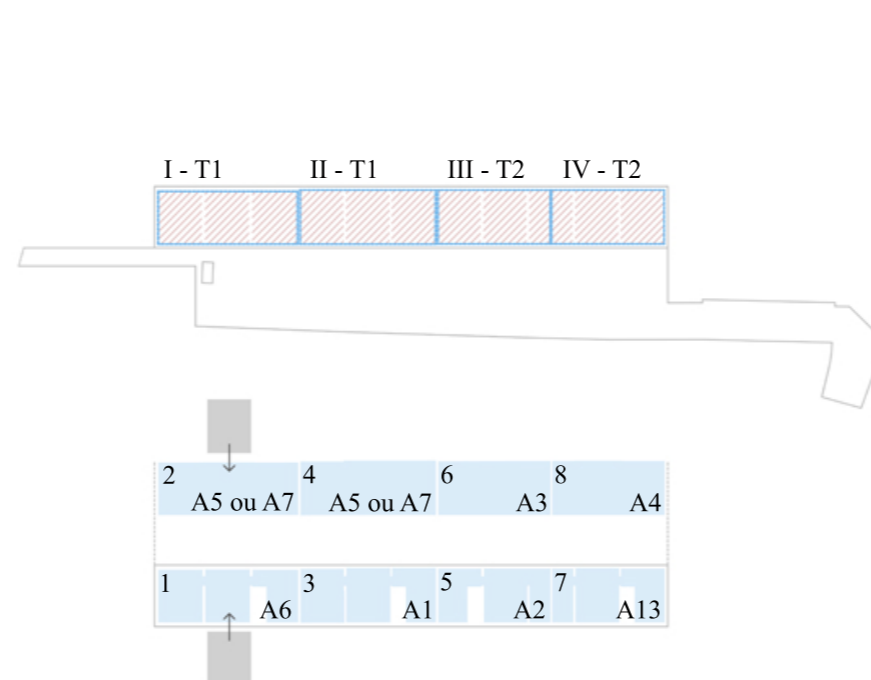
Fase 2



Fase 3



Fase 4



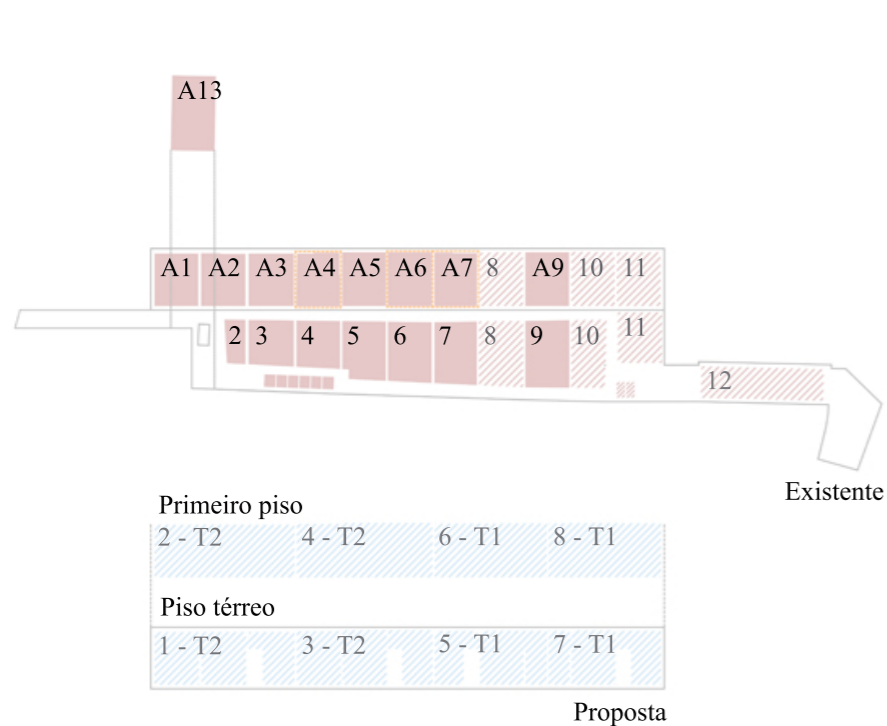
■ Habitada - existente ■ Desabitada - existente □ Perímetro existente ■ Demolição ■ Habitação possível para realojamento na própria ilha ■ Reabilitada - proposta ■ Desabitada - proposta ■ Módulo - proposta ■ Realojamento temporário fora da ilha

PLANO DE FASEAMENTO I - DISTRIBUIÇÃO E FLEXIBILIDADE TIPOLÓGICA

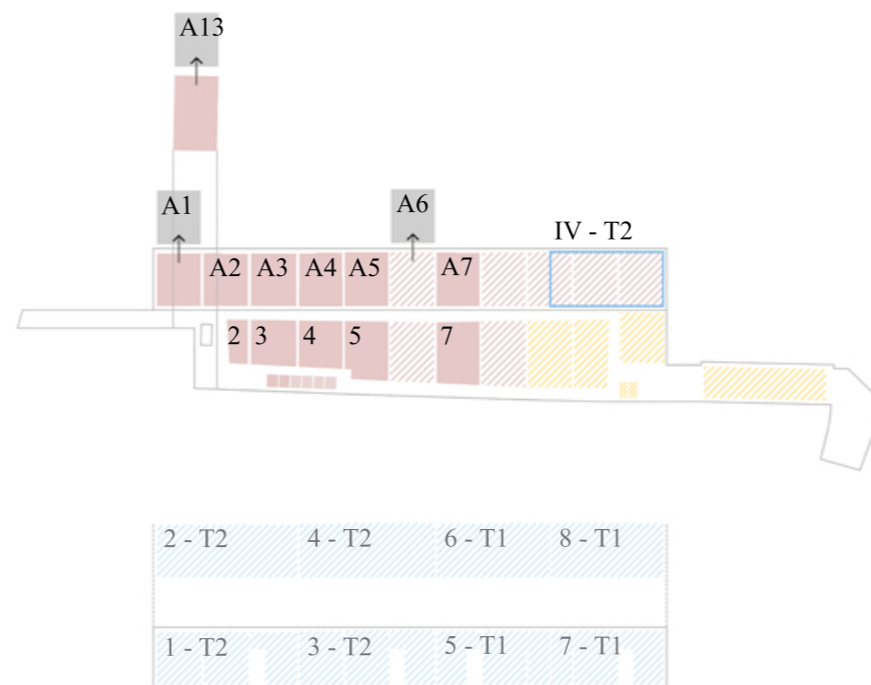
Distribuição e flexibilidade dos agregados nos fogos, para o plano de faseamento I

Casa	N.º de pessoas	Tipologia adequada	Agregado	Casa a atribuir pós reabilitação
1	2	T2 Térreo	Mãe (idosa) e 1 filho (adulto)	Habitação 3 (T2 térreo)
2	1	T1 Térreo	Unipessoal (idoso)	Habitação 5 (T1 térreo)
3	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 6 (T1 térreo)
4	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 8 (T1 piso 1)
5	2	T2 Térreo/piso 1	Mãe e 1 filho (criança)	Habitação 1 (T2 térreo)
6	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 2 (T2 piso 1)
7	3	T2 Térreo/piso 1	Casal e 1 filha (adulto)	Habitação 4 (T2 piso 1)
8	0	n/a	Desabitada	n/a
9	2	n/a	Casal, no estrangeiro	Não designada
10	0	n/a	Desabitada	n/a
11	0	n/a	Desabitada	n/a
12	0	n/a	Desabitada	n/a
13	1	T1 Térreo	Unipessoal (idosa)	Habitação 7 (T1 térreo)

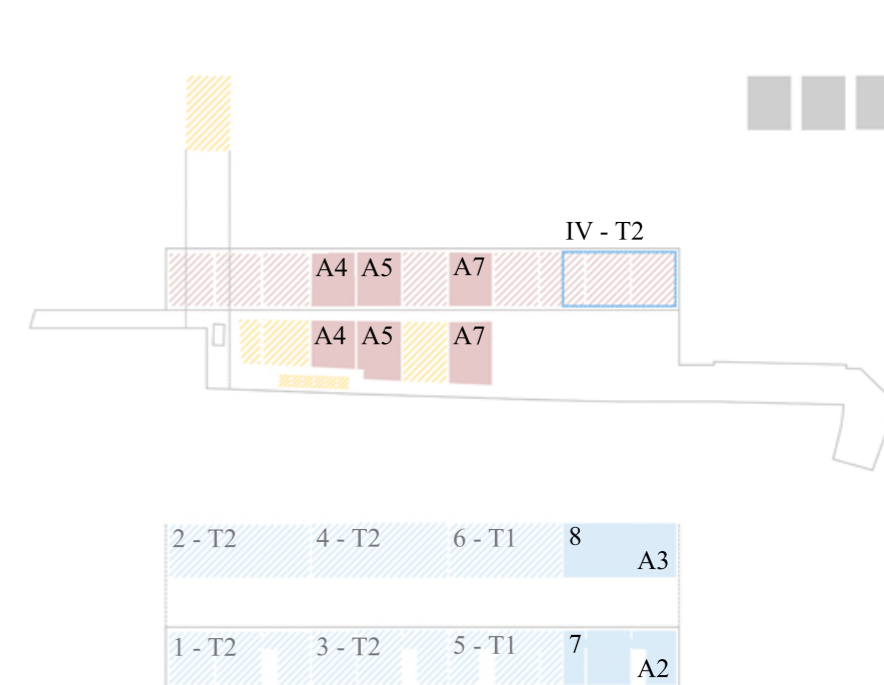
Situação de ocupação existente



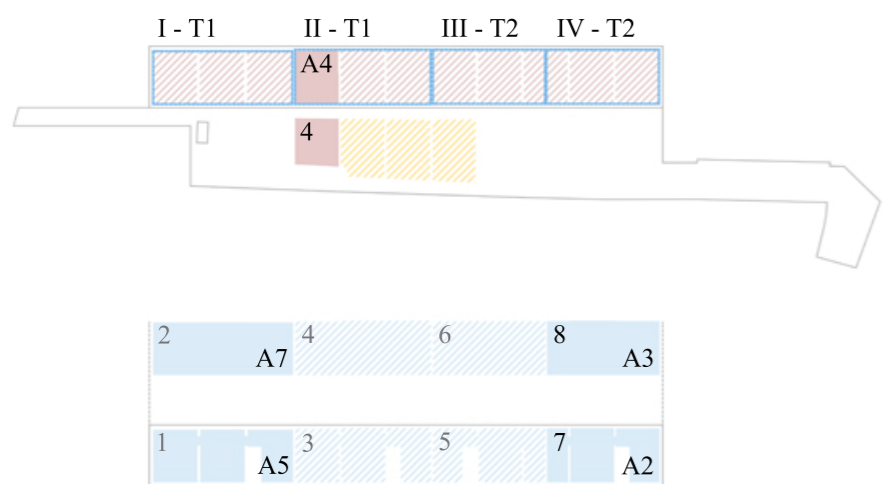
Fase 1



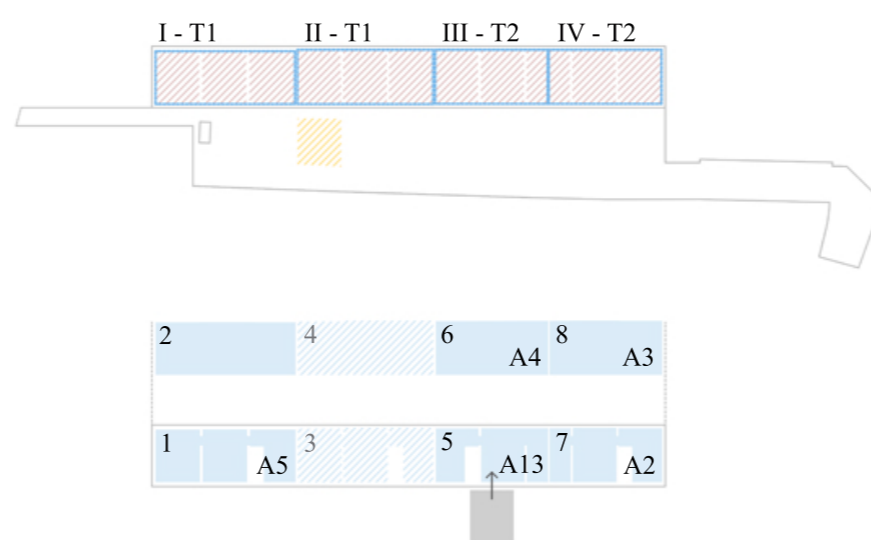
Fase 2



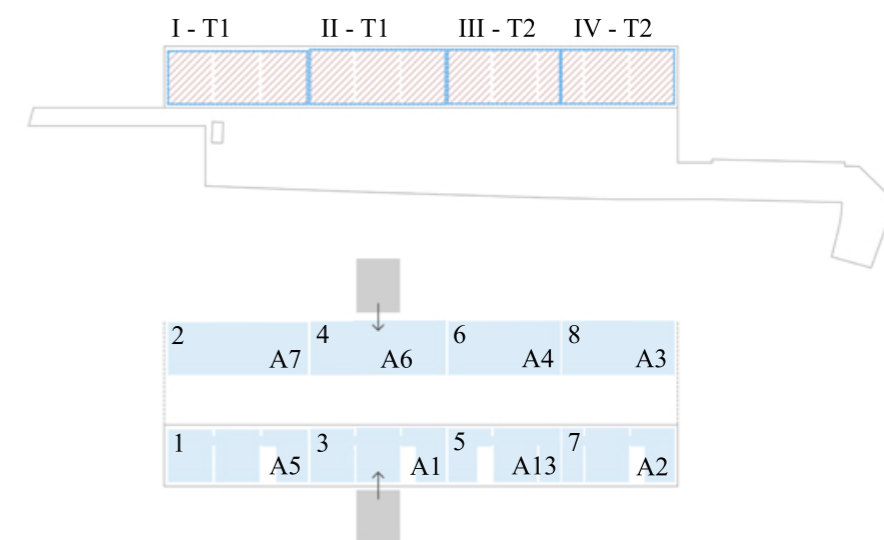
Fase 3



Fase 4



Fase 5



Habitada - existente
 Desabitada - existente
 Perímetro existente
 Demolição
 Habitação possível para realojamento na própria ilha
 Reabilitada - proposta
 Desabitada - proposta
 Módulo - proposta
 Realojamento temporário fora da ilha

PLANO DE FASEAMENTO II - DISTRIBUIÇÃO E FLEXIBILIDADE TIPOLÓGICA

Distribuição e flexibilidade dos agregados nos fogos, para o plano de faseamento II

Casa	N.º de pessoas	Tipologia adequada	Agregado	Casa a atribuir pós reabilitação
1	2	T2 Térreo	Mãe (idosa) e 1 filho (adulto)	Habitação 3 (T2 térreo)
2	1	T1 Térreo	Unipessoal (idoso)	Habitação 7 (T1 térreo)
3	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 8 (T1 térreo)
4	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 6 (T1 piso 1)
5	2	T2 Térreo/piso 1	Mãe e 1 filho (criança)	Habitação 1 (T2 térreo)
6	2	T1 Térreo/piso 1	Casal	Habitação 4 (T2 piso 1)
7	3	T2 Térreo/piso 1	Casal e 1 filha (adulta)	Habitação 2 (T2 piso 1)
8	0	n/a	Desabitada	n/a
9	2	n/a	Casal, no estrangeiro	Não designada
10	0	n/a	Desabitada	n/a
11	0	n/a	Desabitada	n/a
12	0	n/a	Desabitada	n/a
13	1	T1 Térreo	Unipessoal (idosa)	Habitação 5 (T1 térreo)

Plano de estaleiro I

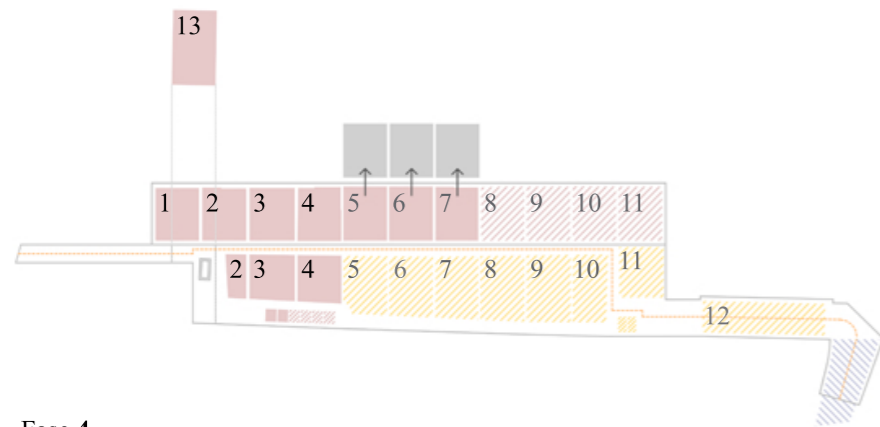
Para o desenho do plano de estaleiro foi considerada: a organização espacial e progressão das zonas, vias de circulação e descrição de certos aspetos e condicionantes a serem assegurados e considerados. Não foram especificados os elementos, mas a organização das 3 zonas distintas, a serem caracterizadas¹²⁶:

- Semipermanente. Zona de armazenamento de materiais, antes do uso, até várias semanas. Longe da área de construção, para que se evite atrapalhar acessos e a circulação. Os quais devem estar identificados e sobre paletes, de forma a facilitar o manuseio e proteção. Se possível, coberta;
- Cargas e descargas. Zona onde são transportados os materiais para a área de trabalho e onde se encontram os materiais não armazenados e descarregados, que deve ser próxima da obra;
- Área de trabalho. Zona de execução dos trabalhos. Deve se evitar armazenagens e procurar proximidade ao local onde serão utilizados. É essencial planear e sequenciar com a progressão dos trabalhos. Sendo que o mesmo diz respeito a gestão dos resíduos e seu descarte. É representada por “zona de estaleiro”.

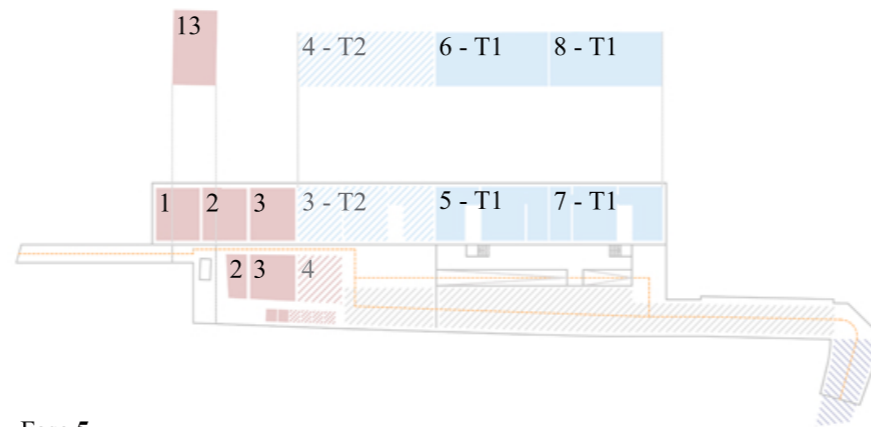
¹²⁶ de Carvalho Azevedo, M. (2011). *Gestão de materiais e equipamentos em obra* [Dissertação - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Porto.

Fig.30. Projeto de reabilitação da “ilha no Campo Alegre”. Estratégia de faseamento I - Plano de estaleiro.

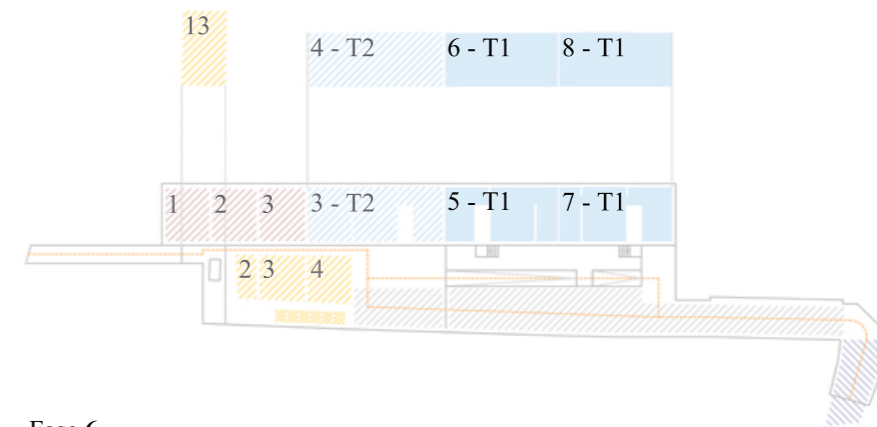
Fase 1



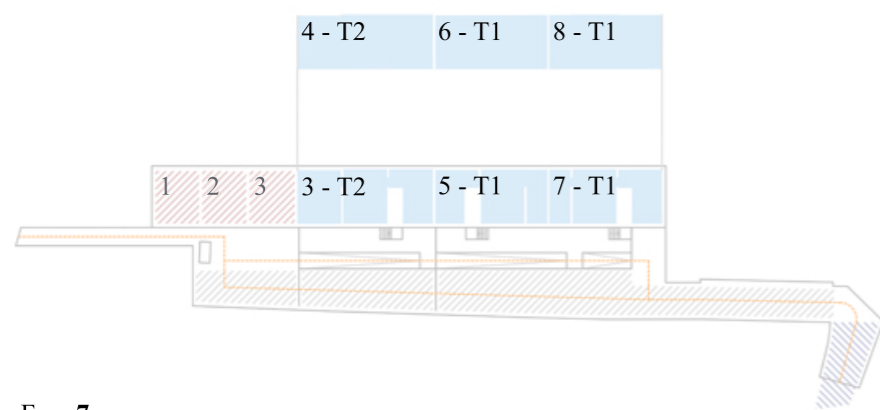
Fase 2



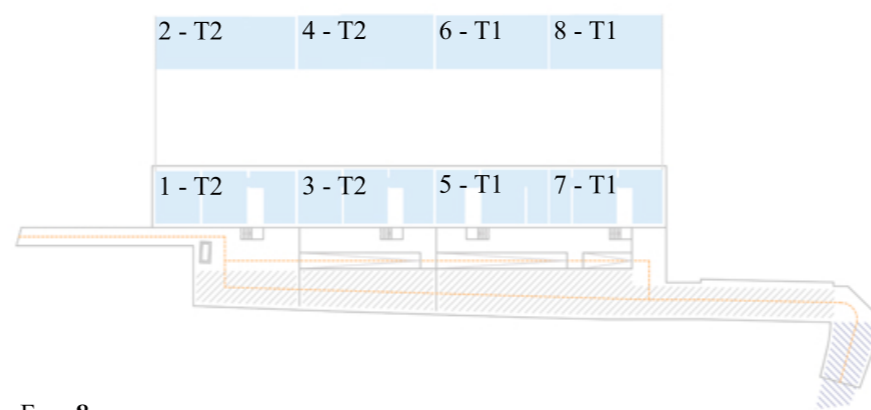
Fase 3



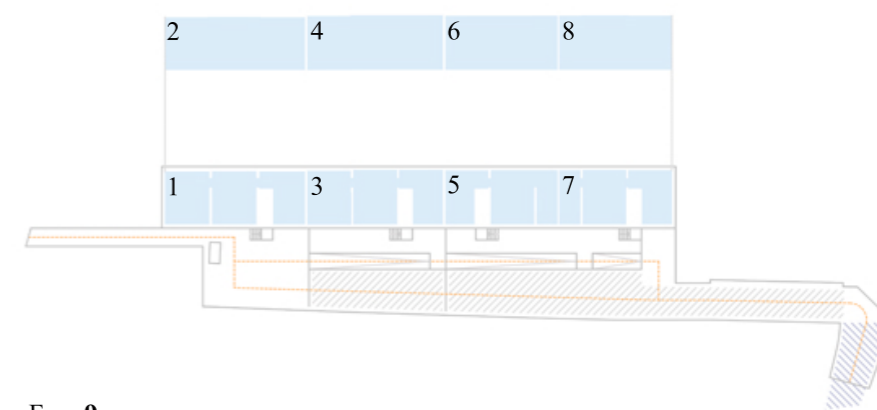
Fase 4



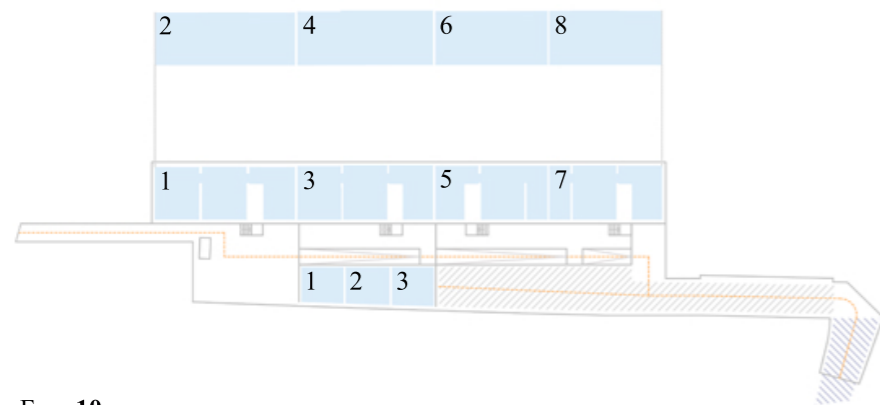
Fase 5



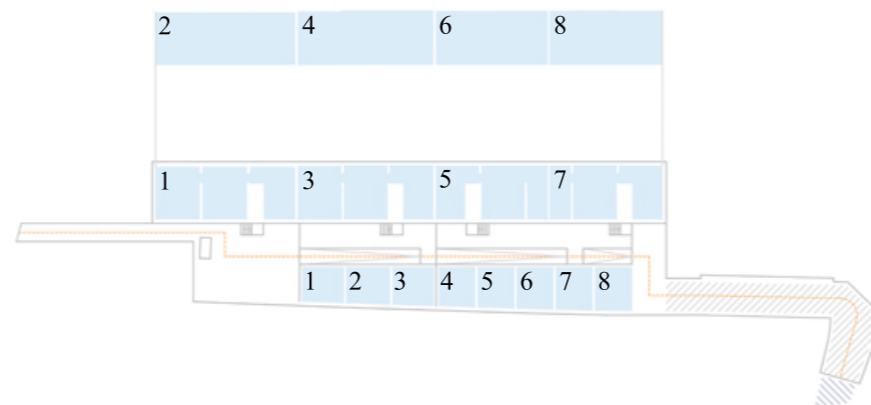
Fase 6



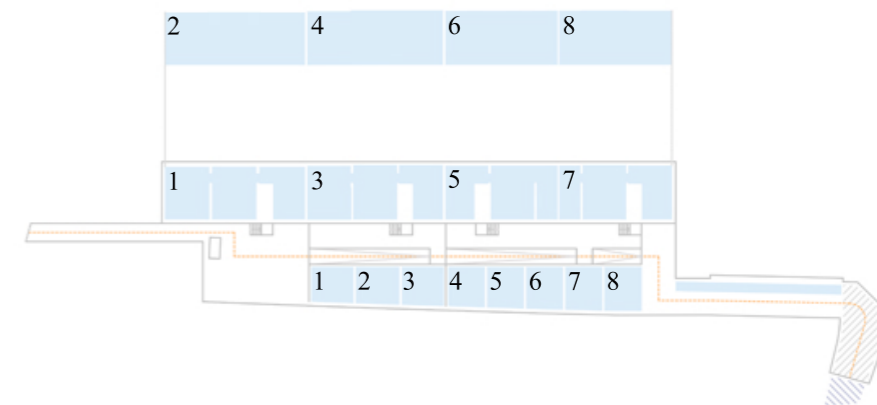
Fase 7



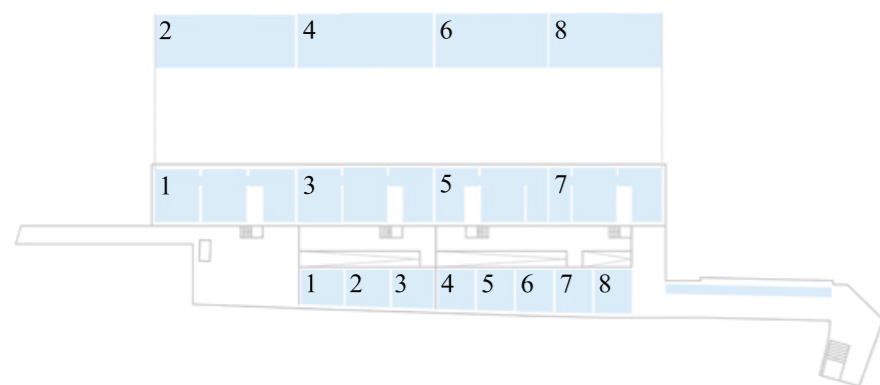
Fase 8



Fase 9



Fase 10



Habitada - existente
 Desabitada - existente
 Demolição
 Reabilitada - proposta
 Desabilitada - proposta
 Módulo - proposta
 Realojamento temporário
 Vias de circulação
 Zona de estaleiro
 Zona de carga e descarga / Depósito temporário

ESTRATÉGIA DE FASEAMENTO I – PLANO DE ESTALEIRO

FASE	PROGRAMAÇÃO
1	Ligações de água e eletricidade; Demolição habitação A12; Portão temporário no acesso pela R. do Campo Alegre; Demolição dos anexos correspondentes A5, A6, A7, A8, A9, A10 e A11.
2	Instalação e montagem do estaleiro; Reabilitação das habitações A8, A9, A10 e A11 - conclusão das habitações propostas 5, 6, 7 e 8 (módulos III e IV).
3	Demolição da habitação A13; Demolição das instalações sanitárias comuns; Demolição dos anexos correspondentes A2, A3, A4.
4	Reabilitação das habitações A5, A6 e A7- conclusão das habitações propostas 3 e 4,8 (módulo II).
5	Reabilitação das habitações A1, A2 e A3 - conclusão das habitações propostas 1 e 2 (módulo I).
6	Reabilitação das habitações A1, A2 e A3 - conclusão das habitações propostas 1 e 2 (módulo I).
7	Obras de conclusão dos pátios 1, 2 e 3.
8	Obras de conclusão dos pátios 4, 5, 6, 7 e 8.
9	Construção dos armários individuais.
10	Obras da entrada e acesso pela R. do Campo Alegre; Trabalhos de acabamento, arranjos exteriores e limpezas.

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, as mestrandas concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

As mestrandas Angélica Lemos e Duda Montrond foram acolhidas na Ilha de Campo Alegre, para o desenvolvimento do projeto. Em parceria com a Cynthia El-Dash, mestranda da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, desenvolvendo um trabalho multidisciplinar, no âmbito deste projeto e da dissertação de mestrado desta aluna em questão. Assim sendo, o envolvimento desta participante é voluntário, sendo salvaguardado o seu anonimato.

As mestrandas irão elaborar um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais desta participante. Este documento, que tem o nome do local onde o projeto irá ser realizado e da participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com as mestrandas. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

(Local, Data)

(Assinatura)



INFORMAÇÃO AOS MORADORES

28 de agosto de 2021

A proprietária da ilha do Campo Alegre nº manifestou interesse em reabilitar as respetivas casas com recurso ao programa 1º Direito (Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. <https://www.portaldahabitacao.pt/1.-direito>).

1

Este processo, que tem envolvido várias pessoas e entidades, tem suscitado o questionamento por parte dos moradores. Reconhecendo a importância de os moradores estarem informados, para que possam ser ouvidos e participar num projeto que se espera poder contribuir para que todos vivam em condições mais condignas, a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana responde abaixo a algumas questões que têm sido frequentemente colocadas, manifestando-se disponível, na pessoa da Dr.ª Fátima Cabral, para atender e esclarecer outras questões que possam surgir (contactos:).

PERGUNTAS FREQUENTES:

1. Em que fase se encontra o processo?

Estamos na fase final de elaboração das candidaturas com vista à sua apresentação na Câmara Municipal do Porto.

2. A candidatura já foi submetida?

Ainda não. Estamos em contacto com a Câmara Municipal do Porto (CMP) para a entrega de todos os elementos com vista à validação da candidatura.

3. A Câmara já aprovou o projeto? Qual a entidade que aprova?

Existe um programa base que define os termos da intervenção (aumento das habitações etc.) que já foi validado pelos técnicos da CMP. Após a aprovação da candidatura será contratada a equipa que irá elaborar os projetos.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214
4050-417 Porto



4. Qual o papel das diferentes entidades intervenientes: HABITAR PORTO, FAUP, CMP, PVSRU, IHRU?

HABITAR PORTO - Projeto dinamizado pela Relatos Quotidianos - Associação (sem fins lucrativos). Organiza anualmente, junto da FAUP, um workshop a partir do qual os estudantes de arquitetura - e, desde 2020, de educação social - desenvolvem propostas de reabilitação de ilhas em benefício dos seus moradores.

FAUP (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto) – Organiza o workshop junto com a HABITAR PORTO e articula com a Direção Municipal de Urbanismo da CMP para garantir que os projetos realizados pelos estudantes reúnem condições para serem aprovados e possam ser, eventualmente, candidatos a financiamento.

CMP (Câmara Municipal do Porto) – Elaborou a Estratégia Local de Habitação que contempla a necessidade de conferir condições de habitabilidade aos habitantes das ilhas, avalia as candidaturas e submete-as ao IHRU. Após a aprovação da candidatura pelo IHRU, a Câmara Municipal do Porto, no exercício das respetivas competências em matéria de gestão urbanística, aprovará os projetos de reabilitação que irão ser submetidos.

PVSRU (Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana) - Elabora as candidaturas em articulação com os proprietários e dará todo o apoio e esclarecimentos que todos os envolvidos (proprietários e arrendatários) necessitem.

IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) – Analisa as candidaturas sob o ponto de vista do financiamento e aprova-as.

5. Quais os prazos e linha temporal da intervenção?

Não é possível estabelecer prazos. Apenas podemos afirmar que as candidaturas serão entregues na Câmara Municipal do Porto no início do mês de setembro e que a obra terá de estar concluída até ao final de 2026.

6. Como será feito o realojamento temporário? Quais são as opções de realojamento?

Os agregados serão alojados em habitação adequada às dimensões do agregado familiar.

DL n.º 157/2006, de 08 de Agosto - art. 9.º B n.º 2 O realojamento temporário previsto no número anterior deve ser feito no mesmo concelho, em fogo em estado de conservação igual ou superior ao do locado primitivo e adequado às necessidades do agregado familiar do arrendatário, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º

N.º 3 No realojamento temporário, mantém-se o valor da renda e encargos do contrato.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214
4050-417 Porto



7. Como será garantido o retorno à casa após a reabilitação?

A garantia do retorno à habitação é assegurada através de documento escrito subscrito pelo senhorio e pelo arrendatário em que estabelecem as respetivas condições. Contudo, tal só poderá ser efetuado após a aprovação do projeto de reabilitação, porque só aí é que se poderá estimar o início das obras.



8. O que pode levar ao despejo?

Não há despejos em consequência das obras. Só poderá haver denúncias ou resolução dos contratos de arrendamento, nos termos gerais (falta de pagamento de rendas, oposição às obras etc.).

9. No caso de incapacidade do atual titular do arrendamento, o contrato pode ser feito no nome de um familiar?

O atual arrendatário pode ser representado por um familiar. A celebração de contrato de arrendamento com este está na disponibilidade do senhorio.

10. Como são definidos os ajustes às rendas na renovação dos contratos?

Não estão previstos ajustes de renda. Esta será atualizada de acordo com os coeficientes anuais.

11. Existe possibilidade de alteração tipológica, a pedido do agregado? Que critérios são aceites?

Não é, ainda, possível estabelecer os termos do realojamento, apenas será possível na fase de aprovação do projeto. Os agregados serão realojados em condições de habitabilidade adequadas às respetivas necessidades.

12. Se o inquilino não quiser permanecer na casa reabilitada, quais são os valores da compensação financeira?

A indemnização tem o valor mínimo correspondente a dois anos de renda, não podendo este ser inferior a duas vezes o montante de 1/15 do valor patrimonial tributário do locado.

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214
4050-417 Porto

ÍNDICE DE IMAGENS

APRESENTAÇÃO

Figuras

Fig.1. Esquema do processo de candidatura da “ilha no Campo Alegre” ao programa 1.º Direito. Fonte: Autora da Dissertação

CAPÍTULO I.

Figuras

Fig.2. Colagem de fotografias. A morfo-tipologia das ilhas do Porto: vista aérea de uma ilha e relação com a casa burguesa. Fonte: Alves Costa, A., Fernandez, S. & Costa, A., 2019; exemplo de uma ilha corredor; e interior de uma casa de ilha. Fotografias tiradas entre 1907 e 1987 (vários autores desconhecidos). Fonte: Arquivo Municipal do Porto (online). Disponível em: <http://gisaweb.cm-Porto.pt/units-of-description/documents/276169/?q=ilhas+do+Porto>; Fig.3. Caracterização tipo das ilhas, acesso e ocupação do interior do quarteirão. Fonte: Teixeira, 1996; Fig.4. Localização das ilhas do Porto, mapa de distribuição e proximidade a centralidades de serviços e mobilidade. Adaptado de: Oro V., A., Monteiro V., P. A., Travasso, N., & Ribeiro de Almeida, M. (2019). Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto. *Revista De Morfologia Urbana*, 7(1); Fig.4. Colagem de fotografias. Operação SAAL-Norte, 1974-1976. Fonte: Alves Costa, A., Fernandez, S. e Costa, A., 2019;

Fig.5. Colagem de fotografias. Marcos históricos das ilhas: abandono, esquecimento e precariedade. Fonte: Privados sem candidaturas para requalificar ilhas do Porto. (2021). *Jornal de Notícias*; Reabilitação para alojamento local com desalojamento dos moradores. Fonte:

<https://www.facebook.com/99ColoredSocks/>; reabilitação municipal da Ilha da Boavista. Fonte: Lima C., J. (2018). A ilha da Bela Vista foi reabilitada, mas há problemas que persistem *Público*. <https://www.publico.pt/2018/07/12/local/noticia/moradores-apontam-problemas-na-ilha-da-bela-vista-1837540>; Fig.6. O que é inclusão? Fonte: autora da dissertação, adaptado de: United Nations Committee on the Rights of Persons with Disabilities General Comment N.º 4.

CAPÍTULO II

Figuras

Fig.7. Distribuição das ilhas no Porto. Em destaque a freguesia de Massarelos, onde se localiza o caso de estudo. Fonte: montagem a partir dos dados de Breda-Vásquez, I., & conceição, P., 2015.; Fig.8. Vista área da inserção urbana do caso de estudo. Fonte: montagem pela autora a partir do Google Earth, 2021; Fig.9. Colagem de fotografias. Plataforma formativa “*Arquitectos de Família*”: processo de trabalho do *workshop*. Fonte: <https://pepol.arq.up.pt/category/arquitectos-defamilia/> e a partir de materiais apresentados na 4ª edição do *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020; reabilitação de casas de ilha realizada através do

trabalho realizado no *workshop*. Fonte: <https://pepol.arq.up.pt/category/arquitetos-defamilia/>; Fig.11. Cartaz da 4ª edição da iniciativa “*Arquitectos de Família*”. Fonte: https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=62202; Fig.12. Diagrama de funcionamento do processo de reabilitação das ilhas através do 1.º Direito: mecanismo de apoio a proprietários e inquilinos. Adaptado de FAUP e CMP em: Pinto, L. (2021). Soluções para a habitação? Chamem os acrobatas e os jogadores de xadrez. *Público*, 28 de março de 2021; Fig.13. Fotografias da “*ilha no Campo Alegre*”. Vista sobre a ilha e instalações sanitárias coletivas. Fonte: autora da dissertação, 2020; Fig.14. Fotografias da “*ilha no Campo Alegre*”. Espaço de encontro e apropriação da ilha pelos inquilinos. Fonte: autora da dissertação, 2021-2022; Fig.15. Planta do existente da “*ilha no Campo Alegre*”. Levantamento realizado no *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020. Fonte: *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020; Fig.16. Fotografias da “*ilha no Campo Alegre*”. A situação de abandono e ausência de manutenção agrava a degradação, tem motivado invasões e o aparecimento de pestes. Fonte: autora da dissertação, 2021-2022; Fig.17. Projeto de reabilitação elaborado no *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020. Fonte: *workshop* *Arquitectos de Família*.

Tabelas

Tabela.1. Relação área / tipologia. Fonte: autora da dissertação a partir dos elementos produzidos no *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020, p.67.; Ta-

bela 2. Balanço do processo do projeto “*para as pessoas*”, p.71; Tabela 3. Escada da participação de Sharry Arnstein (1959), p.73.

CAPÍTULO III.

Figuras

Fig.18. Um ciclo de Ação-Reflexão. Fonte: autora da dissertação, adaptado de McNiff e Whitehead, 2006; Fig.19. Vista sob a casa 10 e anexo. Fonte: autora da dissertação, 2021.; Fig.20. Colagem de fotografias. “*Ação - Comunicação do projeto*”. Comunicação do projeto de reabilitação, através da maquete parcial do projeto, módulos T1 e T2 a escala 1:200. Fonte: autora da dissertação, 2021; Fig.21. Fotografias da “*ilha no Campo Alegre*”. Áreas exteriores das habitações. Fonte: *workshop* *Arquitectos de Família* e autora da dissertação, 2020-2021; Fig.22. Fotografias da “*Ilha no Campo Alegre*”. Condições de acessibilidade e segurança. Entrada pela rua do Campo Alegre. Fonte: autora da dissertação, 2021-2022 e *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020; Fig.23. Projeto de reabilitação proposto a partir das alterações definidas com os inquilinos da “*ilha no Campo Alegre*”. Fonte: autora da dissertação, adaptado a partir do material produzido no *workshop* *Arquitectos de Família*, 2020; Fig.24. Avaliação externa dos projetos: Cartaz da 5ª edição do *workshop* *Arquitectos de Família*. Fonte:

<https://www.facebook.com/habitarporto/photos/a.531823793654119/1871862426316909>; Divulgação e comunicação do projeto. Apresentação no En-

contro sobre Responsabilidade Social Universitária. Fonte: Universidade do Porto, 2022.

Tabelas

Tabela.4. Democratizar o acesso à habitação condiga, p.76; Tabela.5. Bloco de objetivos do projeto “*com as pessoas*” p.82; Tabela 6. Estratégias - métodos/ Objetivo do projeto “*com as pessoas*”. p.83; Tabela 7. Balanço do processo do projeto “*com as pessoas*”, p.105; Tabela 6. SWOT por ator – percepção sobre a ilha, p.107; Tabela 7. SWOT por ator - candidatura para reabilitação pelo 1.º Direito, p.108; Tabela 8. Balanço do estado de ocupação e colaboração. p.109.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figuras

Fig.25. Charge de Frits Ahlefeldt-Laurvig, (2011).

Tabelas

Tabela 9. Projeto “*para as pessoas*” – balanço dos objetivos por ator, p.115.; Tabela 10. Projeto “*com as pessoas*” – balanço dos objetivos por ator, p.116.

ANEXOS

Figuras

Fig.26. “*Ação - Comunicação do projeto*”. Modelo dos “*parciais do Programa Base*” entregues aos respetivos moradores, de acordo com a distribui-

ção tipológica por agregado. Fonte: autora da dissertação, 2021; Fig.27. “*Ação - Comunicação do projeto*”. Processo de diálogo e comunicação do projeto de reabilitação. Esquiço de um morador para revisão do projeto. Fonte: autora da dissertação, 2021.; Fig.28. Projeto de reabilitação da “*ilha no Campo Alegre*”. Estratégia de faseamento I. Fonte: autora da dissertação; Fig.29. Projeto de reabilitação da “*ilha no Campo Alegre*”. Estratégia de faseamento II. Fonte: autora da dissertação; Fig.30. Projeto de reabilitação da “*ilha no Campo Alegre*”. Estratégia de faseamento I - Plano de estaleiro. Fonte: autora da dissertação.

Tabelas

Tabela 11. Plano de faseamento I- distribuição e flexibilidade tipológica, p.148; Tabela 10. Plano de faseamento II - distribuição e flexibilidade tipológica, p.150; Tabela 11. Estratégia de faseamento I– plano de estaleiro, p.153.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAU - Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

CMP - Câmara Municipal do Porto

DMU - *Direção Municipal do Urbanismo*

ELH - Estratégia Local de Habitação

ESE-IPP - Escola Superior de Habitação – Instituto Politécnico do Porto

FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

IAP - Investigação Ação Participativa

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

LBH - Lei de Bases da Habitação

MIARQ - Mestrado Integrado em Arquitectura

NGPH - Nova Geração de Políticas de Habitação

NRAU - Novo Regime do Arrendamento Urbano

PDM - Plano Diretor Municipal

PV-SRU – Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana

RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas

IES – Instituições do Ensino Superior